



REVISTA

morpheus

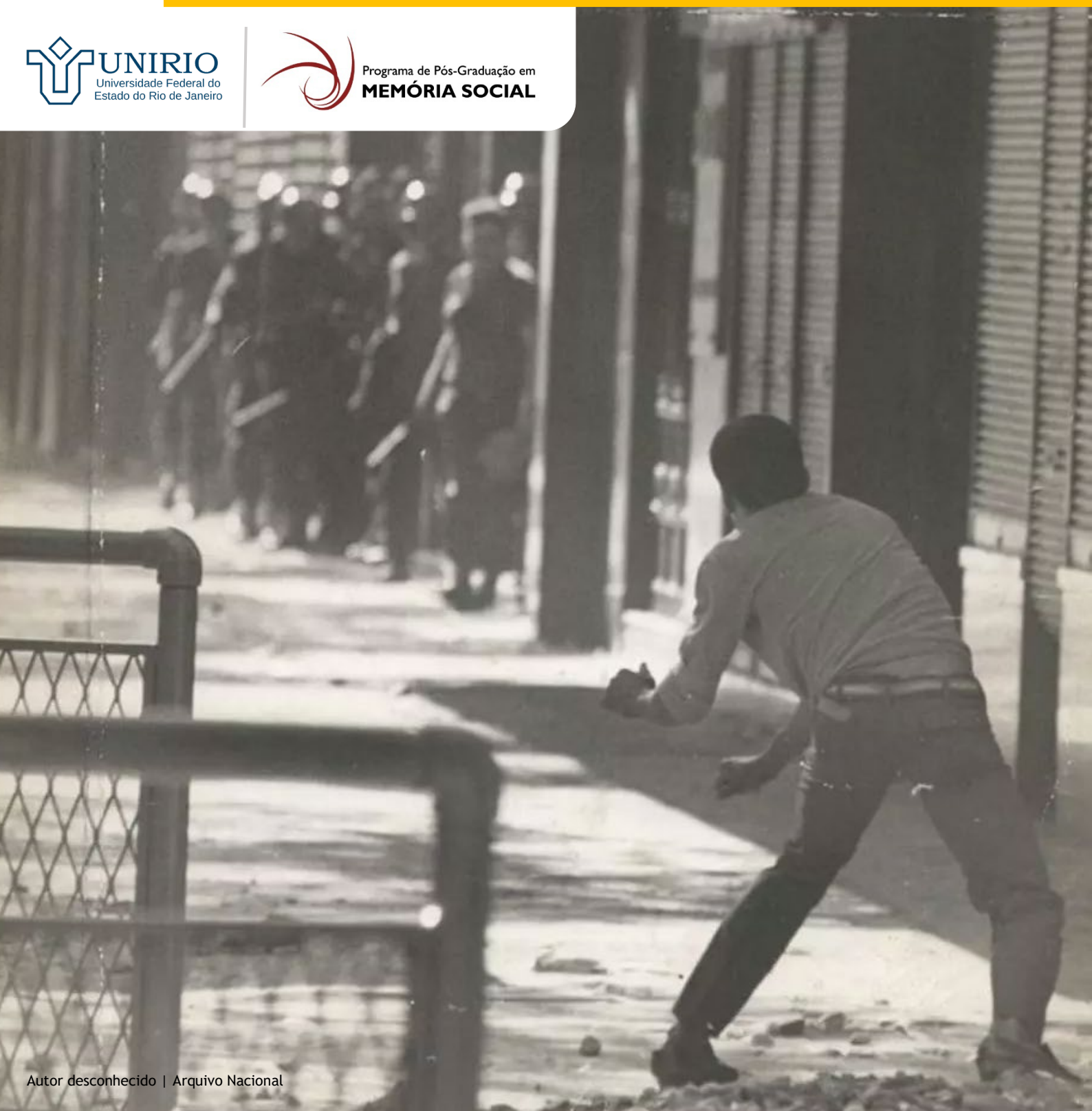
ESTUDOS INTERDISCIPLINARES EM MEMÓRIA SOCIAL

Memória Política e Territorialidade
v.12 | n.01 | 2025

ISSN 1676-2924



Programa de Pós-Graduação em
MEMÓRIA SOCIAL



EQUIPE EDITORIAL

Editores

Ana Amélia Lage Martins

Samuel Silva Rodrigues Oliveira

Comissão Editorial

Bárbara Rosa

Davi Pessoa Barbosa

Francisco Ramos de Farias

Javier Lifschitz

Manoel Silvestre Friques

Marina Leitão Damin

Conselho Científico

Andrea Vieira Zanella

Carlos Xavier de Azevedo Netto

Carole Gubernikoff

Cleusa Maria Cleusa Maria Gomes Graebin

Cornelia Eckert

Leonardo Castriota

Maria Letícia Mazzucchi Ferreira

Maria Nélida González de Gómez

Marília Xavier Cury

Paulo Knauss

Conselho Científico Internacional

Antonio Garcia Gutiérrez

Cécile Tardy

Cyril Isnart

Damien Malinas

Octave Debary

Comitê Executivo

Alex Medeiros Kornalewski

Bárbara Amádio Santos

Neallen Alves Costa

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO REVISTA MORPHEUS	1
O TESTEMUNHO COMO UM POTENTE OPERADOR NAS POLÍTICAS DE REPARAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL	5
<i>Vera Vital Brasil</i>	
OS ESPAÇOS DE DISCURSO SOBRE O DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE.....	20
<i>Mariana Carneiro de Barros</i>	
POLÍTICAS DE LA MEMORIA: CUESTIONES DE MÉTODO	34
<i>Juan Besse</i>	
INCURSÕES NA MEMÓRIA POLÍTICA EM CHAVE CONTEMPORÂNEA PERSPECTIVAS LATINO-AMERICANAS	54
<i>Javier Alejandro Lifschitz</i>	
DIOCESE DE NOVA IGUAÇU OU “DIOCESE DA CLANDESTINIDADE”	54
<i>Matheus da Silva Sampaio</i>	
IMPrensa DE RESISTÊNCIA NA BIBLIOTECA NACIONAL	92
<i>Bruno Leonard Simas Brasil</i>	
MEMÓRIA POLÍTICA E ARTES VISUAIS	121
<i>Lícia Gomes</i>	
REPLICANTES DA EXTREMA DIREITA NA CENA POLÍTICA NACIONAL.....	139
<i>Alexandre Fernandes Correa</i>	
DE DESAPARICIONES Y BÚSQUEDAS	147
<i>Melisa Paiaro</i>	
REDESENHANDO A PALAVRA	164
<i>Guido A. Negruzzi</i>	

APRESENTAÇÃO REVISTA MORPHEUS

Temos a satisfação de reunir neste volume especial da *Revista Morpheus* um conjunto de artigos que foram apresentados no contexto do V Seminário Internacional, realizado no Rio de Janeiro no ano de 2022, com o tema geral “Rede de Memória Política em Perspectiva Latino-americana”. O Seminário aconteceu no Centro de Cultura Raul de Leoni, na cidade de Petrópolis, a partir de uma parceria entre o Núcleo de Memória Política da Universidade Federal do Estado de Rio de Janeiro (UNIRIO) e o Instituto Municipal de Cultura de Petrópolis. A cidade acolheu os pesquisadores, docentes, alunos e público em geral durante as jornadas, que contaram com a participação de palestrantes estrangeiros, de professores do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS) da UNIRIO e de outras universidades do país.

O Núcleo de Memória Política da UNIRIO, organizador desse Seminário Internacional, faz parte da Rede de Pesquisadores em Memória Política da América Latina, que se consolidou a partir de um convênio interinstitucional entre universidades e grupos de pesquisa da América Latina voltados para a temática da memória política na região. Desta rede participam os seguintes grupos de pesquisa: Núcleo de Memória Política, UNIRIO (Brasil); grupo de pesquisa Memoria y Sociedad, Escuela Interamericana de Bibliotecología, Universidad de Antioquia (Colômbia); equipe de pesquisa Memoria y Historia Oral, Instituto de Antropología da Universidade de Córdoba (Argentina); Facultad de Comunicación Social, Universidad Pontificia Bolivariana (Colômbia); e o laboratório Écritures et parole d’artistes: contributions aux scènes artistiques contemporaines d’Amérique latine, da Universidade Rennes 2 (França).

O objetivo da Rede de Pesquisadores em Memória Política da América Latina é propiciar o intercâmbio acadêmico em temas relacionados com a memória política na América Latina, compartilhar abordagens interdisciplinares, metodologias e resultados de pesquisa, considerando singularidades da região com relação aos processos de construção de memória, políticas da memória, sujeitos políticos de memórias coletivas e a dimensão local desses processos, dentre outros aspectos.

O primeiro encontro da Rede de Pesquisadores em Memória Política da América Latina, em 2016, foi nos marcos de um Colóquio de Investigação – Narrativas de la memoria: aproximaciones desde el campo de los archivos y los lugares de memoria – realizado na cidade de Medellín, Universidade de Antioquia. A partir desse encontro,

organizamos Seminários Internacionais anuais, visando divulgar e debater pesquisas e trabalhos acadêmicos, em diferentes contextos nacionais e locais, no que diz respeito a práticas, narrativas e políticas de memória em conjunturas e situações sócio-políticas do passado e atuais.

O primeiro Seminário Internacional – Memória Política em Perspectiva Latino-americana – foi realizado no ano de 2017, na UNIRIO, com grande participação do público. Em todas as sessões realizamos amplos debates sobre perspectivas teóricas e metodológicas para o estudo das memórias políticas, políticas de memória na América Latina e lugares de memória. Foram apresentadas pesquisas a nível local sobre cada um dos países da região.

No V Seminário Internacional foram apresentados textos muito interessantes, que disponibilizamos para esta edição da *Revista Morpheus*, sobre aspectos diversos da Memória Política em escala local e global. Entre os textos de pesquisadores estrangeiros selecionados para esta edição, começamos pelo do sociólogo argentino Juan Besse, “Políticas de la memoria: cuestiones de método”, em que o autor aborda a relação entre política e memória na Argentina nos últimos 40 anos de vida política democrática e faz uma série de reflexões teóricas sobre as políticas de memória e propostas metodológicas para a pesquisa sobre memória e sua articulação fundamental com as práticas de direitos humanos. O texto da antropóloga argentina Melisa Paiaro, “De desapariciones y búsquedas: inhumaciones irregulares hacia mediados de los años `70 en Córdoba - Argentina”, a partir de sua experiência como pesquisadora da Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF), aprofunda uma questão muito sensível do período da ditadura argentina, que foram os sepultamentos clandestinos. Analisando o caso de uma das maiores sepulturas coletivas clandestinas de América Latina observa, em um sentido antropológico, os processos de implementação dessas políticas de desaparecimento, as denúncias e formas de busca, a inumação desses sítios durante governos democráticos e as instâncias de gestão administrativa e científica que foram mobilizadas para dar conta da busca por verdade e justiça. O artigo do sociólogo Javier Lifschitz “Incursões na memória política em chave contemporânea: perspectivas latino-americanas”, refere-se a uma pesquisa em andamento sobre autores contemporâneos latino-americanos que, desde distintos lugares de enunciação, interpelam a memória política à luz da radicalidade do terrorismo de Estado e das configurações de extrema-direita na região.

Dentre os pesquisadores brasileiros, o artigo de Vera Vital Brasil, reconhecida representante do movimento de direitos humanos, discute “O testemunho como

um potente operador nas políticas de reparação integral no Brasil”. Enfatizando a experiência subjetiva produzida pelo testemunho no âmbito da clínica psicológica/psicanalítica, analisa diferentes momentos dos processos de reparação no Brasil, inclusive caminhos inovadores nas ações reparatórias.

Ainda sobre a temática da memória política e a ditadura no Brasil, incluímos mais quatro artigos. O artigo da doutora pelo PPGMS-UNIRIO, Mariana Carneiro de Barros, “Os espaços de discurso sobre o direito à memória e à verdade: características e importância no cenário brasileiro”, analisa as políticas públicas do direito à memória e à verdade no Brasil, principalmente o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e a Comissão Nacional da Verdade (CNV), do ponto de vista do contexto sociopolítico no qual foram implementados e os desafios perante mudanças estruturais na esfera pública.

Já Bruno Leonard Simas Brasil, historiador e mestre pelo PPGMS-UNIRIO, em “Imprensa de resistência na Biblioteca Nacional: memória política e novas leituras de um acervo”, se detém em um outro aspecto da memória política com relação à ditadura, que diz respeito à imprensa de resistência, analisando diferentes fases e propondo novas leituras sobre a imprensa denominada “alternativa”.

O artigo de Matheus da Silva Sampaio, historiador e mestre pelo PPGMS-UNIRIO, intitulado “Diocese de Nova Iguaçu ou ‘Diocese da clandestinidade’: resistência à ditadura civil-militar brasileira”, trata da memória política sobre o período da ditadura militar no contexto político e social da Baixada Fluminense, principalmente sobre a atuação do bispado de Dom Adriano Hypólito na Diocese de Nova Iguaçu, que manteve uma posição crítica em relação ao regime ditatorial através de diferentes meios, como alguns folhetos e discursos analisados pelo autor.

O artigo “Replicantes da extrema direita na cena política nacional”, do sociólogo e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Alexandre Fernandes Correa, aborda uma temática mais recente sobre a celebração do bicentenário da Independência, acontecido em 2022, marcado pelo militarismo e concepções autoritárias sobre a política e a memória.

Os dois últimos artigos estão voltados para a exposição artística “A arte latino-americana como trajeto político e seus afetos”, que aconteceu no Centro de Cultura Raul de Leoni durante o Seminário e da qual participaram quatro artistas/expositores: Bea Reis e Cleonice Fernandes, do Brasil, Guido Negruzzi, da Argentina, e Oscar Garcia da Rosa, Uruguai. O artigo de Lícia Gomes, mestre pelo PPGMS-UNIRIO e doutoranda do IDES/Argentina, “Memória Política e artes visuais: arte latino-

americana como trajeto político e seus afetos”, apresenta os conceitos e debates que alavancaram sua curadoria e reflete sobre a relação entre a memória política e a arte visual. O artigo de Guido Negruzzi, antropólogo da Universidade Nacional de Córdoba (UNC), intitulado “Redesenhando a palavra: uma série de fotografias intervencionadas no caderno de campo”, apresenta reflexões sobre o próprio caderno de campo exibido na mostra, que traz fotografias, desenhos e textos sobre uma lenda popular em Cordoba (Argentina).

Com esta edição especial, reafirmamos nosso compromisso com o fortalecimento do diálogo acadêmico e interdisciplinar sobre as memórias políticas na América Latina, valorizando as contribuições de pesquisadores(as), artistas e instituições que ampliam o entendimento sobre o passado e o presente na região.

Agradecemos a todos os autores e autoras participantes do V Seminário Internacional que tornaram possível este número da *Morpheus* e desejamos uma ótima leitura a todos.

Javier Lifschitz

(Professor titular da Faculdade de Ciências Sociais da UNIRIO. Docente permanente do PPGMS)

Diana Iliescu

(Mestre em Memória Social pelo PPGMS e Ex-Secretária de Cultura de Petrópolis-RJ)

POLÍTICAS DE LA MEMORIA CUESTIONES DE MÉTODO

Juan Besse

RESUMO

Este artigo aborda a relação entre política e memória na Argentina nos últimos 40 anos de vida política democrática e faz uma série de perguntas sobre o presente que atravessa a questão memorial e sua articulação fundamental com as práticas de direitos humanos a partir da ascensão da direita em nosso continente.

PALAVRAS-CHAVE: memória e política; políticas da memória; ditadura argentina e direitos humanos; direitas na América Latina.

ABSTRACT

This article addresses some conceptual aspects of the relationship between politics and memory in Argentina over the last 40 years of democratic political life and asks a series of questions about the present that the memorial issue has affected and its fundamental articulation with human rights practices since the rise of the right wing on our continent.

KEYWORDS: memory and politics; politics of memory; Argentine dictatorship and Human Rights; right-wing in Latin America.

INTRODUÇÃO

La relación entre política y memoria ha sido central en el acontecer de la política argentina que siguió a la última dictadura militar, se redefinió de un modo crucial luego de la coyuntura que tuvo como pivote diciembre de 2001, y forma parte de aquellas características que hacen a la singularidad, la especificidad y, de muchas maneras, a la excepcionalidad argentina en materia de políticas de la memoria referidas a crímenes de lesa humanidad y violaciones de los derechos humanos. Hasta nuestros días, con sus avatares, marchas y contramarchas, la expresión políticas de la memoria hace referencia al vasto y complejo trabajo de anudar memoria, verdad y justicia. El término mismo se usa como sinónimo de políticas de reparación – tanto jurídicas como simbólicas – sobre los crímenes del terrorismo de Estado cometidos por la última dictadura militar y aún antes. Las políticas de la memoria forman parte también del trabajo de *conocer, pensar y actuar* sobre los efectos de las prácticas criminales y represivas del pasado en la vulneración de los derechos humanos en el presente.

En esa dirección, una parte sustantiva de esta exposición se asienta en los logros colectivos de estos 40 años de vida política democrática a la vez que quiere plantear una serie de preguntas sobre el presente que atraviesa la cuestión memorial y su articulación fundamental con las prácticas de los derechos humanos a partir del ascenso progresivo de las derechas en nuestro continente.

En el caso argentino, cabe destacar que la lógica movimientista es constituyente de la política argentina, mostró en el pasado con los primeros peronismos y muestra hoy una importantísima potencia que no deja de colorar la práctica política y el modo en que se habla la política argentina. Esa lógica atravesó fuertemente la constitución del campo de los derechos humanos y tempranamente hizo aparecer una categoría nativa la de *movimiento por los derechos humanos* que da cuenta de la lucha común y los efectos de conjunto no solo de los activismos por los derechos humanos llevados a cabo por los distintos organismos o asociaciones sino también por las militancias políticas, gremiales e intelectuales sensibles a los derechos humanos. Composición diversa y abigarrada que resulta difícil exponer en estas páginas.

Otra característica destacable de la configuración argentina es que no solamente emergieron múltiples organizaciones de derechos humanos (DD.HH.), una pluralidad de organismos, sino que hubo concomitantemente un proceso de profesionalización de los activistas de derechos humanos y de los abogados del campo de los derechos humanos, muchos de ellos provenientes del campo laboral o defensores de presos políticos, que fueron asociándose y trabajando con los organismos mediante el incesante tejido de articulaciones internacionales. Tal como lo señalara Weber en *Politik als Beruf* (La política como profesión y vocación), la abogacía es una de las profesiones que más insiste en darle forma al Estado. Y eso también forma parte de una peculiaridad del caso argentino: el movimiento por los derechos humanos es un movimiento que no solamente se piensa *contra el Estado*, como expresión de demandas de justicia y verdad por parte de la sociedad civil, sino que ha trabajado con distintas estrategias para *darle forma al Estado* con el fin de una institucionalización de los derechos conseguidos y no sólo en el plano estricto del Derecho sino también en la materialización de una institucionalidad que haga efectivo y perdurable en el tiempo lo establecido en la esfera estrictamente judicial.

No es posible aquí reseñar las múltiples condiciones históricas que posibilitaron la emergencia, el florecimiento y, a partir del año 2003, novedosas prácticas de materialización de las políticas de la memoria sobre el terrorismo de Estado desplegado por la última dictadura militar que gobernó la Argentina entre 1976 y 1983 pero también,

con variantes propias, el que fuera ejercido en otros períodos y momentos del pasado reciente. Aún cuando cualquier política de derechos humanos sobre la historia reciente suponga en alguna medida una política de la memoria que sustente responsablemente un relato fundante de esa política, puede decirse que políticas de la memoria y políticas de derechos humanos no son términos estrictamente intercambiables, ni suponen cuestiones epistémicas, perspectivas teóricas u operativas empíricas de la misma índole.

Las políticas de la memoria pueden ser abordadas desde el punto de vista del conocimiento, del pensamiento pero también desde la perspectiva de la espiritualidad. La distinción kantiana entre el conocimiento como lo propio de la ciencia y el pensamiento como lo propio de la filosofía refuerza de manera novedosa la pregunta por los métodos propios de cada una de esas esferas de actividad. La experiencia espiritual agrega una complejidad al asunto dado que los modos de acceso a la verdad singular, que supone el ejercicio espiritual, rebasa el horizonte del conocimiento y del pensamiento aún cuando se nutra del saber científico y del pensar filosófico. Un conjunto de testimonios permite sostener la dimensión espiritual que recorre buena parte de las políticas de la memoria.

Entonces la pregunta por el método no se reduce sólo a cómo investigar los procesos empíricos de dichas políticas ni a elucidar mediante el pensamiento el acontecer de las políticas de la memoria. Las cuestiones de método suponen direcciones comunes que faciliten la comparabilidad de las políticas pero a la vez recaudos que no extravíen el análisis en impulsos generalistas.

¿Cómo abordar entonces las políticas de la memoria? Una parte de este trabajo indaga en el estatuto teórico de las políticas de la memoria mediante el intento de pensar las dimensiones desde un punto de vista metodológico con el fin de indagar los registros y las maneras en que este tipo de políticas emergen como reclamos civiles, se despliegan en la esfera pública y eventualmente se consolidan como actos de gobierno o como prácticas que establecen relatos pregnantes sobre el pasado reciente que se anudan con las prácticas políticas que trabajan por memoria, verdad y justicia. En esa dirección, la primera parte del trabajo es un ejercicio metodológico, esto es, el esbozo áspero de una propuesta tipológica que nos facilite entender de qué hablamos cuando hacemos referencia a las políticas de la memoria.

CUESTIONES DE MÉTODO

La distinción entre las *memorias de la política* y las *políticas de la memoria* (Rabotnikof, 2007) se revela como un analizador fundamental a la hora de trabajar escrituras políticas, periodísticas o intelectuales que – en tanto escrituras que entrañan algo de la implicación política de quienes escriben – se constituyen en escrituras testimoniales y forman parte de los modos en que se materializa la relación del presente político con el pasado histórico. El trabajo que enlaza la memoria política con la política de la memoria hace cuerpo mediante prácticas, discursos y escrituras singulares que expuestas entre sí dan forma a modos de conocer, de entender y de convivir con el pasado, no sólo como conocimiento o vía para pensar lo acontecido sino como apuesta ética que afecta la lengua y la lengua en la que se habla la política. Es así que las políticas de la memoria se constituyen sobre el fondo – fondo de saber, fondo de deseo – de las memorias de la política pero no todas las memorias de la política dan lugar a políticas de la memoria ya que las políticas – tal como las resumiremos en breve – requieren no sólo de las *memorias en acto* sino de ciertas condiciones de posibilidad para su formación, consolidación y pervivencia.

¿Cómo es usado el término políticas de la memoria en la literatura o en la retórica sobre el tema? El ordenamiento de los usos más corrientes de la noción de políticas de la memoria muestra tres acepciones básicas en las que es posible discernir aspectos metodológicos clave del montaje epistémico entre política y memoria. Las políticas de la memoria pueden ser abordadas en tres niveles que, a su vez, suponen *anudamientos* entre sí. Esos nudos, siempre singulares, requieren ser pensados según la lógica del *caso por caso*.

Esa “tipología” – o más modestamente esa tipificación – provee un ordenador teórico-metodológico al momento de abordar los niveles en los que operan las políticas de la memoria, siempre a condición de evitar cualquier tentación generalizante y ponderar como dijimos – caso por caso – de qué modo se anudan esos planos en los procesos, situaciones o coyunturas objeto de análisis. Así, las políticas de la memoria pueden ser trabajadas en los tres niveles que, para facilitar la aproximación a las significaciones que supone el uso del término políticas en castellano, las hemos de distinguir con las tres palabras que ofrece la lengua inglesa: como prácticas y controversias ideológicas formadoras de agenda política (*Politics*); como políticas públicas institucionalizadas que forman parte de la agenda de gobierno (*Policies*); como acción metódica y deliberada de aparatos editoriales, periodísticos, académicos

formadores de opinión pública (*Polities*). Esto es como procesos sociopolíticos que involucran debates de larga data en los que confluye una multiplicidad de voces; como acciones institucionales ligadas a la promoción e implementación de planes, programas y proyectos a partir de los cuales los gobiernos, en articulación con las organizaciones civiles, dan forma al Estado y donde la política – entendida en sentido amplio como práctica de intervención y de transformación de la realidad – se entronca con la gestión o administración de lo existente; pero también como revisión crítica de narraciones que crean y estabilizan sentidos sobre el pasado y configuran y legan a la opinión pública verdaderos lugares de la memoria sobre el pasado reciente.

Las dos primeras acepciones se inspiran en un uso – un tanto *sui generis* – de la ya clásica distinción efectuada en 1951 por Harold Lasswell en sus trabajos pioneros sobre la constitución de unas ciencias de políticas orientadas hacia problemas de política pública (Lasswell, 1996).

POLÍTICAS (*POLITICS*)

De modo sucinto, la primera acepción de políticas de la memoria hace hincapié en las políticas como prácticas que dan forma a controversias y debates en la arena pública. En ocasiones hacen despuntar polémicas. Son las prácticas políticas, en este sentido amplio – y clásico – las que van constituyendo elementos (nociones, categorías, figuras, lemas, emblemas) imprescindibles para preguntarse, otra vez, por lo acontecido e hilvanar modos de relatar el pasado. Las prácticas políticas hacen aparecer colectivos que los impulsan o los hacen suyos y que, a la vez, expresan modos de mirar el pasado mediante un reclamo de verdad y justicia anclado en la memoria, esa práctica singular que conmueve al sujeto y expone el *carácter transindividual de su textura* que no es sin lo colectivo. Por eso, en un punto irrenunciable de la verdad que las constituye, las políticas de la memoria no tienen que demostrar nada, su rigor es el de una epistemología del ejemplo (Didi-Huberman, 2012).

Es la singularidad de cada ejemplo lo que hace fulgar la política como preservación contra el olvido y resguardo del superviviente. Preservación del cuerpo, cuidado de las condiciones para que emerja el sujeto. Este primer nivel de entendimiento de las políticas de la memoria tiene relación con la práctica militante como una política de la supervivencia que es alegría de vivir, la verdadera, algo tan distinto al tono apocalíptico que cierra como fascículos históricos los desgarramientos

del pasado. Por razones muy diversas no es posible “cerrar” el pasado, sólo hay maneras de convivir con lo acontecido. La reparación de un pasado doloroso se despliega en el inacabamiento existencial de las víctimas y de la sociedad que vive como propio el daño cometido, nunca es algo que pueda responderse por sí o por no, requiere pensarse como obra por hacerse en *más* o en *menos* (Souriau, 2017).

Javier Lifschitz (2015, p. 64) escribe que la memoria política mueve “espectros y todo espectro supone una presencia paradójica: es la aparición de algo que no tiene cuerpo pero que trae un mensaje. Es algo que ya no se puede ver pero que se escucha. Hace a la política escuchar”¹. Por eso es dable pensar a la memoria política como un estado de pasaje entre temporalidades y no sólo como formaciones de la memoria. El puente entre memoria de la política y política de la memoria arqueologiza, describe, otorga visibilidad a los desgarros colectivos provocados por el terrorismo de Estado: la fabricación de cadáveres, la tortura, la sustracción de identidades pero también la perversión de la lengua política promovida por la dictadura, alterada de manera irreversible por la industria de la muerte.

Y es puente entre la memoria de la política y la política de la memoria es posible *por* y *en* la política que insiste en preservar – mediante la promesa – a las generaciones por venir de aquello que Hannah Arendt palpa como un rasgo temible en las democracias de masas que siguieron a las dictaduras totalitarias y que podría ser leído como la continuidad del totalitarismo por otros medios en las democracias (neo)liberales: la impotencia de los ciudadanos sellada por el proceso de consumo y de olvido que se impone subrepticia y espontáneamente, incluso allí donde no opera el terror al desnudo, pero no por eso deja de imponerse el miedo y el prejuicio. Miedo y prejuicio que, con profundos anclajes sentimentales en el pasado, obstaculizan el acceso a una verdadera experiencia del presente como práctica de la reparación simbólica (Arendt, 2015).

Dicho uso del término políticas (como *politics*²) facilita el entendimiento de la política de la memoria como relaciones de fuerza – pero también de sentido – en torno de la simbolización del pasado, el ordenamiento del presente y la orientación a futuro, y por lo tanto hace referencia a la política como procesos políticos y sociales atravesados por antagonismos y juicios de valor, expresiones propias de la disputa

¹ Y especifica que “una de las propiedades del espectro es la repetición. El espectro está siempre retornando y por causa de ese ‘retorno eterno’ no hay medio de controlar sus idas y vueltas. La memoria política instala el pasado en el presente, produce una disyunción, una anacronía radical, que hace que todo lo que parece ser opuesto al presente político, como la ausencia, lo que ya pasó, lo inactual, se torne contemporáneo” (Lifschitz, 2015, p. 64).

² Para Lasswell (1996) es asimilable a la noción inglesa de *Politics*.

política en el sentido partidario e ideológico cuya inteligibilidad está dada en el marco de un determinado Estado Nación³, sin el cual no es posible captar el arraigo cultural y la historicidad de las memorias. Esta dimensión de las políticas pone en juego actores, intereses, requerimientos, negociaciones, demandas; en síntesis, relaciones de poder y, sobre todo, una dimensión simbólica ordenadora que ofrezca un sentido al sinsentido de las tragedias acontecidas. Es en este plano que actúan fuertemente las memorias de la política mediante un primer establecimiento de controversias y debates formadores de agenda política, las agendas particulares promovidas por los actores políticos que aspiran a universalizar el carácter perspectivo de su agenda particular como un tema de la agenda pública y de ese modo trabajar en pos de la formalización de una escena donde poder edificar los argumentos propios de cada una de las posiciones políticas. Eso es lo que muchos analistas sociales, tomados por el viejo ideal del debate republicano o de la racionalidad comunicativa, denominan disputas o pujas por el sentido en el campo de las memorias. La cosa política tocada por la memoria es más compleja. El objeto de las políticas, cualquiera sean esas políticas, por estructura nace opaco. Y en las políticas de la memoria, de un modo muy candente, esa opacidad, en parte nacida del dolor, el de cada uno, y el colectivo, solo puede ser trabajada mediante la ardua travesía de la relación, nunca lineal, entre memoria, verdad y justicia. Así y todo, no sería inadecuado decir que las organizaciones de la sociedad civil tales como las agrupaciones, asociaciones de víctimas o familiares, colectivos militantes, agrupaciones políticas, etc. que forman parte del vasto campo de los derechos humanos, disputan sentidos y confrontan con los voceros coyunturales de los perpetradores del terrorismo de Estado. Como también lo hacen a su modo los distintos tipos de negacionistas proactivos o pasivos (Lvovich; Grinchpun, 2022). Pero disputar, la acción de disputar, como verbo que describe la enunciación de posiciones que acompaña la práctica de los derechos humanos no constituye necesariamente el escenario de una disputa, ni tampoco las reglas de discusión de una controversia clara y distinta, como aquellas que se despliegan por sí o por no en el debate parlamentario y, menos aún, en la deriva maniquea del debate

³ Huyssen (2002) destaca que “resulta importante reconocer que mientras los discursos sobre la memoria en cierto registro parecen ser globales, en el fondo siguen ligados a las historias de naciones y estados específicos. En la medida en que las naciones particulares luchan por crear sistemas políticos democráticos como consecuencia de historias signadas por los exterminios en masa, los apartheids, las dictaduras militares y los totalitarismos, se enfrentan, como sucede con Alemania desde la Segunda Guerra, con la tarea sin precedentes de asegurar legitimidad y el futuro de su organización política por medio de la definición de métodos que permitan conmemorar y adjudicar errores al pasado. Más allá de las diferencias entre la Alemania de posguerra y Sudáfrica, la Argentina o Chile, el ámbito político de las prácticas de memoria sigue siendo nacional, y no posnacional o global. Esto, por cierto, tiene implicaciones para la tarea interpretativa” (Huyssen, 2002, p. 21).

político mediático. Sólo en la asunción responsable de la complejidad que las atraviesa es posible referirse a ellas como disputas por el sentido. Reducir la pugnacidad que expresan las políticas de la memoria a la banalidad del debate republicano – como si la agenda que las constituye no tuviera que ver con lo que nunca debió suceder – no solo corre el riesgo de plantear como fácil lo que es difícil sino de trivializar la compleja relación de la política con lo Sagrado (Kaufman, 2018; Rousseaux, 2018). Las políticas de la memoria trabajan sobre lo imposible. Despliegan su potencia reparadora a contrapelo de aquello que la muerte trae, lo que es difícil de simbolizar e imaginarizar, porque toca el nudo traumático del dolor. Lo sagrado como locación del respeto al semejante y en consecuencia como gesto de resguardo del Estado al desamparado. Encontramos allí una figura de la patria como aquello que funda el respeto y preserva los cuerpos. Por lo tanto, el apego a la patria es el reconocimiento de su precariedad constitutiva ya que es “precaria en cuanto a condición de una vida verdaderamente humana” (Gérard, 2012). El objeto de estas políticas, de muchas maneras, se encuentra más allá de la mundanidad de la puja política. Las políticas de la memoria no pueden permitirse ni la banalización de su lucha y, menos aún, la frivolidad que acecha a cualquier política que no constituya mediante su práctica la ética que la sustenta, una ética que no puede dejarse tomar por el cálculo utilitario, que no puede ceder en el deseo de anudar memoria, verdad y justicia. La ética del utilitarismo, la del ideal de los bienes terrenos no accesibles a todos, no hace otra cosa que reforzar la antedicha ligazón entre consumo y olvido (Debord, 1955)⁴. Es aquí donde se puede pensar a Hannah Arendt con Guy Debord. Las políticas de la memoria padecen la merma de historicidad que acecha al mundo – estragado por el gran capital – en el que se despliegan. El pasado, todo, y el reciente de un modo particularmente ominoso, suele ser empujado al irrespeto de la espectacularización, al exceso de luz impuesto por el tiempo del espectáculo, la imagen que se traga la experiencia o la transmisión de la experiencia. Y es allí, en el maridaje entre consumo y olvido donde los muertos mueren dos veces: primero como cuerpos vivos, después como cuerpos significantes.

⁴ Ya en 1967, en el punto 157 de *La sociedad del espectáculo*, Debord remarca que “otro aspecto de la deficiencia de la vida histórica general es que la vida individual todavía no tiene historia. Los pseudoacontecimientos que se agolpan en la dramatización espectacular no han sido vividos por quienes son informados sobre ellos, y se pierden además en la inflación de su reemplazo precipitado, con cada pulsación de la maquinaria espectacular. Por otra parte, lo que ha sido realmente vivido no tiene relación con el tiempo irreversible oficial de la sociedad, y se opone de manera directa al ritmo pseudocíclico del subproducto consumible de este tiempo. Esta vivencia individual de la vida cotidiana separada no tiene lenguaje, concepto ni acceso crítico a su propio pasado, que en ninguna parte está consignado. No se comunica; queda incomprendido y olvidado en beneficio de la falsa memoria espectacular de lo no memorable” (Debord, 1967, p. 155).

POLÍTICAS (*POLICIES*)

El segundo alcance de la noción de políticas de la memoria, hace foco en dimensiones propias de la institucionalización de las políticas y por lo tanto entronca, en parte, con la definición de las políticas como políticas públicas (Lasswell, 1996). Así, en este plano, las políticas no sólo hacen jugar actores del Estado y de la sociedad civil sino que articulan, se forman y dan forma a prácticas gubernamentales. Entre esas articulaciones se destaca la elaboración de estrategias para acompañar la reparación simbólica y jurídica del daño. Las políticas de la memoria contribuyen a la reparación o no merecen ese nombre. Es eso lo que las diferencia de las políticas indemnizatorias que – como subraya Rousseaux – dejan a las víctimas en la posición de sujetos sumidos en el espanto simbólico de renunciar a la memoria, la verdad y la justicia. En este marco se inscriben los cruces entre políticas de derechos humanos y políticas de la memoria tal como se expresa en las políticas reparatorias vinculadas a la reapertura de las causas y la realización de los juicios por crímenes de lesa humanidad luego de la derogación de las leyes de impunidad⁵. Políticas que supusieron a su vez decisiones respecto del corte histórico para llevar adelante la reparación. Ese corte fue 1955⁶. De allí para atrás reparaciones simbólicas, de allí para adelante – no sólo la inscripción de lo sucedido – sino también la posibilidad de reparación jurídica y material correspondiente a los crímenes de lesa humanidad. Reparación que comienza por el carácter imprescriptible de esos crímenes.

Políticas de archivo como el Archivo Nacional de la Memoria y políticas de intervención territorial. Otro aspecto fundamental es aquel en que las políticas de la memoria trabajan sobre el diseño y la gestión de programas y proyectos de conmemoración y rememoración de acontecimientos que pueden plasmarse en actos, monumentos, marcas territoriales tales como señales o placas sobre el terrorismo de Estado. La marcación de sitios memoriales mediante la paulatina recuperación de los ex Centros Clandestinos de Detención, Tortura y Exterminio (CCDTyE), su institucionalización como Espacios de la memoria y los DD.HH. es una contundente materialización de ese trabajo. Las políticas de la memoria en este nivel se despliegan

⁵ Durante el gobierno de Néstor Kirchner, en 2003, el Congreso anuló las leyes de impunidad que, posteriormente en junio de 2005 fueron declaradas inconstitucionales por la Suprema Corte de Justicia. Bajo el lema Memoria, Verdad, Justicia, las políticas gubernamentales de Derechos Humanos en cogestión con los organismos de DD.HH. establecieron un nuevo escenario para la reparación y las políticas de rememoración del pasado reciente.

⁶ Más precisamente desde el 16 de junio de 1955, día en que el intento de golpe de Estado contra el gobierno de Juan Perón, llevado a cabo mediante un bombardeo perpetrado por la aviación naval contra la población civil, produjo una masacre.

como políticas públicas atentas a la cuestión territorial. Los ex CCTyE recuperados son inscripciones no sólo geográficas (en la acepción amplia y laxa del término) sino inscripciones en el territorio en su acepción jurídico-política. Por lo tanto, las políticas públicas de la memoria requieren trabajar la contundencia simbólica de la inscripción territorial promovida por el Estado conjuntamente con los modos en que los sitios son objeto de una experiencia colectiva propia del despliegue de la sociedad civil cuando activa su autopoiesis ciudadana. Es pertinente entonces preguntar, y preguntarse ¿Cómo se hace lazo con los sitios? ¿Cómo se los transita y habita en tanto lugares que son, en simultáneo, profanos y sagrados? De allí que la relación entre territorio, lugar y espacio, en tanto categorías que por sus anudamientos en tramas locales ayudan a pensar dimensiones éticas de la producción de la memoria política de y en las ciudades, constituya un nudo que requiere ser pensado en su singularidad, caso por caso, a la hora de diseñar e implementar las políticas públicas de la memoria.

POLÍTICAS (*POLITIES*)

Un tercer uso que ha tenido la noción de políticas de la memoria refiere a decisiones respecto de cómo narrar el pasado, analizando e interrogando el discurso de quienes ofrecen narrativas para darle significación y sentido a ese pasado, entre ellos, y principalmente el discurso de los historiadores y de quienes, por oficio o impulso profesional, escriben la historia. Este tercer uso del término políticas se aparta parcialmente de la distinción establecida por Lasswell entre *politics* y *policies*. Hace unos años, fue Antonio Camou el que me sugirió asociar la tercera acepción al término inglés *polities*. Las *polities* como una dimensión que retoma en su quehacer específico los principios, las convicciones promovidas por los ciudadanos en notas, editoriales, una suerte de dimensión política ínsita a la escritura misma cuando esta toma estado público, circula y forma opinión pública desde una perspectiva política.

Así, más allá del carácter amplio del término política en esa última acepción, ese uso, y las perspectivas que abre, resalta la función crítica que supone la indagación en las escrituras del pasado en tanto soportes de los modos de rememoración y conmemoración de ese pasado, y esto último como baremo aplicable no sólo a las retóricas políticas filiadas y afiliadas a lógicas y políticas institucionales sino también a los discursos que – como el de los historiadores, politólogos u otros profesionales concernidos por la cuestión histórica – aspiran a la validación epistemológica propia de cada campo disciplinar y de su canon de científicidad o saber. En síntesis, el tercer

uso puede ser reconocido en el ejercicio de la función crítica revisora de las imágenes y los discursos establecidos por la memoria oficializada o el saber académico atravesado por silencios u olvidos, o por ambos, respecto de ciertos acontecimientos y hechos políticos del pasado. Tal como se encaraman en empresas periodísticas y editoriales que se empeñan no sólo en ser soportes del conocimiento historiográfico sino en proponer relatos históricos sobre el pasado que son desde su concepción, por sus alcances y eficacia, toda una política de la historia.

Cada una de las tres acepciones opera en una dimensión específica pero no por ello deja de anudarse con las otras dimensiones. Por ejemplo, la genealogía del *Nunca Más* (Crenzel, 2008), el modo en que se estableció como texto fundante de las políticas de la memoria en los años ochenta, como así también la manera en que devino un emblema más allá de toda posición sobre sus alcances y limitaciones, hace de ese escrito y esa frase un verdadero monumento lingüístico que invita a prestar atención tanto a las estrategias de lucha como a la lengua en que se habla la política (Auerbach, 2017)⁷. Es claro entonces que las políticas de la memoria son políticas que no pueden ser ponderadas, como sí pueden serlo otras políticas, sólo mediante estándares evaluativos racionalistas, y menos por aquellos enfoques que privilegian a la hora de ponderar su eficacia criterios de corte eficientista que, muchas veces, pecan de excesiva simpleza. Sin duda, esto último no quiere decir renunciar a pensar aspectos que hacen a su diseño, al diseño o a la implementación, tales como los dispositivos de gestión o la formación de burocracias idóneas; aspectos que hacen a la evaluación de esas políticas, evaluación de metas, evaluación de impacto, aspectos jurídicos, institucionales y económicos que garanticen sustentabilidad y cumplimiento, es decir, todo aquello que desde la perspectiva del análisis de políticas y, más específicamente, de las políticas públicas forma parte del ABC del curso de las políticas. Esto es el conjunto de decisiones que hace al pasaje entre las condiciones de posibilidad y las condiciones de existencia de una política pública. Las políticas de la memoria requieren entonces de las exigencias comunes a cualquier política pública, requisitos que tienen relación con el cómo se han consolidado las políticas públicas sobre la memoria, sobre todo en los doce años correspondientes a los gobiernos de Néstor Kirchner y Cristina Fernández de Kirchner, a partir de la creación de organismos y dependencias específicas, sobre todo áreas de derechos humanos

⁷ La lengua nacional se forma sola, los monumentos lingüísticos, como el *Nunca Más*, siguen su marcha proteica por las disputas pero también en el más allá de las disputas. Escribe Auerbach: "En el fondo, la única fuente de toda lengua literaria nacional es la lengua del pueblo. Cuando un pueblo toma conciencia de su verdadera identidad y se sabe comprometido con su propia existencia por los sentimientos de orgullo y responsabilidad, la lengua nacional se forma sola" (Auerbach, 2017, p. 64).

que contaron con apoyo institucional y financiamiento. También a través de modos de coordinación intergubernamentales, entre los poderes ejecutivo, legislativo y judicial o entre los niveles del ejecutivo nacional, provincial y municipal, como así también a escala de sus proyecciones en el derecho internacional de los derechos humanos. La apertura hacia una consistente federalización de las políticas de derechos humanos y de la memoria mediante acciones colaborativas es uno de los desafíos pero también uno de los indicadores de logro en lo que hace a la institucionalización de las políticas donde los organismos de DD.HH. han sido y son el gozne que sustenta la relación entre la gestión y la práctica militante.

Ahora bien, más allá de lo que emparenta a las políticas de la memoria con otras políticas públicas, las políticas de la memoria son políticas que tienen una estrecha relación con el derecho al sentido (Duhalde; Rousseaux, 2015)⁸ y por consiguiente se trata de políticas complejas cuyos efectos inciden en lo público, en lo privado y sobre todo en lo íntimo. Políticas que tocan lo real del sujeto porque vienen a reparar un daño que lo expuso de por vida a la sobrevivencia. En *Las inclinaciones criminales de la Europa democrática*, Milner escribe que dará por admitido – corrige, o al menos por admisible – “las siguientes proposiciones:

El racionalismo teórico y práctico se define por el esclarecimiento de la diferencia entre problema y cuestión; - el racionalismo social consiste en pensar lo social como un lugar de problemas; - el racionalismo político consiste en pensar la política como un lugar de soluciones. Todo el Occidente moderno piensa en estos términos. No solamente razona en términos de problema y de solución, sino que además se vale de ellos para distribuir los roles entre la sociedad y la política. La sociedad es el lugar de los problemas y la política el lugar de las soluciones: ésta es la máxima (Milner, 2007, p. 16).

En ese libro, mucho más que sugerente para pensar el estatuto de las políticas de la memoria, Milner deja establecido cuál es el riesgo del objetivismo, no de la objetivación, en la concepción misma de la política cuando la lógica gestiona desbarranca lo ético-político (Badiou, 1990). De modo tal que, si se quiere retomar el derecho al sentido como el horizonte propio e indelegable de las políticas de la memoria, no habría que pensarlas a partir del par *problema/solución*, un par que parece asentarse en una cierta presunción de objetividad: hay un problema objetivo

⁸ Como muestra Fabiana Rousseaux mediante un trabajo arraigado en una contundente epistemología del ejemplo, “el derecho a la verdad de lo sucedido no es sólo un emblema irrenunciable, se trata del derecho al sentido” y, por lo tanto, de generar las condiciones para restablecer ese derecho congelado por el terror (Rousseaux, 2015, p. 79).

y entonces hay que encontrar la solución. Se podría llamar a ese par el par que consume una objetivación un tanto objetivista del abordaje de la política que no deja de producir una cierta reducción de las políticas públicas a un objeto que se pretende autoevidente. Pero, además de las dimensiones objetivas de las políticas de derechos humanos y de las de la memoria – un crimen de lesa humanidad es un crimen de lesa humanidad –, estas políticas comprometen cuestiones subjetivas, cuestiones que hacen a la subjetivación de quienes integran una sociedad y, por lo tanto, sería más pertinente pensarlas a partir del par *cuestión-respuesta*, es decir, preguntas que se hacen, que se elaboran colectiva y trabajosamente, que se alimentan de las hablas, de lo que plantea alguien sobre algo a alguien, que ofrecen un sentido al sin-sentido de la tragedia acontecida y que lo que quieren es encontrar respuestas a la pluridimensión en que se desagrega la reparación de las heridas. Por supuesto, son políticas que se encuentran con el atolladero que necesita atravesar cualquier política, lidiar con lo *universal* del lenguaje y la lengua (en este caso es ociosa la distinción); lo *particular* de los estilos, de los géneros, de las prácticas de los colectivos militantes, de los saberes expertos y, como tercera pata, con lo *singular* de los sujetos. ¿Cuáles fueron aquellos acontecimientos que dieron lugar a esas políticas? ¿En qué consiste la peculiaridad del exterminio argentino? El carácter clandestino del dispositivo exterminador. La desaparición. Los rasgos de los numerosos campos distribuidos en todo el territorio nacional y en distintas escalas para infligir tormentos y matar. La tortura indefinida, indiscriminada e ilimitada aplicada sobre una población devastada por la persecución sistemática y sobre militantes agotados (Calveiro, 2008). La no restitución de los cuerpos de los asesinados con la consecuente privación de la sepultura⁹, la apropiación sistemática de niños, han sido acontecimientos que suponen políticas no cualquiera. Esas políticas se jalonaron mediante un largo, pertinaz y complejo ensamble de prácticas políticas llevadas a cabo por los colectivos que forman el campo de los derechos humanos y se reconocen en el interior de la figura misma del movimiento por los derechos humanos, potente categoría nativa, que hoy excede a los organismos y es expresión de muy diversas formas de organización de la sociedad civil y sus prácticas militantes. Una convergencia que se consolidó en doce años de

⁹ Kaufman repara en un aspecto antropológico clave para entender el exterminio y la singularidad del exterminio argentino; escribe: “El exterminio, para poder ser perpetrado con éxito, y por razones complejas, requiere primero la exoneración del individuo respecto de la especie. Hasta se podría conjeturar una situación en la que la muerte fuera un aspecto secundario de la solución final. El expulsado de la humanidad no ha sido aún asesinado, pero tampoco se lo puede considerar propiamente como viviente. El concepto que fundamenta la noción de “crimen de lesa humanidad” implica esta condición de exclusión de la especie humana. La privación de sepultura es un aspecto integral y sucesivo del suceso” (Kaufman, 2012, p. 294).

políticas de la memoria como política de Estado.

LAS POLÍTICAS DE LA MEMORIA EN TIEMPOS DE LA ANTIPOLÍTICA

Es urgente delinear los contornos de la figura misma de la antipolítica, pensar de qué manera lo que cobija esa denominación puede hacer jugar sus cartas a la hora de la enseñanza (lo que se enseña sobre el pasado y lo que el pasado enseña), pero sobre todo respecto de la transmisión entre las generaciones y sus efectos colectivos en la cosa pública como lugar privilegiado de lo común (Besse; Messina, 2022). La antipolítica viene resonando como un alerta en la lengua en que se habla la política. Es la manera de nombrar lo que “desde fuera” de la política quiere presentarse como su relevo o, en el mejor de los casos, como otra política que *termine* con la anterior. La lógica de los paradigmas muestra allí su costado feroz: la sustitución sin resto. Hay en su ferocidad enunciativa trazas de una voluntad de exterminio. Lo cierto es que, más allá de su ruidosa actualidad, lo que el término antipolítica designa muestra un espesor histórico milenario desde los tiempos en que la práctica política, interceptada por el saber, devino cuestión y comenzó a ser pensada por la filosofía¹⁰.

En nuestros días, la antipolítica se revela como una noción polivalente cuyos rasgos más pregnantes vienen siendo establecidos en la intersección de algunos discursos políticos y las hablas mediáticas. La noción misma puede ser entendida como un modo de explorar, describir y hasta de explicar prácticas o estrategias retóricas que jaquean el núcleo de la política tal como lo entienden (lo entendemos) quienes piensan a la política como resguardo del cuerpo y de la vida. Caben aquí dos estrategias de abordaje, una de ellas es dar cuenta de una gramática interna a la lógica antipolítica, tarea difícil por la naturaleza del objeto que se define como negación del objeto mismo de la política tal como fuera establecido por las principales tradiciones filosóficas e intelectuales. El otro abordaje consiste en definirla como un efecto, en gran medida colateral, de otras nociones con mayor entidad positiva. Es decir avanzar en su significación por la vía de lo que no sería. Esas categorías son las de la política, la a-política o apoliticidad y la figura de lo impolítico¹¹.

¹⁰ La encontramos, por ejemplo, en la definición de la política promovida por Aristóteles, y detrás de él por Platón, como la puesta en obra de un atributo distintivo humano como el *logos*, donde puede discernirse “lo justo de lo injusto, a diferencia de la *phoné* animal que expresamente únicamente la satisfacción o la pena” (Rancière; Bassas, 2019, p. 54).

¹¹ Lo impolítico, en todas sus variantes, se ubicaría en las antípodas de la posición antipolítica, ya que supone la reconducción de la política a la verdad que la constituye. En ese sentido cabe pensar lo

En el abigarrado mundo que habitamos son tantas las nociones de la política que resulta imperioso tomar un criterio para ordenar la definición que eche luz sobre el uso del término en la exploración que proponemos. Así, de modo muy general, lo propio de la política es la tramitación colectiva y legítima de la fuerza con el fin de regular las relaciones sociales y preservar los cuerpos y es allí, en la contundencia del prefijo, donde la antipolítica manifiesta su verdadero espíritu: *el espacio pseudo discursivo donde todo es posible*. El espacio de las operaciones cuasi argumentales fantásticas donde todo se relativiza y en un santiamén un crimen común, un crimen político o incluso una pandemia pueden quedar homologados a la criminalidad terrorista del Estado. La antipolítica – aunque muchas veces se presente con ese rostro candoroso – no es, entonces, apoliticidad activa, y pareciera ser más que una mera fuerza contraria a la política establecida. El núcleo de su definición se asienta en lo que Milner denomina *lo-fuera-de-la-política*, es decir una lógica que vulnera el todo limitado de la política (llámese Estado nación, Gobierno, Partidos etc.) llevando a la política a lo ilimitado de la sociedad, allí donde la política pierde fuerza organizadora, pierde su conexión intrínseca con lo ético y se torna anodina en sus efectos.

Son muchas y muy diversas las condiciones históricas de posibilidad que facilitaron la emergencia de la antipolítica. Reseñaremos muy brevemente algunos aspectos que hacen a la inteligibilidad de la cosa antipolítica y de cómo esa parasitación de la política podría afectar los consensos democráticos que siguieron a la última dictadura militar. La Europa de entreguerras, y de modo muy especial la República de Weimar, como una de las arenas de la conflictividad interimperialista, fue un laboratorio exquisito para la consolidación de las prácticas que la caracterizaron. Veinte años después, a fines de los años '60, en esa Europa sellada a consumo y olvido que amalgamaba capitalismo y democracia como nunca lo había hecho, Adorno situó en perspectiva histórica el resurgimiento de las derechas autoritarias y su progresiva radicalización como efecto político e ideológico de la tensión entre la gestión democrática y la tendencia indetenible a la concentración del capital (Adorno, 2021)¹². Algunos rasgos

impolítico como precondition fundante del nexo entre política y verdad. También como tránsito arduo hacia la ventura (promesa de ventura), a diferencia de la antipolítica que se erige como promesa de destrucción. Si hemos incluido la categoría de lo impolítico, como una de las categorías que es necesario separar, deslindar conceptualmente de la definición de lo antipolítico, es en razón de que algunos intelectuales orgánicos de las llamadas “nuevas derechas” modulan sus argumentos con una cierta cadencia que imposita la posición impolítica pero para desembocar finalmente en la desconexión entre política y verdad.

¹² Para Weiss (2021), la bestia negra de Adorno, esa interconexión profunda de antiintelectualismo, antimarxismo y antisemitismo ha sido el sustrato básico y fundante de una suerte de teoría generalizada de la conspiración que, agregamos, adquiere ribetes específicos en cada contexto nacional y en cada coyuntura política.

marcaron el pasaje entre las viejas derechas antidemocráticas de las que habla Adorno y las nuevas derechas neoliberales que semblantean republicanismo. Uno de ellos es la auto presentación de sí mismas como la verdadera democracia o la garantía de la pervivencia del orden republicano mediante una arrolladora producción de discursos que extremen la dialéctica amigo-enemigo de modos temerarios y reñidos con el respeto político. Al mismo tiempo, la producción de subjetividades indignadas y su cristalización en formaciones del resentimiento se destaca como una marca. Adorno por una vía distinta pero en parte convergente a otros pensadores -como Hannah Arendt o Jacques Lacan- señaló los efectos segregativos de la “coexistencia pacífica” entre capitalismo y democracia, uno de cuyos productos es el *ciudadano irritado* (*Wutbürger*) tal como ha sido descrito por Dirk Kurbjuweit (Weiss, 2021, p. 72). Es allí donde la deshistorización y la desmemoria agitan las pasiones del odio y el impulso hacia acciones de desobediencia civil y rechazo de las instituciones democráticas.

Jorge Alemán destaca que el capitalismo no es sólo una economía sino que es una estructura acéfala que muestra -día a día- su reproducción ilimitada, una de cuyas consecuencias es la reproducción serial de la muerte. La eficacia del discurso capitalista se asienta en los modos en que horada lo común, ese lugar privilegiado de la política y en la política para desplazar la *experiencia* de la elaboración mancomunada hacia lo ilimitado de las redes sociales donde se experimenta¹³ la elucubración técnica de lo común. Terreno fértil para los llamados discursos de odio y las más capitalizables alegrías del odio, prohijadas por las lógicas algorítmicas acopladas a usos antipolíticos. Para Alemán (2020), esa elucubración técnica del sentido común no puede escindirse de la maquinaria productora de hipótesis paranoicas¹⁴. De modo tal que, tanto la ultraderecha como las nuevas derechas neoliberales configuran su espacio sin relación con la verdad y sólo hacen uso de su lengua para gozar y, como señala Alemán, el odio es uno de sus goces dilectos, de sus grandes motores.

Una parte significativa de las llamadas nuevas derechas son entonces aglutinamientos que juegan sus cartas antipolíticas en el terreno político. La ascendencia de estos sectores es un fenómeno global. En la Argentina algunas voces

¹³ Experiencia y experimento no son términos intercambiables.

¹⁴ Cabe entender “por hipótesis paranoica, después de Freud y Lacan, más que una realidad clínica, una posición del sujeto, así como también una posición colectiva donde todo es interpretable bajo un mismo signo amenazante. La paranoia es una normalidad que se caracteriza por unificar la realidad bajo el signo de una amenaza que se infiltra y quiere quedarse, en el caso de lo expresado por la ultraderecha, con el tesoro [...]. La ultraderecha ha elevado esta posición paranoica al estatuto de una praxis ideológica. Cuenta a su favor con el hecho de que el neoliberalismo ha derrotado a las izquierdas, especialmente en los últimos años y principalmente en el aspecto subjetivo” (Alemán, 2020, p.43-46).

de esas derechas han puesto en entredicho -cuando no recusado- los legados políticos de la transición democrática argentina y lo han hecho mediante estrategias, retóricas, recursos y procedimientos no del todo nuevos, pero sí *aggiornados* a las lógicas de la denominada pos-verdad y la incentivación de discursos de odio – la masa del pánico de la que hablaba Freud – propios de la antipolítica y en los que se inscribe el trabajo de deslegitimación de los consensos democráticos –trabajosamente contruidos – sobre el pasado reciente, los efectos del terrorismo de Estado y la articulación entre Memoria, Verdad y Justicia como eje de las políticas de la memoria, tanto las de reparación como las de derechos humanos en curso y por venir.

Las derechas se han movido históricamente en la impunidad del privilegio y del uso de la fuerza. La llamada antipolítica -y el goce odiante que agitan las palabras que la nutren- se edifica en la impunidad de la lengua y en los modos a-lógicos, pero también marcados por la incomparecencia, la jurídica pero también la argumental, en los que se ejerce en nuestra época el discurso político por parte de las derechas irresponsables cuando no artífices de desembozadas técnicas del golpe de Estado. Las derechas no saben qué hacer con la memoria, con el deber de memoria y menos con el deseo de memoria (Magrin, 2020). Es allí en el deseo de memoria donde puede tejerse una memoria común, anudada a la verdad y a la justicia, que haga de valla a la reivindicación del exterminio que anida en las posiciones antipolíticas. La relación con el pasado requiere ser historizante y no historicista. Se trata de pensar desde ese pasado, con ese pasado, también contra ese pasado pero nunca sin ese pasado. Es allí, en el trabajo sobre las herencias del pasado que puede constituirse un legado presente y, entonces, el deseo de memoria es más que un movimiento que ayuda a tejer el pasado con el presente y con el porvenir, es el amparo de su consistencia, la condición misma del nudo.

Para finalizar, podemos decir que las cuestiones de método han indagado profusamente en los andariveles del conocimiento y pensamiento sobre el pasado reciente. Pienso, lo enuncio ahora en primera persona del singular, que las políticas de la memoria se encuentran en una encrucijada que nos convoca a pensar la dimensión espiritual de las mismas. En el tomo V del *Último Reino* titulado *Sordidísimos*, Pascal Quignard escribe “Todos los muertos dejan huellas lumionosas en el espacio – aunque, por supuesto, son absolutamente invisibles para aquellos a los que su desaparición no entristece” (Quignard, 2017). En *La oreja de los nombres*, Federico Galende escribe que “La tristeza, en Rilke, es conciencia lingüística de la inefabilidad del mundo. Así hace el lenguaje su tiniebla, hereda su tiniebla, hace y hereda lo que no sabe si hereda

o hace” (Galende, 2005, p. 23). Galende ubica la tristeza en el corazón del percibir cuando se percibe que se percibe y no se percibe al mismo tiempo. Galende se detiene en ese escrito de Freud, *Lo perecedero* (también traducido como *Lo efímero*), donde Freud trae sus ocurrencias, las que sobrevienen en caminata con un poeta al que no nombra -hoy sabemos que es Rilke- una vez recién concluida la gran guerra del 14. Recorre la discordia entre la conciencia hastiada del mundo y la rebeldía contra su fatalidad que atraviesa la reflexión de Freud, uno de sus escasos textos en los que despliega cierto optimismo. Y dice; Galende, que para Rilke no hay discordia porque “la tristeza no sería el opuesto de la rebeldía, sino por el contrario, su más acabada expresión”. La poética da lugar a la tristeza, la acoge y la cobija, trabajo sin el cual no habría verdadera transmisión. Las políticas de la memoria están invocando una torsión, requieren ser desplegadas también como poéticas de la memoria. El derecho al sentido que promueven no puede ocluir o acallar el derecho a entristecernos. Una tristeza que es necesario atravesar para mover el impulso rebelde y emancipatorio como contracara del afecto de odio.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. *Rasgos del nuevo radicalismo de derecha*. Madrid: Taurus, 2021.
- ALEMÁN, Jorge. *Pandemónium*: notas sobre el desastre. Madrid: Ned Ediciones, 2020.
- ARENDT, Hannah. *La promesa de la política*. Buenos Aires: Paidós, 2015.
- AUERBACH, Erich. El surgimiento de las lenguas nacionales. In: AUERBACH, Erich. *La cultura como política*: escritos del exilio sobre la historia y el futuro de Europa (1938-1947). Buenos Aires: El Cuenco de Plata, 2017.
- BADIOU, Alain. *¿Se puede pensar la política?* Buenos Aires: Nueva Visión, 1990.
- BESSE, Juan; MESSINA Luciana. Las políticas de la memoria en las emergencias de la antipolítica (2008-2019). *Clepsidra*, v. 9, n. 17, p. 12-31, 2022.
- CALVEIRO, Pilar. *Poder y desaparición*: los campos de concentración en la Argentina.

Buenos Aires: Colihue, 2008.

CRENZEL, Emilio. *La historia política del Nunca Más: la memoria de las desapariciones en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

DEBORD, Guy. *La sociedad del espectáculo*. Buenos Aires: La Marca, 1995. (Biblioteca de la Mirada).

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Supervivencia de las luciérnagas*. Madrid: Abada Editores, 2012.

DUHALDE, Eduardo Luis; ROUSSEAU, Fabiana. *El ex detenido-desaparecido como testigo de los juicios por crímenes de lesa humanidad*. Buenos Aires: Fundación Eduardo Luis Duhalde, 2015.

GALENDE, Federico. *La oreja de los nombres*. Santiago de Chile: Gorla, 2005.

GÉRARD, Valérie. *Simone Weil: lecturas políticas*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2012.

HUYSEN, Andreas. *En busca del futuro perdido: Cultura y memoria en tiempos de globalización*. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

KAUFMAN, Alejandro. Actualidad del Nunca Más: suceso, límite y testimonio. In: ROUSSEAU, Fabiana; SEGADO, Stella (org.). *Territorios, escrituras y destinos de la memoria: diálogo interdisciplinario abierto*. Temperley, Buenos Aires: Tren en movimiento; TeCMe, 2018. p. 35-73.

KAUFMAN, Alejandro. *La pregunta por lo acontecido: ensayos de anamnesis en el presente argentino*. Lanús: Ediciones La Cebra, 2012.

LASSWELL, Harold D. La concepción emergente de las ciencias de políticas. In: VILLANUEVA, Luis F. Aguilar (ed.). *El estudio de las políticas*. México: Miguel Ángel Porrúa, 1996. p. 105-117.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. *La Memoria Política y sus espectros*. Madrid/Saarbrücken: Editorial Académica Española, 2015.

LVOVICH, Daniel; GRINCHPUN Boris Matías. Banalización, relativización,

negacionismo: un escenario en los campos de batalla por la memoria del pasado reciente argentino. *Contenciosa*, Santa Fe, n. 12, ene./nov., 2022.

MAGRIN, Natalia. Derivas e insistencias de un deseo de memoria. In: ROUSSEAU Fabiana (org.). *Legado y memorias: debates sobre el futuro anterior*. Buenos Aires: TeCMe; Tren en movimiento, 2020. p. 35-50.

MILNER, Jean-Claude. *Las inclinaciones criminales de la Europa democrática*. Buenos Aires: Manantial, 2007.

QUIGNARD, Pascal. *Sordidísimos: último reino V*. Buenos Aires: El Cuenco de Plata, 2017.

RABOTNIKOF, Nora. Memoria y política a treinta años del golpe. In: LIDA, Clara E.; CRESPO, Horacio; YANKELEVICH Pablo (org.). *Argentina, 1976: estudios en torno al golpe de Estado*. México: El Colegio de México, 2007. p. 259-284.

RANCIÈRE, Jacques; BASSAS, Javier. *El litigio de las palabras: diálogo sobre la política del lenguaje*. Madrid: Ned Ediciones, 2019.

ROUSSEAU, Fabiana. ¿30.000? ¡Ni idea! El Estado y lo sacro. In: ROUSSEAU Fabiana; SEGADO Stella (org.). *Territorios, escrituras y destinos de la memoria: diálogo interdisciplinario abierto*. Temperley, Buenos Aires: Tren en movimiento; TeCMe, 2018. p. 27-45.

SOURIAU, Étienne. *Los diferentes modos de existencia*. Buenos Aires: Cactus, 2017.

WEISS, Volker. Epílogo. In: ADORNO, Theodor W. *Rasgos del nuevo radicalismo de derecha*. Madrid: Taurus, 2021. p. 59-89.

SOBRE O AUTOR

Juan Besse

Professor Associado Regular do Departamento de Geografia, Instituto de Geografia Romualdo Ardisson, Programa de Doutorado/FFyL/UBA. Lic. em Ciências Antropológicas.

DE DESAPARICIONES Y BÚSQUEDAS INHUMACIONES IRREGULARES HACIA MEDIADOS DE LOS AÑOS 70 EN CÓRDOBA - ARGENTINA

Melisa Paiaro

RESUMEN

El presente artículo se propone reflexionar sobre uno de los métodos de desaparición/eliminación de cadáveres más utilizados durante la última dictadura cívico-militar en Argentina, el de la inhumación irregular en cementerios públicos. ¿Qué características diferenciaron este método de los “vuelos de la muerte” y de las “inhumaciones en predios militares”? ¿Qué registros se produjeron en la implementación de dicho método de desaparición de cuerpos? ¿Cómo fueron las denuncias y los procesos de búsqueda de esos cuerpos? Para poder abordar estas cuestiones, el artículo indaga, desde una perspectiva histórico-antropológica, sobre las particularidades de un caso paradigmático: el hallazgo de una de las mayores fosas comunes existentes en Latinoamérica, ocurrido en el Cementerio San Vicente de la ciudad de Córdoba, Argentina. El supuesto que guía el análisis es que la inhumación irregular implicó la intervención de instancias burocrático-administrativas vinculadas al manejo regular de cadáveres –hospitales, morgues y cementerios públicos –, lo que derivó en la existencia de rastros documentales que, en la actualidad, dan cuenta de su uso y extensión.

PALABRAS-CLAVE: desaparición/eliminación de cadáveres; inhumaciones irregulares; cementerio público; antropología forense; registros documentales.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre um dos métodos de desaparecimento/ eliminação de cadáveres mais utilizados durante a última ditadura civil-militar na Argentina: o sepultamento irregular em cemitérios públicos. Quais características diferenciavam esse método dos “voos da morte” e dos “sepultamentos em propriedade militar”? Quais registros eram mantidos da implementação desse método de desaparecimento de cadáveres? Como eram as denúncias e os processos de busca por esses corpos? Para responder a essas questões, o artigo investiga, a partir de uma perspectiva histórico-antropológica, as particularidades de um caso paradigmático: a descoberta de uma das maiores valas comuns da América Latina, ocorrida no Cemitério de San Vicente, na cidade de Córdoba, Argentina. O pressuposto que norteia a análise é o de que os sepultamentos irregulares envolveram a intervenção de órgãos burocráticos e administrativos envolvidos no manejo regular de cadáveres — hospitais, necrotérios e cemitérios públicos –, o que levou à existência de evidências documentais que refletem atualmente seu uso e extensão.

PALAVRAS-CHAVE: desaparecimento/eliminação de cadáveres; sepultamentos irregulares; cemitério público; antropologia forense; registros documentais.

ABSTRACT

This article aims to reflect on one of the most widely used methods of disappearance/

elimination of corpses during the last civil-military dictatorship in Argentina, that of irregular burial in public cemeteries. What characteristics differentiated this method from “death flights” and “burials in military premises”? What records were produced in the implementation of this method of disappearance of bodies? What were the complaints and the search processes for these bodies like? In order to address these issues, the article investigates, from a historical-anthropological perspective, the particularities of a paradigmatic case: the discovery of one of the largest mass graves in Latin America, which occurred in the San Vicente Cemetery in the city of Córdoba, Argentina. The assumption guiding the analysis is that irregular burial involved the intervention of bureaucratic-administrative bodies linked to the regular handling of corpses – hospitals, morgues and public cemeteries – which led to the existence of documentary traces that currently account for their use and extent.

KEYWORDS: disappearance/elimination of corpses; irregular burials; public cemetery; forensic anthropology; documentary records.

“¿Por qué borrar las marcas de la historia dejando al cuerpo sin nombre, y al nombre sin cuerpo? ¿Qué es la muerte sino algo que oye sin responder, guardando siempre un secreto mudo, vacío? Hilvanar muerte, huesos y un nombre en una sepultura luego de haber sido amputado el culto y el llanto, hace que la carne, ya ausente, se encarne en una historia silenciada tanto como profanada. ¿Puede alguien detenerse y dejar que sus muertos sean un puro deshecho al abono de la tierra? ¿Qué es la sepultura sino preservar del olvido a un cuerpo por ser aquel que perteneció a un padre, a una madre, a un hijo? ¿Es lícito privar al muerto y a quien lo llora de esta única relación conservable? ...Quizás escribiendo su nombre sea posible humanizarlos en las encrucijadas de la historia. Texto escrito por Andrea, Julián y Diego, hijos de Lidia N. Massironi, desaparecida argentina identificada por el EAAF

(Cohen Salama, 1992)

INTRODUCCIÓN

Entre 1976 y 1983, en Argentina miles de personas fueron detenidas o secuestradas por miembros de las fuerzas de seguridad (militares o policiales), recluidas en lugares de cautiverio donde eran sistemáticamente torturadas y, en la mayoría de los casos, finalmente, asesinadas. Una de las particularidades de la modalidad represiva que llevó adelante la última dictadura cívico-militar tuvo que ver con la generalización del fenómeno de la desaparición forzada de personas. Ésta no sólo consistió en privar a una persona de su libertad, someterla a tormentos para que revele información y hacinarla en un Centro Clandestino de Detención (CCD) hasta

que se defina su suerte, sino que, también, consistió en volcar el aparato estatal para evitar que se establezca la correlación de identidad que une a una persona (que ha sido secuestrada) con un cuerpo (asesinado) (Somigliana; Olmo, 2009). Diversos métodos fueron utilizados para deshacerse y “hacer desaparecer” los cuerpos de las personas asesinadas. Uno de ellos, quizás el más conocido por su espectacularidad, fue el conocido como “los vuelos de la muerte” que consistió en arrojar prisioneros, desde aviones, a las profundas aguas del Río de la Plata. También se pudo comprobar la utilización del método del enterramiento, clandestino e ilegal, de cadáveres en fosas ubicadas en descampados o en terrenos militares en distintos puntos del país¹. Finalmente, el último de los métodos que podemos mencionar, y sobre el que me interesa reflexionar en este escrito, tuvo que ver con el enterramiento irregular² de cadáveres en cementerios públicos como “NN”, como muertos anónimos. El uso y extensión del método de inhumación irregular ha sido comprobado en diversas ciudades de dieciséis de las veinticuatro provincias argentinas³. Esto pone en evidencia la importancia de centrarse en las particularidades que tuvo esta práctica de desaparición/eliminación de cuerpos, tan ampliamente utilizada por las fuerzas represivas en los años setenta.

Les invito aquí a pensar, entonces, cómo fueron esos enterramientos irregulares en aquellos lugares preparados para recibir e inhumar cadáveres regularmente. ¿Qué características diferenciaron a este método de “los vuelos de la muerte” y de las inhumaciones en predios militares? ¿Qué registros se produjeron en la

¹ Ejemplos de este método son los hallazgos de restos humanos realizados por el Equipo Argentino de Antropología Forense (EAAF) en: 2001, en el Pozo de Vargas, localizado en la provincia de Tucumán; 2007, en el Destacamento de Arana de la ciudad de La Plata, primer CCD de la policía, donde se lograron comprobar enterramientos clandestinos; 2010, en el Campo Militar San Pedro en la provincia de Santa Fe, y 2014, en los hornos de cal del predio militar de La Ochoa en Córdoba.

² Tal como afirman Somigliana y Olmo, “la inhumación clandestina supone el enterramiento de las víctimas en lugares no destinados a ello con fin de ocultación. La principal diferencia con la inhumación irregular es que esta ocurre en lugares destinados a ese propósito y por ende –generalmente – esta última deja vestigio documental” (2009, p. 56).

³ Hasta el momento, han sido verificados enterramientos irregulares de personas asesinadas y desaparecidas por razones políticas en los cementerios de: Lomas de Zamora, San Martín, Platense, Magdalena, Boulogne, Escobar, Villegas, Vicente López, San Andrés de Giles, General Lavalle, Santa Mónica, Moreno, Grand Bourg, Monte Grande, General Madariaga, Villa Gesell, Presidente Derqui, Maquinista Savio, Ezpeleta, Ezeiza (Provincia de Buenos Aires); en el Cementerio de Avellaneda (Ciudad Autónoma de Buenos Aires); en el Cementerio Municipal Fray Mamerto Esquiú (Catamarca); Cementerio de Quitilipi (Chaco); Cementerio de San Vicente (Córdoba); Cementerio de Empedrado (Corrientes); Cementerios de Villa Paranacito e Ibicuy (Entre Ríos); Cementerio Virgen de Itatí (Formosa); Cementerio de Yala (Jujuy); Cementerio de La Capital (Mendoza); Cementerios de Santa Ana y Oberá (Misiones); Cementerio de Capital (San Juan); Cementerio La Piedad, Municipal de Rosario y San Lorenzo (Santa Fé); Cementerio La Piedad, Quimilí y Santa María (Santiago del Estero); Cementerio de la Santa Cruz (Salta); y Cementerio Tacanas (Tucumán).

implementación de las inhumaciones irregulares en cementerios públicos? Y ¿cómo fueron las denuncias y los procesos de búsqueda de esos “cuerpos desaparecidos”? Para poder abordar estas cuestiones, voy a tomar el caso del Cementerio San Vicente de la ciudad de Córdoba, Argentina, en donde trabajé entre 2004 y 2008 como investigadora junior del Equipo Argentino de Antropología Forense (EAAF)⁴, en el marco de la causa judicial “Averiguación de Enterramientos Clandestinos”.

El Cementerio San Vicente está ubicado en un barrio popular de la zona sur-este de la ciudad de Córdoba, construida históricamente como periférica-marginal (Sánchez, 2020)⁵. Fue creado en 1988 a causa del “peligro” y el miedo de “contaminación” que representaban los muertos por la epidemia de cólera que azotaba a la ciudad hacia fines del siglo XIX. Desde sus inicios albergó a muertos provenientes de distintos márgenes: muertos de sectores de bajos recursos, judíos y musulmanes, ancianos indigentes, enfermos de lepra, cólera y, más recientemente, muertos por la pandemia del COVID-19 (Sánchez, 2020). Como veremos más adelante, hacia mediados de 1970 también fue utilizado para recibir e inhumar cadáveres de los llamados “delincuentes subversivos”. Estos muertos, junto a los de pobres y enfermos, fueron sepultados irregularmente en lo que, por ese entonces, era el sector postrero de la necrópolis. A partir del desarrollo de investigaciones antropológico forenses en San Vicente, en el año 2003 fue posible localizar una de las mayores fosas comunes de Latinoamérica, dejando en evidencia otro de los usos imprevisto en el diseño original del Cementerio, esto es, como lugar para finalizar el proceso de desaparición/eliminación de cadáveres de personas asesinadas por las fuerzas de seguridad.

Comenzaré describiendo, brevemente, dos escenas que acontecieron en diferentes temporalidades y contextos, vinculadas a las inhumaciones irregulares de cuerpos “NN” en el Cementerio San Vicente.

⁴ Creado en 1984 por el antropólogo forense estadounidense Clyde Snow, el objetivo del EAAF es el de lograr recuperar, identificar y restituir a sus familias, los restos de personas desaparecidas en diversos contextos de violencia, en Argentina y otros países del mundo; aportando pruebas científicas a los procesos judiciales. Ver más en el sitio web de la institución. Disponible en: <https://eaaf.org/quienes-somos/>. Acceso en: 20 jun. 2025.

⁵ De acuerdo a Sánchez, se trata de una zona “al ‘margen’ en diversos sentidos: en primer lugar, respecto de la distancia física entre centro-periferia; también en el margen del foco de atención del control administrativo estatal y finalmente como albergadora de aquellas otredades ‘contaminantes’. ‘Marginal’ en varios sentidos: físicamente ocupa el margen de la Ciudad del centro histórico y de los barrios de la Ciudad; en el sentido descriptivo y valorativo, en que ‘marginal’ denota descuido, abandono, olvido, negligencia; y por último, como una zona de la Ciudad de Córdoba, en las que se han agrupado y construido identidades estigmatizadas y frecuentemente despreciadas” (Sánchez, 2020, p. 35).

PRIMERA ESCENA: “LA CARTA”

El 30 de Junio de 1980, un grupo de trabajadores de la Morgue Judicial de Córdoba Capital, entre ellos ayudantes técnicos de autopsias y morgueros, envió una carta al presidente de *facto*, teniente general Jorge Rafael Videla, reclamando “una mejor paga por la inhumación de cadáveres NN”. A lo largo de las siete páginas de la carta, describían el grado de insalubridad de su trabajo y las malas condiciones de las instalaciones de la Morgue, en la que habían tenido que recibir, a partir de 1976, una gran cantidad de cadáveres sin identificación. Señalaban allí la nula respuesta que, hasta ese momento, habían obtenido de las autoridades por su reclamo. Para dimensionar su situación, narraron a Videla un operativo, llevado a cabo en diciembre de 1976, cuando el Tribunal Superior de Justicia de Córdoba dispuso sepultar en horas de la noche todos los cadáveres que se encontraran en el depósito.

Es imposible Sr. Presidente describirle una imagen real de lo que nos tocó vivir, al abrir las puertas de las salas donde se encontraban los cadáveres, dado que algunos llevaban más de 30 días de permanecer en depósito sin ningún tipo de refrigeración, una nube de moscas y el piso cubierto por una capa de aproximadamente 10cm y medio de gusanos y larvas... A pesar de todo esto no tuvimos ningún tipo de reparos en realizar la tarea ordenada; es de hacer notar que la mayoría de estos cadáveres eran delincuentes subversivos. Morgueros y Ayudantes Técnicos de Autopsia en la caja del camión junto a los cadáveres y custodiados por dos móviles de la Policía de la Provincia... nos dirigimos así al cementerio de San Vicente. Es inenarrable el espectáculo que presentaba el cementerio; los móviles de la Policía alumbraban la fosa común donde fueron depositados los cadáveres identificados por números y como punto de referencia los pilares de la pared cercana, detrás de la cual e inclusive arriba de los techos los vecinos al cementerio observaban la macabra tarea realizada (Conadep, 1986, p. 244).

SEGUNDA ESCENA: “LOS RESTOS”

Veintitrés años después del envío de aquella carta, el 1 de Julio de 2003, en el diario de mayor tirada local fue publicada una noticia titulada: “Identifican el cadáver de Mario Osatinsky. Es la primera vez que se comprueba la identidad de un NN en la causa `Averiguación de enterramientos clandestinos`” (Identifican..., 2003) (ver Imagen 1). La nota hacía referencia a la resolución judicial, emitida por la Jueza

Garzón de Lascano, que daba a conocer la identidad de los primeros restos que peritos oficiales del EAAF identificaron en las investigaciones que, desde diciembre de 2002, llevaban a cabo en el Cementerio San Vicente. En la resolución, la Jueza establecía que los restos de Osatinsky se habían encontrado esqueletizados, articulados, con seis impactos de proyectil de arma de fuego. Detallaba que, en el libro de la Morgue Judicial, había quedado registrado el ingreso del cadáver de Osatinsky, como NN, el 26 de marzo de 1976 -figurando causa de muerte: “enfrentamiento” –, así como la fecha en fue trasladado e inhumado en una fosa común del Cementerio San Vicente – el 27 de abril de 1976.

Imagen 1 – Identifican el cadáver de Mario Osatinsky.

A 2 **LA VOZ DEL INTERIOR**
CÓRDOBA, MARTES 1 DE JULIO DE 2003

Política

SIN OLVIDO FALLO CORDOBÉS

Identifican el cadáver de Mario Osatinsky

Es la primera vez que se comprueba la identidad de un NN en la causa “Averiguación de enterramientos clandestinos”.

La jueza Garzón de Lascano estableció que murió el 25 de marzo de 1976 y que fue inhumado en el Cementerio San Vicente como NN.

Las exhumaciones que comenzaron en diciembre último en el Cementerio San Vicente de la ciudad de Córdoba tienen un primer nombre que ha podido ser identificado: Mario Osatinsky, muerto el 25 de marzo de 1976, en La Pisanita, cerca de Alta Gracia, a los 18 años.

Cristina Garzón de Lascano, jueza federal N° 3, emitió una resolución en la que da a conocer la identidad de los primeros restos que los peritos oficiales designados, pertenecientes al Equipo Argentino de Antropología Forense (EAAF), pudieron identificar.



Sara de Osatinsky, la mamá de Mario, en 1985, cuando declaró en el juicio de las juntas, desde Europa.

ANÁLISIS Por Ana María Mariani
De nuestra Redacción
amariani@lavozdelinterior.com.ar

Un minuto de silencio

Todos sentimos que la muerte de un hijo debe ser lo más terrible que lo puede pasar a un ser humano. Pero no hay imaginación suficiente que pueda abarcar el dolor que sentirá quien pierde a sus dos únicos hijos.

Sara Solarz de Osatinsky deberá atravesar, ahora, otro doloroso trance: venir a Córdoba a recibir los restos de Mario, su hijo mayor, muerto a los 18 años en La Serranita, provincia de Córdoba.

La mamá de Mario Osatinsky se de coraje para volver a ver algunos rostros de aquellos años.

¿Qué sentirá alguien que vuelve a un lugar en el que tuvo que soportar la tortura y tanta pérdida? Un extraño recorrido el de Sara. Un extraño recorrido que le ha tocado a muchos.

Los familiares de Sara Solarz de Osatinsky, a su llegada a Buenos Aires el fin de semana último, habrán tenido que contenerla y acompañarla mucho cuando puso los pies en un lugar al que

Fuente: nota publicada en el diario *La Voz del Interior*, Córdoba, 1 de julio de 2003.

Debajo del titular, en una fotografía en blanco y negro, una mujer miraba fijamente a la cámara. Se trataba de Sara Solarz⁶, viuda de Marcos Osatinsky, uno de los jefes de las Fuerzas Armadas Revolucionarias (organización ligada al peronismo de izquierda) asesinado en 1975, y madre de Mario y José (18 y 15 años, respectivamente), secuestrados y desaparecidos en Córdoba en 1976. Luego de veinticinco años de exilio, Sara había regresado al país para recibir una pequeña urna que contenía los

⁶ Fue secuestrada en Mayo de 1977, trasladada a la Escuela de Mecánica de la Armada (Esma); liberada en 1978, decidió exiliarse en Suiza.

restos de su hijo mayor. Por aquel entonces, la periodista Ana Mariani se preguntaba:

¿Qué sentirá alguien que vuelve a un lugar en el que tuvo que soportar la tortura y tanta pérdida? Un extraño recorrido el de Sara. Un extraño recorrido que le ha tocado a muchos (Identifican..., 2003).

LA CARTA, LOS LIBROS DE LA MORGUE Y SUS EFECTOS

La primera denuncia por inhumaciones irregulares en el Cementerio San Vicente fue realizada por Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas a fines de 1982. Como sostiene Crenzel (2005), no es casual el hecho de que tales denuncias aparecieran después de la derrota de Malvinas, cuando la dictadura había perdido consenso interno e internacional. Sin embargo, el expediente de San Vicente no tuvo avances relevantes hasta el regreso de la democracia. Recién dos años después, ya con un presidente elegido democráticamente, la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (Conadep)⁷ en su primera visita a Córdoba⁸ en febrero de 1984, hizo pública la existencia de la carta que trabajadores de la Morgue habían enviado a Videla en 1980. En conferencia de prensa, el presidente de la Conadep informó que habían recibido pruebas sobre enterramientos irregulares en el Cementerio San Vicente, las que pusieron a disposición de la justicia cordobesa. Pero, ¿de qué tipo de pruebas hablaba? Por un lado, refería al testimonio brindado por dos ex empleados de la Morgue Judicial, quienes le habían entregado la carta que escribieron en 1980. Según sus testimonios, los cadáveres se inhumaban en horas de la noche, con apoyo de la policía y el ejército, en fosas comunes e individuales del San Vicente. Por el otro, la Comisión afirmaba haber accedido al “libro de ingresos de la Morgue Judicial en el que se detallan que hay subversivos que en un número aproximado de 300 ingresaron entre los años 1976 y 1977” (Cementerio..., 1984) Mencionaba que los cadáveres, “remitidos a la morgue con evidentes signos de tortura, numerosos impactos de bala y señales de haber sido atados de pies y manos” (Cementerio..., 1984) fueron finalmente sepultados en el Cementerio San Vicente en horas de la noche, por orden de personal militar y policial.

⁷ Compuesta por personalidades de la sociedad civil y tres diputados de la nación, la principal tarea de este organismo, creado por decreto del presidente Raúl Alfonsín, era investigar las violaciones a los derechos humanos ocurridas durante la dictadura cívico-militar.

⁸ La visita de miembros de la Comisión a la provincia, tuvo por finalidad efectuar reuniones con autoridades provinciales, judiciales y organismos de DD.HH., además de receptar denuncias y sentar las bases para la conformación de una delegación local del organismo.

Me interesa detenerme aquí a reflexionar sobre la información que brindan este tipo de registros oficiales, como es el caso de los libros de ingreso de la Morgue Judicial, en tanto posibilitan observar las regularidades en el tratamiento de cadáveres en instituciones abocadas a ello. Los libros de la Morgue son cuadernos rectangulares, de tapas negras, que han sido completados de manera manuscrita por diversos trabajadores de la institución. En cada hoja, se observan una serie de datos – *número de orden, fecha de ingreso, recibido por, horas, procedencia, nombre y apellido, fecha de autopsia, médico forense, juzgado, causa de muerte, diagnóstico, domicilio/destino/cementerio, fecha de salida, hora de salida, entregado por, empresa y retirado por* – organizados en un cuadro de doble entrada que ocupa todo el largo de dos páginas consecutivas. A diferencia de lo que ocurre con la carta de los mortueros, en estos libros es posible encontrar individualizados los ingresos de cadáveres no identificados y su traslado al cementerio. Entonces, mientras que la carta ofrece información contextual y más general – sobre agencias estatales involucradas, el tratamiento de los cuerpos, el lugar de depósito en la morgue, modalidad de traslado, etc. – los libros de ingresos de la Morgue permiten individualizar la práctica de la inhumación irregular a través del registro de información particularizada sobre cada cuerpo “NN” ingresado. Por otro lado, es interesante observar que, en ellos, el ingreso de cadáveres “NN” no aparece como un evento disruptivo o excepcional, sino, más bien, como parte del acontecer cotidiano de la necrópolis.

Ahora bien, como ocurre con otro tipo de registros oficiales, indagados históricamente estos documentos evidencian las variaciones acontecidas a lo largo del tiempo, respecto a la inhumación de personas no identificadas en cementerios públicos. Como ya han señalado Somigliana y Olmo (2009), durante buena parte del siglo XX, las personas inhumadas como “NN” en cementerios públicos correspondían a dos franjas etarias: por un lado, la de individuos que morían durante, poco antes o poco después, del nacimiento; por el otro, quienes transitaban la madurez o comienzos de la ancianidad. En este último grupo, el 90% eran hombres con causa de muerte – asentadas en certificados de defunción y registros de cementerio – vinculadas a enfermedades crónicas, paros cardiorrespiratorios y accidentes ferroviarios. Sin embargo, de acuerdo a un informe de la Secretaría de Derechos Humanos, realizado en 1987, “estas regularidades manifestaron varias modificaciones durante los años en que se produjo la escalada represiva de la última dictadura” (Gandulfo, 2015, p. 122). Dicho informe afirma que, para el bienio 1976-1977, se observa una súbita “explosión demográfica” de inhumaciones de “NN” en los partidos de las concentraciones urbanas

más importantes de la provincia de Buenos Aires. Se puede ver un predominio de personas jóvenes (entre 15 y 35 años), un aumento relativo de la tasa de mujeres y un cambio en las causas de muerte, que pasaron a ser: “herida de bala” y “traumatismo de cráneo”. El informe indica que, en los dos primeros años de la dictadura, el número de cadáveres “NN” registrados supera, en mil setenta y ocho casos, el número del período considerado para el informe (1970-1984), que era de ciento cincuenta por año (Snow; Bihurriet, 1992). En definitiva, el análisis histórico de este tipo de documentos oficiales evidencia que la proporción entre hombres y mujeres, así como la distribución por edades de los casos de “NN” registrados, se corresponde con la de aquellos cuyo secuestro era denunciado contemporáneamente; y las causas de muerte, con el destino que previsiblemente habían corrido.

Volviendo al caso de San Vicente, días después de la conferencia de prensa de Conadep en 1984, la Justicia Federal ordenó realizar las primeras excavaciones en el sector del cementerio⁹ señalado por ex trabajadores de la Morgue. ¿Cómo fue aquella exhumación? A lo largo de dos días consecutivos, 3 y 4 de marzo de 1984, empleados municipales excavaron con palas mecánicas, sin tomar recaudos en la recuperación de restos óseos ni en la recogida de evidencia asociada (ropa, proyectiles, etc) (ver Imagen 2). Los cráneos encontrados, fueron puestos en una bolsa de nylon, mientras que el resto de los huesos fueron descartados. El saldo de estas excavaciones fue la destrucción de una fosa común conteniendo una cifra incalculable de esqueletos humanos, que tiempo después serían derivados al horno crematorio del mismo cementerio, por orden de autoridades municipales¹⁰.

Luego de esto, se cerró la etapa de búsqueda tanto en San Vicente como en otros cementerios del país. Y es que, hacia finales de los años 80, la presión ejercida al gobierno de Raúl Alfonsín por los levantamientos militares y las consiguientes

⁹ El 3 de marzo 1984 el Juez Becerra Ferrer, a cargo del Juzgado Federal N°1, solicitó la exhumación de una fosa común en San Vicente tras la denuncia de Elena Corbin, madre de Daniel Barjacoba, víctima de la masacre de “Los Surgentes”. La denuncia daba cuenta de que los cuerpos de siete jóvenes habían sido remitidos a la Morgue Judicial en octubre de 1976, desde la localidad de Los Surgentes (provincia de Córdoba), con indicación de haber perecido en un “enfrentamiento” siendo, finalmente, inhumados como “NN” en el cementerio municipal.

¹⁰ A partir del análisis odontológico realizado por un grupo de antropólogos forenses encabezado por Clyde Snow (creador del EAAF), solo fue posible identificar el cráneo de una de las siete víctimas, Cristina Constanzo, asesinadas en la localidad de Los Surgentes, a 300km de la ciudad de Córdoba, el 16 de Octubre de 1976.

leyes de obediencia debida¹¹ y punto final¹², limitaron drásticamente los avances en términos de verdad y justicia que, junto a la insistencia de memoria, se tornarían por años en los tres horizontes de demanda siempre pendientes de las Madres de Plaza de Mayo, las Abuelas, los Hijos de desaparecidos y demás organizaciones de derechos humanos en Argentina.

Imagen 2 – Excavaciones con palas mecánicas realizadas en el Cementerio San Vicente en marzo de 1984.



Fuente: diario *La Voz del Interior*, Córdoba, 3 de marzo de 1984.

¹¹ Ley 23521, promulgada el 8 de junio de 1987, por la cual se establece la presunción de que los delitos cometidos por los miembros de las Fuerzas Armadas cuyo grado estuviera por debajo de coronel durante el terrorismo de Estado y la dictadura militar no eran punibles. Disponible en: <https://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/20000-24999/21746/norma.htm>. Acceso en: 20 jun. 2025.

¹² Ley 23492, promulgada el 24 de diciembre de 1986, la cual establecía la paralización de los procesos judiciales contra los imputados de ser autores penalmente responsables de haber cometido el delito de desaparición forzada de personas durante la dictadura. Disponible en: <https://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/20000-24999/21864/norma.htm>. Acceso en: 20 jun. 2025.

UN NUEVO CONTEXTO DE POSIBILIDAD PARA LA BÚSQUEDA DE VERDAD Y JUSTICIA

Tras los largos años 90, marcados por los indultos¹³ a los militares sentenciados en el Juicio a las Juntas Militares de 1985 y la lucha sostenida de los organismos de derechos humanos en las calles, se abrió una nueva etapa para la búsqueda e identificación de las personas desaparecidas en los años 70. Una etapa en la que asistimos a la recuperación, por parte del Estado, de las consignas de verdad, memoria y justicia. Las claves de este nuevo contexto fueron: por un lado, la determinación del presidente Kirchner de derogar el decreto que impedía la extradición de militares acusados de genocidio (pedido por el juez Baltazar Garzón); por el otro, la derogación de las leyes de punto final y obediencia debida por parte del Congreso nacional (en agosto de 2003); y, finalmente, la reanudación de los juicios por delitos de lesa humanidad en diversas provincias argentinas.

En ese nuevo escenario tuvieron lugar las investigaciones que, entre otras cosas, derivaron en el hallazgo e identificación de los restos de Mario Osatinsky en San Vicente. En junio de 1998, la Cámara Federal de Apelaciones cordobesa aceptó la petición realizada por Adolfo Pérez Esquivel y la abogada María Elba Martínez, del Servicio de Paz y Justicia (Serpaj), de reanudar las investigaciones sobre violaciones a los derechos humanos. De esta manera, fue reabierta la causa “Luciano Benjamín Menéndez y otros – Delitos cometidos en la represión de la subversión – Exp. 11-M-87” y las causas acumuladas que tenían por finalidad “indagar y establecer la verdad, haciendo cesar el estado de incertidumbre de las personas desaparecidas, con el objeto de conocer su destino final” (Gandulfo, 2018, p. 11). La investigación quedó en manos del Juzgado Federal N° 3, a cargo de la jueza Garzón de Lascano. En el año 2002, con el objetivo de verificar la existencia de remanentes de las excavaciones de 1984 en el Cementerio San Vicente, la jueza convocó como peritos oficiales a miembros del Equipo Argentino de Antropología Forense.

¹³ Sancionados por dos decretos, el 6 de octubre de 1989 y el 30 de diciembre de 1990, el entonces presidente de la Argentina Carlos Menem, indultó a civiles y militares que cometieron crímenes durante la dictadura, incluyendo a los miembros de las juntas condenados en el Juicio a las Juntas de 1985, al procesado ministro de Economía José Alfredo Martínez de Hoz y los líderes de las organizaciones guerrilleras. Mediante estos decretos fueron indultadas más de mil doscientas personas.

LA INVESTIGACIÓN ANTROPOLÓGICA FORENSE

Por aquel entonces, si bien el EAAF ya era reconocido por sus trabajos nacionales e internacionales, en Córdoba poco y nada se sabía sobre el *quehacer* antropológico forense ni sobre las etapas que implicaba el proceso de búsqueda de personas que habían desaparecido por razones políticas hacia mediados de los años setenta. Desde sus comienzos, el EAAF debió “generar una forma de trabajo que no existía, un modelo transversal, que incluyera la investigación, la recuperación de restos, el análisis, los procesos de identificación” (Federman *et al.* 2022, p. 2); abarcó lo que habitualmente se conoce como investigación previa de la desaparición, al enfatizar el contacto directo con los familiares de las víctimas y sus comunidades (Fondebrider, 2005). La principal particularidad del hacer antropológico forense en Argentina fue la incorporación de la investigación histórico-contextual como un componente más del proceso, ya conformado por las tareas arqueológicas y el análisis bioantropológico. Este hacer, que posteriormente fue extendido a otros países de la región, quedó integrado por estas tres etapas principales: la investigación preliminar o histórica, el trabajo arqueológico y el análisis de laboratorio.

Pero, ¿qué tareas llevó a cabo este Equipo en Córdoba? En primer lugar, desde fines de 2002, el EAAF recopiló y analizó toda la información existente sobre inhumaciones irregulares en San Vicente. Para ello, relevó: libros de ingreso de la Morgue Judicial, el libros de ingreso del Cementerio, Órdenes de Inhumación, Actas de Defunción (asentadas en el Registro Civil). Es decir, analizó la documentación producida, entre 1976-1983, por el propio estado burocrático, a los fines de encontrar pistas para comprender las estrategias (el *modus operandi*) de ocultamiento de cuerpos en la provincia de Córdoba. Así también, fueron consultadas bases de datos de víctimas elaboradas por la Conadep-Córdoba, por organismos de derechos humanos locales y se llevaron adelante entrevistas con familiares para recabar información histórica y física sobre cada persona desaparecida. En segundo lugar, con la información brindada por la carta de 1980 de trabajadores de la Morgue, y contando con el testimonio de uno de los empleados que había participado de las inhumaciones en 1976, iniciaron las tareas de prospección arqueológica en el Cementerio San Vicente. Fue así que, a comienzos del año 2003, el Equipo localizó en San Vicente, la mayor fosa común de Latinoamérica (ver Imagen 3).

Imagen 3 – Excavaciones antropológico-forenses en el Cementerio San Vicente en el año 2003.



Fuente: diario *La Voz del Interior*, Córdoba, 2 de julio de 2003.

Aplicando los métodos y técnicas de la arqueología, fueron recuperados un total de ciento veintitrés esqueletos humanos. Cada esqueleto fue levantado y colocado en una caja de cartón, identificada con un código, y posteriormente llevada, siguiendo la cadena de custodia, al laboratorio. En una tercera etapa, se llevó adelante el análisis bio-antropológico de cada uno de los esqueletos, reconstruyéndose sexo, edad estimada, lateralidad y patologías de los restos humanos encontrados. A partir de este análisis, se pudo concluir la existencia de dos grupos poblacionales entremezclados en dicha fosa: un conjunto mayoritario de individuos de edad avanzada – que habían ingresado a la Morgue en el período investigado, pero no formaban parte del universo de personas detenidas –desaparecidas; y otro conjunto de personas jóvenes, con signos de muerte violenta (Olmo; Salado Puerto, 2008). A partir de dicho análisis, se realizaron hipótesis de identidad que fueron corroboradas con el posterior cotejo de ADN. De esta manera, además de Mario Osatinsky, hasta el momento fueron identificadas y restituidos a sus familias los restos de catorce personas, todas ellas secuestradas y desaparecidas entre 1975 y 1977 en Córdoba: Liliana Sofía Barrios,

Horacio Pietragalla, Gustavo Gabriel Olmedo, Hilda Palacios, Graciela Torres, Hugo Estanislao Ochoa, Alejandro Álvarez, Rafael Ángel Grimald, Miguel Ángel Olmos, Carlos Antonio Cafferatta, Guillermo Enrique Bártoli, Eduardo Juan Jensen y Pablo Daniel Ortman.

A MODO DE CIERRE

Como intenté demostrar a partir de la descripción de las dos escenas relatadas al comienzo y los particulares contextos en los que tuvieron lugar, es posible decir que, la principal característica del método de inhumación irregular en cementerios públicos tuvo que ver con el hecho de que, en ella, los cuerpos fueron el eje de una serie de procedimientos burocráticos asentados en diversos tipos de registros (Gandulfo, 2015). Una segunda constatación tiene que ver con que, en general, cuando hablamos de las metodologías represivas de la última dictadura cívico-militar argentina, solemos hacer foco, únicamente, en su aspecto clandestino e ilegal. Esto es, en la existencia de los secuestros, de los CCD, las torturas, los vuelos de la muerte, etc. Sin embargo, como vimos, hay otro aspecto, un poco menos explorado, del terrorismo de Estado montado hacia mediados de la década del 70. Y es el de la yuxtaposición entre formas clandestinas e ilegales y formas 'legales y administrativas' de la represión.

La carta de los trabajadores de la Morgue a Videla deja ver la sorpresa de aquello que irrumpe (e interrumpe) la cotidianeidad de una institución (y sus trabajadores) destinada a la recepción, análisis y almacenamiento de cadáveres judicializados. Pero, también, permite entender cómo esa excepcionalidad que era el ingreso de gran cantidad de cuerpos "NN", debió ser incorporada a las rutinas de la administración pública de cadáveres. Así también, los libros de ingreso de la Morgue Judicial dan cuenta de la manera en que esos nuevos cadáveres recibían un trato rutinario y administrativo, aunque adaptado a lo excepcional de las circunstancias. En otro contexto, distante del de su producción, esos mismos registros que permitieron escindir un nombre (la identidad) de un cuerpo, posibilitando la 'desaparición' de cadáveres y por tanto, también, de los propios delitos (porque, como dice *dictum* jurídico, "donde no hay cuerpo, no hay delito"), fueron los que permitieron localizar, identificar y restituir a sus familias los restos de las víctimas. Tiscornia y Sarabayrouse Oliveira (2004) traen las palabras de Stanley Cohen, quien entiende que esos mismos registros que oprimen a los habitantes de un Estado -al espiar y registrar sus más

nimias acciones-, pueden transformarse en la descripción y la prueba precisa de los crímenes del dominio totalitario.

Sin la urgencia burocrática y compulsiva de registrar cada detalle, aunque sea repugnante, el conocimiento completo de los sucesos nunca hubiese sido posible (Tiscornia; Sarabayrouse Oliveira 2004, p. 65).

En tal sentido, una parte fundamental de la investigación antropológica forense es la de leer/analizar/interpretar tales registros, reconciliando información que suele estar dispersa, a los fines de reunificar cuerpos e identidades.

REFERENCIAS

CEMENTERIO de San Vicente. Videla conocía las inhumaciones ilegales. *La voz del interior*, Córdoba, p. 10, 4 feb.1984.

COHEN SALAMA, Mauricio. *Tumbas anónimas*: informe sobre la identificación de restos de víctimas de la represión ilegal. Buenos Aires: Catálogos, 1992.

CRENZEL, Emilio. Cartas a Videla: una exploración sobre el miedo, el terror y la memoria. *Telar*, Tucumán, n. 2-3, p. 41-57, 2005. Disponible en: <http://revistatar.ct.unt.edu.ar/index.php/revistatar/article/view/243>. Acceso en: 20 jun. 2025.

CONADEP – COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS. *Informe “Nunca Más”*. Buenos Aires: Eudeba. 1986. Disponible en: <https://www.derechoshumanos.net/lesahumanidad/informes/argentina/informe-de-la-CONADEP-Nunca-mas.htm>. Acceso en: 20 jun. 2025.

FEDERMAN, Natalia; SALADO PUERTO, Mercedes; BILMES, Gabriel; LIAUDAT, Santiago. Un modelo de ciencia comprometida, colectiva e interdisciplinaria: Entrevista al Equipo Argentino de Antropología Forense (EAAF). *Ciencia, Tecnología y Política*, Buenos Aires, v. 5, n. 8, p. 1-9, 2022. Disponible en: <https://revistas.unlp.edu.ar/CTyP/article/view/13820>. Acceso en: 20 jun. 2025.

FONDEBRIDER, Luis. Notas para una historia de la Antropología Forense en

Latinoamérica. *ERES*, Santa Cruz de Tenerife, n. 13, p. 127-136, 2005. Disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1373145>. Acceso en: 20 jun. 2025.

GANDULFO, Juan. Las exhumaciones en el Cementerio de San Vicente del año 2003: Estado y organismos de derechos humanos. *In*: SEMINARIO INTERNACIONAL: MEMORIAS POLÍTICAS EN PERSPECTIVA LATINOAMERICANA, 2., 2018, Córdoba. *Anais [...]*. Córdoba: UNC, 2018.

GANDULFO, Juan. Los límites de la justicia: la causa por las tumbas de NN del cementerio de Grand Bourg". *In*: FELD, Claudia; FRANCO, Mariana (dir.). *Democracia hora cero: actores, políticas y debates en los inicios de la posdictadura*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015. p. 115-152.

IDENTIFICAN el cadáver de Mario Osatinsky. *La Voz del Interior*, Córdoba, p. 2, 1 jul. 2003.

OLMO, Darío; SALADO PUERTO, Mercedes. Una fosa común en el interior de Argentina: el Cementerio de San Vicente. *Revista del Museo de Antropología*, Córdoba, v. 1, n. 1, p. 3-12, 2008. Disponible en: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/antropologia/article/view/5390>. Acceso en: 20 jun. 2025.

SÁNCHEZ, Ana. *Uno trabajando en el cementerio aprende lo que es la vida: procesos de subjetivación y objetivación de restos humanos en el cementerio San Vicente*, Córdoba, Argentina. Tesis (Licenciatura en Antropología) – UNC, Córdoba, Argentina, 2020.

SNOW, Clyde; BIHURRIET, Julia. An Epidemiology of Homicide: Ningún Nombre Burials in the Province of Buenos Aires from 1970 to 1984. *In*: JABINE, Thomas B.; CLAUDE, Richard P. (ed.). *Human Rights and Statistics: Getting the Record Straight*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1992. p. 328-363.

SOMIGLIANA, Maco; OLMO, Darío. ¿Qué significa identificar? *In*: RED FEDERAL DE SITIOS DE MEMORIA. *Sitios de memoria: experiencias y desafíos*. Cuaderno I. Buenos Aires: Ministerio de Justicia, Seguridad y Derechos Humanos, 2009. p. 52-61.

TISCORNIA, Sofía; SARRABAYROUSE OLIVEIRA, María José. Sobre la banalidad del mal, la violencia vernácula y las reconstrucciones de la historia. *In*: TISCORNIA,

Sofía (Comp.). *Burocracias y violencia: estudios de Antropología Jurídica*. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras de la UBA, 2004. p. 63-74.

SOBRE LA AUTORA

Melisa Paiaro

Docente da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e pesquisadora do Instituto de Antropologia de Córdoba/ IDACOR/Universidad Nacional de Córdoba.
Licenciada em História e Doutora em Ciências Antropológicas.

INCURSÕES NA MEMÓRIA POLÍTICA EM CHAVE CONTEMPORÂNEA PERSPECTIVAS LATINO-AMERICANAS

Javier Alejandro Lifschitz

RESUMO

O artigo refere-se a uma pesquisa em andamento sobre autores contemporâneos latino-americanos que, desde distintos lugares de enunciação, interpelam à memória política à luz das singularidades da região, particularmente das transformações do campo político e o passado recente de golpes militares.

PALAVRAS-CHAVE: memória política; América Latina e ultradireitas; memória e conflito; guerras híbridas e cultura.

ABSTRACT

The article refers to an ongoing research on contemporary Latin American authors who, from different places of enunciation, question political memory in light of the singularities of the region, particular the transformations of the political field and the recente past of military coups..

KEYWORDS: political memory; Latin America and the far-right; memory and conflict; hybrid wars and culture.

*Toda memoria es una revisita, um retorno a buscar lo olvidado y no
sabido de cada uno.
(Horácio González)*

INTRODUÇÃO

As denominadas *guerras híbridas* contra governos populares na América Latina e os recentes governos de ultradireita na região tiveram – e continuam tendo – a memória política como um de seus principais alvos. Procura-se atacar, inverter e dilapidar a memória da política de experiências históricas progressistas e o legado de lideranças populares. As consequências disso para a prática política são notáveis, porque a memória é o lugar de emergência de sujeitos políticos. Isso pode ser estendido à práxis da esquerda em geral, como mostrou Enzo Traverso (2018) em *Melancolia*

de esquerda, que versa sobre o decisivo lugar que têm as memórias políticas sobre aquilo que o autor denominou “cultura de esquerda”.

Como podemos observar no livro *Política e vertigem* (Lifschitz, 2020), vivenciamos na política da América Latina a operação de verdadeiras máquinas semióticas por trás de fenômenos como a banalização e a inversão da memória política, que chegou a ser tão extremada durante o governo de Bolsonaro (2019-2022) no Brasil, e atualmente no governo de Milei na Argentina. Também figuras políticas e receitas de política econômica neoliberal, que fizeram a maioria da população empobrecer, reaparecem, com o esplendor da novidade. “O neoliberalismo é o presenteísmo”, diz Jorge Alemán (2016).

Entretanto, as ultradireitas não só combatem a memória política dos outros. Parecem não pretender a produção de uma memória, porque o sujeito político que visam é perecível, sem lastro, e nisso radicalmente diferente das construções simbólicas do liberalismo do século XIX, preocupadas em escrever narrativas nacionais de longa duração, fundantes da nação. Em suma, trata-se de uma das equações sociais da época: mais ultradireita, menos memória política.

É possível pensar, porém, que a ultradireita esteja compelida a desmentir. Obedecer ao mandato de desmentir para poder existir e ser esse o seu sintoma político, mas de todas formas cabe constatar que o crescimento vertiginoso da ultradireita é proporcional ao apagamento de legados e à própria degradação da ordem simbólica democrática e republicana. A ultradireita persegue, de fato, essa transvaloração (anarco) capitalista, como uma versão absolutamente degradada e grotesca do vínculo humano (Sodré; Paiva, 2014).

Mais ainda, pode-se dizer que as ações “antimemória” que mobilizam o apagamento social dos legados políticos, por diferentes meios e dispositivos, abrem novas questões também no que diz respeito à teoria da memória política. Assim, em princípio, por diferentes viés, inclusive tentando novas formas de transmissão para neutralizar a desconexão com o passado e essas novas configurações, desorientam a ação política por seus efeitos devastadores no campo simbólico. O desafio é grande e exige inclusive uma reavaliação crítica das teorias sobre a memória social e política, que nos acompanharam ao longo dos últimos dois séculos e que tinham como pressuposto a relativa estabilização entre democracia e capitalismo, hoje, novamente colocada em xeque.

Nessa direção, iniciamos um diálogo com autores contemporâneos que, partindo de distintos lugares de enunciação, interpelam a memória política na época atual. Trata-se de um projeto de pesquisa em andamento no qual pretendemos discutir a

memória política a partir de autoras e autores latino-americanos que trazem diferentes maneiras de perceber e colocar aspectos impensados que se vinculam à ação política. Começamos o diálogo com dois autores argentinos, ambos atravessados pela radicalidade do terrorismo de Estado e advertidos dos múltiplos cruzamentos que dividem o sujeito em sua historicidade. No caso de Fabiana Rosseaux, um cruzamento da memória política com a psicanálise e com a experiência de ter participado da criação do primeiro Centro Estatal de Assistência às vítimas de violações aos direitos humanos na Argentina. Um programa público inaugural, inédito no marco institucional, voltado às vítimas-testemunhas nos juízos por delitos de lesa-humanidade e que envolveu também um entrecruzamento entre a Psicanálise e o Direito, já que esses dois discursos compartilharam, de forma inédita, o mesmo espaço institucional nesses centros de assistência.

As intervenções da autora buscaram refletir sobre o ineditismo desses entrecruzamentos e sobre esse momento fundacional, em que as vítimas do terrorismo de Estado e a memória dessa marca sinistra passaram a se constituir em objetivo de políticas públicas reparatórias por parte do Estado.

O segundo autor, Horácio González, é um reconhecido intelectual, recentemente falecido durante a pandemia de Covid-19. De forte projeção política, sociólogo de formação, escritor, professor universitário, diretor da Biblioteca Nacional, cronista e autor de uma vasta obra no campo das ciências sociais, especialmente na literatura e na História. De forte influência literária, em seus textos se entrelaçam de forma muito sagaz e criativa temas da política, da literatura e da cultura, e a “invenção de estratégias para comover almas; mitos e ritos propícios para o encontro afortunado”¹ que incidiram de forma notável na vida cultural e política da Argentina (Lopez, 2016, p. 31). Assim, começamos o diálogo com esses dois autores que, a nosso modo de ver, compartilham também o fato de “não se iludirem com a memória”, que admitem, ainda que de forma implícita, não haver uma memória despojada de fantasmas e que toda herança precisa ser simultaneamente assumida e rejeitada. Contudo, e atravessando esses tortuosos caminhos, buscam reescrever e reinscrever a memória política na época atual.

FABIANA ROUSSEAU E AS MEMÓRIAS IMATURAS

Quais são as implicações que o inconsciente pode ter sobre o discurso jurídico?

¹ Tradução nossa.

– se pergunta Fabiana Rousseaux. O texto em questão, “Política del inconsciente y discurso jurídico. A propósito del sueño-testimonio de Ángela Urondo Raboy” (2021), refere-se ao testemunho de Ángela Raboy, filha do reconhecido escritor, poeta e jornalista Paco Urondo, nos juízos sobre o terrorismo de Estado na Argentina.

Paco Urondo, assassinado durante a ditadura militar, esteve vinculado à vanguarda poética da década de 1950 e ao novo jornalismo dos anos 1960. Sobre seu assassinato, em 1976, diz a nota de uma agência pública de notícias da Argentina:

El fatídico 17 de junio de 1976, Paco fue emboscado en Mendoza junto con su pareja Alicia Raboy, también periodista del diario Noticias, su hija Ángela (de tan solo 11 meses) y una compañera de militancia, Renée “la Turca” Ahualli. Luego de ser perseguidos a los tiros, el auto en el que viajaban chocó y Paco les miente a sus compañeras que había tomado una pastilla de cianuro para que escapen. La patota lo detiene y lo asesinan a golpes. Alicia llegó a entregar a la bebé a un vecino, pero fue atrapada por policías de civil, llevada al D2, el centro clandestino más grande de la provincia. Continúa desaparecida hasta hoy (Se cumplen..., 2022).

A pequena Ángela, com 11 meses de idade, acabou sendo sequestrada pelos repressores e depois levada para um orfanato, onde a família de sua mãe a encontrou um mês depois. Ela foi entregue para adoção a primos, que lhe negaram a identidade de sua família até a idade de 20 anos, quando se reencontrou com o irmão. A violência da ditadura de 1976 se espalharia a toda a família de Paco Urondo. Meses depois de seu assassinato, a ditadura sequestrou e assassinou a sua outra filha, Claudia Urondo, e seu marido, Mario Koncurat. A companheira de militância de Urondo, Renée, permaneceu com vida, conseguindo fugir da ditadura e testemunhando nos julgamentos por crimes contra a humanidade que resultaram na condenação de seis policiais e militares responsáveis por crimes de lesa-humanidade.

O escritor e militante Paco Urondo já havia sido preso durante a ditadura do general Onganía (1966-1973) e continuou escrevendo poemas do cárcere, dentre os quais a memória política da poética popular preservara o intitulado “La verdad es la única realidad” (Urondo, 2006):

Del otro lado de la reja está la realidad, de
este lado de la reja también está
la realidad; la única irreal
es la reja; la libertad es real aunque no se sabe bien

si pertenece al mundo de los vivos, al
mundo de los muertos, al mundo de las
fantasías o al mundo de la vigilia, al de la explotación o de la
producción

(Francisco Urondo, Cárcel de Villa Devoto, 1973.)

Ainda na prisão, também entrevista sobreviventes de um episódio político marcante na memória política Argentina da década de 1970, conhecido como o Massacre de Trelew, um dos acontecimentos que marcaram o início do terrorismo de Estado na Argentina, como diz o escritor Tomás Eloy Martínez no livro *La Pasion segun Trelew*:

Dos hechos mayores sucedieron en Trelew hace treinta y siete años (prologo à edição de 2009): Uno de ellos se ha desvanecido casi de la historia: el alzamiento de la ciudad entera contra el poder militar y la instauración de una comuna que duró tres días, con su propio sistema de abastecimiento y sus líderes espontáneos. El otro episodio — la matanza de dieciséis guerrilleros en una base naval — ha sido evocado con frecuencia en crónicas y libros. Ambos me cambiaron la vida (...) y la matanza de Trelew se convertiría en una semilla de odio (Martínez, 2005, p. 13).

O livro de Paco Urondo, *La patria fuzilada*, foi publicado originalmente em 1973, com base nessas entrevistas. Considerado, junto ao conjunto de sua obra, um legado de referência na cultura política nacional², cabe citar um comentário do próprio autor sobre o contexto extremamente sensível em que desenvolveu essas entrevistas realizadas no cárcere:

Había una gran contención y yo sentía que debía ser muy delicado con ellos, como si ellos, en ese momento, fueran muy frágiles. Y, evidentemente, yo quería intervenir lo menos posible, como corresponde a todo entrevistador, ¿no es cierto?, que procura que hablen los otros. [...] Entonces me sentí muy complicado con ellos, muy complicado, y con esa mezcla: la necesidad de cuidarlos. No sé por qué, porque realmente los tres han dado muestras de una enorme entereza y fortaleza en todas las circunstancias que enfrentaron entonces y pasaron después. Es decir, seguramente fue una impresión mía, y ellos no necesitaban para nada de mi protección, o de ese cuidado. Pero eso

² Tanto é assim que seu nome passou a identificar na Argentina muitos grupos políticos progressistas, associações comunitárias, centros culturais e agências de notícias. Também toda sua obra narrativa, poética, ensaística, teatral e cinematográfica têm merecido diversas publicações, ensaios e antologias após a primeira antologia, *Poemas de batalla*, preparada pelo poeta Juan Gelman (Montanaro, 2003).

sentí. La solidaridad que despertaba en mí lo que iban contando me producía ese sentimiento de cuidado sobre ellos. Y ahora me pregunto: ¿acaso no hay que cuidarlos? (Urondo *apud* Delgado, 2023, p. 15).

Voltemos agora a Ángela, que era criança quando foi sequestrada junto de seus pais e mantida presa em um local de detenção ilegal. A versão dos familiares que a criaram era a de que seus pais haviam morrido em um acidente de carro e ela teria sido a única sobrevivente, mas na adolescência soube que na realidade viajavam em um carro quando foram abordados e sequestrados em uma operação militar, e então levados a um centro de desaparecimento e tortura:

Ese bebe soy yo – diz Ángela Raboy – ... ese día en que mataban a Paco Urondo, mataban a mi papá. El que me acunaba y me cantaba canciones. Lo mataban delante mío, mientras se llevaban a mi mamá arrastrándola de los pelos, quién sabe a dónde. Sólo lo saben quiénes se la llevaron(Se cumplen..., 2022).

A partir do texto de Rousseaux, o leitor acompanha o relato de Ángela, que tinha um pesadelo recorrente e que irrompe, de forma não prevista, perante os tribunais de justiça, onde estava dando testemunho por crimes de lesa-humanidade contra os acusados pelo assassinato de seu pai. Nos tribunais relatou esse pesadelo:

Era um pesadelo recorrente: transitava por longos corredores e entrava em um quarto muito iluminado, sem janelas nem iluminação e escutava passos, que provinham de uma escada³ (Rousseaux, 2021).

No início do julgamento seus advogados foram bastante relutantes em narrar o pesadelo aos juízes da causa. No entanto, acabou contando e, como coincidia com relatos de outros sobreviventes, os juízes decidiram fazer uma visita ao local onde aconteciam as torturas. Nessa visita, Ángela constatou que o pesadelo tinha a ver, de fato, com esse lugar:

Foi quando percebi que tudo o que eu tinha sonhado/testemunhado era assim. E foi a mesma coisa que as testemunhas deporiam. Meu sonho era uma lembrança? Eu tinha esses sonhos enquanto não sabia nada sobre a minha história. Entre os 2 e os 15 anos, tanto quanto me lembro. Quando comecei a ter algumas informações mais vinculadas à

³ Tradução livre do autor.

minha verdadeira história, não voltei a sonhá-las⁴ (Rousseaux, 2021).

Um sonho que a própria Ângela denominou de “memórias imaturas” e que Fabiana Rousseaux vincula à categoria limiar de “sonho-testemunha”: um sonho “probatório”, que teve um impacto inédito no campo do direito penal no contexto, também incomum, dos julgamentos por delitos de lesa-humanidade.

O discurso jurídico exige um tratamento da verdade que exclua a subjetividade e a “divisão do falante”, diz Rousseaux. Diante disso, o sonho-testemunho de Ângela teria sido um acontecimento “cuja força perfurou a opacidade do jurídico”, mostrando que aquilo que chamamos de memória da testemunha é reescrito em cada um desses atos de testemunhar perante a autoridade jurídica. Qual o estatuto de uma memória que não sabe que lembra e que operou, de forma singular, na reconstrução de um evento traumático? Esse sonho finalmente veio de uma memória ou de uma experiência? – é o que se pergunta a autora.

Trata-se de um registro onírico que habitualmente não tem valor em termos jurídicos, mas que operou enquanto “uma verdade que retorna de um lugar anterior a todo o reconstruído a instâncias da linguagem, uma verdade fundada na excisão compacta” (Rousseaux, 2021)⁵, diz a autora, fazendo referência a um conceito de Lacan. Portanto, trata-se de uma memória política dos testemunhos, uma memória implicada e que foi questionando e abrindo espaços nas instituições e na política. Daí a emergência de conceitos muito sugestivos, como o de “memórias imaturas”, que falam do caráter singular dessas lembranças “do corpo do falante”.

Contudo, como observa o sociólogo Juan Besse (2019), há uma distinção clara a fazer entre *memórias da política* e *políticas da memória*, porque nem toda memória da política dá lugar a políticas da memória. Para instituir políticas de memória são necessárias políticas de Estado que intervenham sobre os efeitos das práticas criminais e repressivas contra os direitos humanos e, como observa em seus textos Fabiana Rousseaux, essas políticas da memória atravessaram diferentes momentos políticos em que se colocaram em questão:

Si bien es cierto que las políticas de derechos humanos forman parte de las agendas estatales de los países democráticos, suelen inscribirse en hechos generalizables, contables y tecnocrizados. Pero la enorme distancia que implica convertir esa política en un dique de contención ante el dolor social, y asumir la administración del dolor como política

⁴ Tradução livre do autor.

⁵ Tradução livre do autor.

pública reparatoria, es contundente. La memoria dañada – cuando no ha sido asumida por el mecanismo regeneración social – se sintomiza en la propia construcción de los lazos. Así en el caso de Argentina, ese síntoma fue la construcción de un Sujeto político de los derechos humanos a quien el mundo le supone un saber y una transmisión (Rousseaux, 2023, p. 30).

A autora sempre parece retornar a essa experiência-limite do posicionamento do Estado perante o terrorismo do Estado. Como no texto: “30.000? !Ni idea! El Estado e o sacro” (2018), em que alude a uma declaração feita durante o governo do ex-presidente Macri, que colocava em suspeita o número de desaparecidos. “Algo de lo sagrado – diz a autora – [em] el sentido de un tratamiento posible sobre lo real, fue tocado por esos dichos de Macri y tocar lo sagrado es tocar una frontera”. E conclui: “Cuando la política se aproxima al nudo que encierra el sinsentido se desencadena un riesgo sin calculo” (Rousseaux, 2018, p. 27).

De fato, com o governo de Macri e atualmente o de Milei, essa fronteira tomou conta da política da memória em diferentes aspectos. Porém, a obra de Rousseaux é uma afirmação permanente contra esse sem sentido e em prol da memória política voltar a ser uma questão de Estado.

HORÁCIO GONZÁLEZ E A MEMÓRIA POLÍTICA ENTRE FANTASMAS

A trajetória de Horácio González está atrelada à política argentina e latino-americana, mas cabe destacar que ele viveu alguns anos no Brasil, durante a década de 1990, onde cursou o doutorado na Universidade de São Paulo (USP) e tornou-se colaborador de algumas editoras brasileiras, entre elas a Brasilense, na qual publicou diversos livros, como *A Comuna de Paris: os assaltantes do céu* (1981), na célebre coleção “Tudo é História”. Mas sua atuação se deu de modo central na Argentina, onde desenvolveu uma vasta obra acadêmica e foi fundador de diversas revistas culturais, dentre elas *El Ojo Mocho*, que marcou várias décadas de debate cultural.

Interessante apontar que essa revista dedica, na década de noventa, uma edição ao Brasil: *Tupí or not Tupí: los oficios de la vanguardia* (El OjoMocho, 1988). Nesse número, González escreve o texto “Meditaciones Brasileñas”, que trata das relações das ciências sociais com os “poderes fácticos”, tanto no Brasil como na Argentina, e escreve também uma nota editorial, que vem muito à tona com relação ao nosso

tema, porque se intitula precisamente “La memoria evocada”:

La memoria es la parte central del imaginario político, la parte menos ligada al pasado que ya se acabó. Podemos decir que solo estamos nos confrontamos con la memoria si la consideramos conflictiva, imprecisa, alterable. Memoria en el presente, no como un invitado parsimonioso, sino como una evidencia súbita y extra temporal (El Ojo Mocho, 1998, p. 5).

A questão da memória está muito presente na obra do autor. Entretanto, não há em González uma teoria da memória. Há, sim, múltiplas referências teóricas nesse campo, que vão desde William Cooke a Walter Benjamin, de Spinoza a Borges, de Gramsci a Perón. Porém, identificamos diversas definições sobre seu entendimento sobre a memória, como a seguinte, em que o autor reflete sobre o vínculo entre identidade e memória e contrapõe uma visão estática e intransitiva da memória a uma outra aberta, em que o passado irrompe no presente:

¿Qué es la memoria? Es cierto que no podemos ahora imaginar un macizo continuado de eventos que repiten una única herida o una escisión en forma de insistencia cíclica, un repertorio tabicado de hechos siempre prefigurados. Pensamos todo lo contrario. La memoria es una hipótesis capaz de invocar un legado dormido, reactualizarlo y referir de una manera nueva los acontecimientos que parecen actuar en serie, separándolos, tratándolos uno a uno, para luego reenlazarlos de manera nueva, invencional. Se rehace así una comunidad, se la despoja de su tentación al ritual de una supuesta autenticidad imperecedera, de las semejanzas hogareñas de los mitos carentes de gracia (no de los verdaderos mitos, que siempre se burlan de nosotros invitándonos a una verdad huidiza). Pero aquella característica invencional, no es una invención sin resabios, sin rescoldos del pasado o retazos supervivientes reincorporados a nuevas relaciones vitales (González, 2014).

Portanto, uma concepção que enfatiza a memória ser de fato “uma hipótese capaz de invocar um legado dormido”. Uma tese, sem dúvida, de ressonâncias benjaminianas, que evoca fragmentos de acontecimentos políticos do passado, a fim de provocar resultantes para o próprio presente. Também um método de operar com a memória através da montagem, que percebemos também em uma palestra que Horácio González realizou no Rio de Janeiro⁶, na qual abordou uma personalidade

⁶ Aula Inaugural proferida por Horácio González, no Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Auditório Paulo Freire, em 15 de agosto

histórica muito vilipendiada pela direita na América Latina: Simón Bolívar.

Na palestra, González fez alusão aos diversos retornos de Bolívar ao longo da história política latino-americana, partindo de lugares pouco percorridos pelas leituras canônicas. Comentou diversos episódios, como o fato de que, em 1930, o então presidente da Venezuela, um ditador que teve forte apoio de Mussolini, convocou um grande congresso de historiadores para reinterpretar a figura de Bolívar conforme o ideário fascista, como também fizera o *Duce* com historiadores de renome para reinterpretar a história da Itália. Porém, observa que não era a primeira vez que o venezuelano era reinterpretado. Bolívar também carrega o legado de ter sido o grande libertador da Colômbia e da Venezuela, e, mais recentemente, também símbolo da esquerda chavista. Portanto, uma memória política feita de reconfigurações que se alastravam até o próprio Hugo Chaves: “As transfigurações de Bolívar são muitas. Pode-se perguntar, foi um excesso de Chávez converter Bolívar em uma espécie de Che Guevara ressuscitado?” (González, 2017, p. 3).

São memórias que sempre acabam em perguntas e que, como emergências espectrais, são remanejadas em função de acontecimentos do presente. É o só *depois*, que outorga novos sentidos ao passado e que Freud atribui à função de rememoração, esse caráter retroativo que marca a singularidade em cada retornar. Contudo, esse retornar ao passado não é só reinterpretação. É também *salto*, em sentido benjaminiano. González também pensa a memória política como o que faz corte no *continuum* da política, o que provoca saltos na forma de construção, tal como apontava Benjamin na tão discutida tese XIV do livro *Conceptos de Filosofia de la historia* (2011): o “salto do tigre”, o salto dialético ao passado.

González intervém nessa questão benjaminiana em diversos textos. Um deles é “Benjamin en la esquina rosada” (2013). O título faz alusão a um conto de Jorge Luis Borges, “Hombre de la esquina rosada” (2018), uma saga *criolla* em uma região rural dos subúrbios de Buenos Aires no início do século XX. Em um prostíbulo, gaúchos se digladiam pela honra e há um assassinato a ser desvendado.

O próprio Borges disse em uma conferência em que tratou desse conto que o tema era “el desconocido que provoca a un desconocido, el desconocido que llega de un barrio lejano a un barrio perdido en el oeste de Buenos Aires, y desafía a otro a pelear con él”, e descreve a motivação de sua escrita:

Cuando escribí ese cuento lo hice con un propósito visual, porque me había impresionado lo visual de muchos cuentos de Stevenson y de de 2017, intitulada “A situação atual na América Latina”. Palestra transcrita na *Revista Morpheus*, v. 10, n. 17 (2017): A cultura e a memória do efêmero.

Chesterton (Borges, 2005, p. 34).

Porém, a motivação de González de ter trazido à tona o título desse conto de Borges não parece ter sido essa, mas o fato de o narrador – neste caso, o próprio Borges – se inserir na história convertendo-se em testemunha dos acontecimentos, mostrando-se inclusive como o verdadeiro assassino oculto. Um narrador implicado no relato, o *narrador ambíguo*, como diz Todorov (1970).

De fato, González esteve envolvido nos acontecimentos que analisa, e que têm a ver com a recepção da obra de Benjamin na Argentina, além de discutir o lugar que caberia à dimensão teológico-política na política do país. Um aspecto importante da reflexão benjaminiana que ele identifica na política local, tanto no discurso justificador das ditaduras militares como nos grupos insurgentes da década de 1960, chamando a atenção ao fato de terem sido muito poucos os teólogos argentinos que discutiram temas da política em geral ou nacional.

Considera que as leituras de Benjamin na Argentina teriam a ver com esse vazio de obras teológicas nativas de referência. A recepção de Benjamin estaria marcada pelo “el eco de la obra faltante”, e a intervenção do autor argentino vai no sentido de articular duas questões de sua obra: a “suspensão messiânica” e o “Estado de exceção”, que, segundo aponta, se apresentariam geralmente de uma forma dissociada. González observa que há nesses conceitos muitas questões em comum, porque a “suspensão messiânica”, que se apresenta como o lugar onde todas as alternativas da história estão presentes para serem escolhidas em nome de uma redenção, seria, na verdade, uma versão do “Estado de exceção”, não enquanto uma decisão do soberano, mas sim do testigo (com todas as implicações que isso teve nos juízos por crimes de lesa-humanidade na Argentina). Assim, vê o “estado de exceção” não como uma teoria do Estado, uma teoria da ditadura ou da monarquia, e sim como uma forma de decisão política que constitui o sujeito político (González, 2013).

Um outro aspecto de sua visão sobre a memória política é o de sempre considerar a operatória de ficções e fantasmas, talvez, como uma forma de tentar driblar os véus das narrativas políticas que buscaram tampar ou tornar irreconhecível o próprio caráter multiétnico e pluricultural do território.

Um dos fantasmas convocados recorrentemente em sua obra refere-se ao peronismo. No livro *La memoria en el atril* (2005), com base em pesquisa de arquivos, se volta a releituras sobre um dos mitos de origem desse movimento político: o dia da lealdade. É a memória política de um dia, o dia 17 de outubro de 1945, quando aconteceu essa monumental mobilização popular na Praça de Maio, em Buenos Aires,

com operários e trabalhadores vindo de todo o país, exigindo a liberdade de Perón.

O general Perón era vice-presidente e ministro do trabalho durante um governo militar (1944-1946) e tinha grande popularidade porque vinha promovendo a expansão dos direitos trabalhistas. Ele acaba sendo afastado por uma ala militar e, depois, preso. A grande mobilização força o governo a liberar Juan Perón e a convocar a eleição em que seria eleito presidente da nação. Sobre esse episódio fundacional sempre existiram debates, principalmente sobre o fato dessa impressionante mobilização popular ter sido espontânea ou organizada pelos sindicatos leais a Perón. Assim, buscando tornar esse passado contemporâneo do presente, González urge nos arquivos e lhes faz perguntas:

Nos interesa particularmente ese momento de presente recuperado, porque toda búsqueda de archivos ocurre después de haber pasado muchos o pocos años desde el archivamiento hasta la solicitud. Ese acto agita el presente. Hace que el presente – el tiempo presente – sea contemporáneo de un cierto pasado. Una sombra fue evocada (González, 2005, p.11).

“Uma sombra foi evocada” – uma frase chave que situa bem a operação de González com a memória política e que, como dissemos, inclui o uso da montagem como princípio construtivo, ao modo da *bricolagem*, de Lévi-Strauss. Como também faz em *Restos pampeanos* (2007), um livro que indaga sobre *La Pampa* argentina, um território que é suporte de muita e boa literatura, como o Sertão brasileiro, que motivou livros relevantes da literatura brasileira. No caso da *Pampa*, o encontro com escritos incisivos sobre a cultura nacional que foram em grande parte esquecidos e que González retoma ao modo de restos que incidem como “vozes internas que se obstinan en salir a la luz” (González, 2007, p. 7).

REFERÊNCIAS

ALEMÁN, Jorge. *Horizontes neoliberales en la subjetividad*. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2016.

BENJAMIN, Walter. *Conceptos de Filosofía de la historia*. Buenos Aires: Agebe, 2011.

BESSE, Juan. Conjeturas acerca de las condiciones históricas de posibilidad de

las políticas de la memoria sobre el terrorismo de Estado: la singularidad argentina. In: BESSE, Juan; ESCOLAR, Cora (ed.). *Políticas e lugares de la memoria: figuras epistémicas, escrituras, inscripciones sobre el terrorismo de Estado en Argentina*. Buenos Aires: Miño Dávila, 2019. p. 17-43.

BORGES, Jorge Luis. *Cuentos completos*. Buenos Aires: Penguin Random House Mondadori, 2018.

BORGES, Jorge Luis. La poesía y el Arrabal. *Letras Libres*, Buenos Aires, año 7, n. 82, p. 34-39, 2005.

DELGADO, Sergio. Las vidas del poeta. Conversaciones con Francisco Urondo. *Cuadernos LIRICO*, Paris, n. 25, p. 1-20, 2023.

GONZÁLEZ, Horácio. Benjamin en la esquina rosada. In: JOZAMI, Eduardo; KAUFMAN, Alejandro; VEDDA, Miguel (org.). *Walter Benjamin en la ex ESMA: justicia, historia y verdad: escrituras de la memoria*. Buenos Aires: Prometeo; Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti, 2013.

GONZÁLEZ, Horácio. *A Comuna de Paris: os assaltantes do céu*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GONZÁLEZ, Horácio. Mitos, actas, archivos: La memoria como retención y abandono. In: GONZÁLEZ, Horácio (org.). *La memoria em el atril: entre los mitos de archivo y el pasado de las experiencias*. Buenos Aires: Colihue, 2005. p.11-55.

GONZÁLEZ, Horácio. Nombre, identidad y memoria. *Haroldo*, Buenos Aires, 12 ago. 2014. Disponível em: <https://revistaharoldo.com.ar/nota.php?id=702>. Acesso em: 10 jun. 2025.

GONZÁLEZ, Horácio. *Restos pampeanos: ciência, ensayo y política en la cultura argentina do século XX*. Buenos Aires: Colihue, 2007.

GONZÁLEZ, Horácio. A situação atual na América Latina. *Revista Morpheus*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 17, p. 1-22, 2017.

EL OJO MOCHO. *Tupi or not Tupi: los oficios de las vanguardias*. Buenos Aires, n. 12-13, 1988.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. *Política e vertigem: ensaios sobre poder e luta política no Brasil do golpe*. Rio de Janeiro: Appris, 2020.

LOPEZ, María Pia. *Yo ya no: Horacio González: el don de la amistad*. Buenos Aires: Las cuarenta: el río sin orillas, 2016.

MARTINEZ, Tomás Eloy. *La pasión según Trelew*. Buenos Aires: Alfaguara, 2005.

MONTANARO, Pablo. *Francisco Urondo: la palabra en acción*. Biografía de un poeta y militante. Rosario: Homo Sapiens, 2003.

ROUSSEAU, Fabiana. 30.000? !Ni idea! El Estado e o sacro. In: ROUSSEAU, Fabiana, SEGADO, Stella (org.). *Territorios, escrituras y destinos de la memoria*. Buenos Aires: Tren en movimiento, 2018. p. 27-45.

ROUSSEAU, Fabiana. Inscribir el duelo en la desaparición: las políticas de asistencia a víctimas-testigos como nuevo paradigma de la reparación simbólica. *Historias Publicas*, Carangola, v. 1, n.1, p. 45-75, 2023.

ROUSSEAU, Fabiana. Política del inconsciente y discurso jurídico. A propósito del sueño-testimonio de Angela Urondo Raboy. #*Lacanemancipa*, 20 jul. 2021. Disponível em: <https://lacaneman.hypotheses.org/2020>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SE CUMPLEN 46 años del asesinato de Paco Urondo. *Argentina.gob.ar*, Buenos Aires, 7 jun. 2022. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/noticias/se-cumplen-46-anos-del-asesinato-de-paco-urondo>. Acesso em: 24 jul. 2024.

SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. *O Império do grotesco*. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

TRAVERSO, Enzo. *Melancolia de esquerda: marxismo, história e memória*. Belo Horizonte: Ayiné, 2018.

TODOROV, Tzvetan. *Introduction à la littérature fantastique*. Paris: Seuil, 1970.

URONDO, Francisco. *Poemas de batalla*. Selección y prólogo de Juan Gelman. Buenos Aires: Planeta, 1999.

URONDO, Francisco. *Trelew*. La patria fusilada. Buenos Aires: Contrapunto, 1988.

URONDO, Francisco. *Obra poética*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2006.

SOBRE O AUTOR

Javier Alejandro Lifschitz

Doutor em Ciências Sociais. Professor Titular da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (UNIRIO). Coordenador do Núcleo de Memória Política da mesma instituição. Cofundador da Rede latino-americana de pesquisadores em Memória Política.

O TESTEMUNHO COMO UM POTENTE OPERADOR NAS POLÍTICAS DE REPARAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL

Vera Vital Brasil

RESUMO

Este artigo destaca a importância da ação testemunhal como instrumento impulsionador da construção da memória individual e coletiva, da Memória Política sobre as situações de violência traumática a que sujeitos e sociedades foram submetidos. Dá ênfase na experiência subjetiva produzida pelo testemunho no âmbito da clínica psicológica/psicanalítica e na promovida por equipamentos culturais, filmografia, literatura, artes plásticas, como contribuições para o conhecimento sobre a violência estatal em regimes totalitários. Expõe processos e medidas de reparação no Brasil em momentos de alternâncias de poder nos últimos anos: avanços na reparação integral e períodos de graves retrocessos nas políticas públicas. Valoriza a ação de profissionais no campo da clínica psicológica/psicanalítica e de trabalhadores no desafio de buscar inovadores caminhos reparatórios quando o Estado se faz ausente.

PALAVRAS-CHAVE: testemunho; violência estatal; memória; trauma; políticas de reparação.

ABSTRACT

This article highlights the importance of testimonial action as an instrument for the construction of individual and collective memory, of Political Memory about situations of traumatic violence to which subjects and societies were subjected. It emphasizes the subjective experience produced by testimony in the context of the psychological/psychoanalytical clinic and in that promoted by cultural equipment, filmography, literature, plastic arts, as contributions to knowledge about state violence in totalitarian regimes. It exposes reparation processes and measures in Brazil at times of power shifts in recent years: advances in comprehensive reparation and periods of serious setbacks in public policies. It values the work of professionals in the field of clinical psychology/psychoanalysis and workers in the challenge of seeking innovative reparations when the state is absent.

KEYWORDS: testimony; state violence; memory; trauma; reparation policies.

Não importa que hoje nos tremam os lábios/
e a voz caminhe incerta/pela garganta/
se amanhã o canto/romperá/na boca de milhões
(Pedro Tierra, 1975)

INTRODUÇÃO

No percurso das lutas por Memória, Verdade, Justiça e Reparação na América Latina, abriram-se caminhos inéditos que inauguraram uma diversidade de práticas

criadas no processo inacabado de acerto de contas com o passado violento, dando lugar ao surgimento de novos atores sociais e institucionais. As demandas de ações que despontaram nesse processo contribuíram para novas práticas, conceitos e ressignificações sobre os acontecimentos.

A construção das memórias sobre essas violações é plural e carrega múltiplos sentidos, compondo narrativas de acordo com o lugar social e a conjuntura política em que é formulada. Se realimenta permanentemente de lembranças, silêncios, documentos, de acordo com o contexto favorável à sua expansão ou retração. Trata-se da dinâmica própria da memória política em que narrativas se opõem dando visibilidade aos lugares de poder, exibindo conflitos e tensões entre atores, em função dos contextos nacional e internacional (Jelin, 2017).

Nos curtos e incompletos períodos democráticos em nosso país, podemos registrar a criação de políticas públicas de interesse social. Porém, alternâncias de regimes marcam a nossa história. Os avanços conquistados no campo dos direitos sociais e políticos foram sistematicamente ameaçados por forças conservadoras, elites saudosas das ditaduras que se aproveitam de períodos de crise política institucional e/ou as fomentam, para a implantação de um regime que lhes favoreça de forma exclusiva, como este último em que estivemos mergulhados.

As marcas violentas de nosso passado longínquo não se dissiparam e insistem em permanecer em períodos democráticos. Ao ganhar potência nos últimos anos, com predomínio de políticas e narrativas neofascistas, e, hoje, dando início a um novo rumo de reconstrução do país, é oportuno lembrar e reafirmar as experiências de reparação integral, conquistas públicas que marcaram o início deste século.

As vítimas adquirem centralidade no processo de reparação e as testemunhas, portadoras da verdade dos acontecimentos, ao lançarem suas vozes, têm contribuído para a construção de memórias individuais e coletivas, da Memória Política, dando credulidade às práticas de barbárie e abertura de novos rumos para contê-las.

PROVENIÊNCIA: O TESTEMUNHO E A VERDADE

O testemunho, como exercício de narrar e elaborar traumas sociais, na prática política (...) é uma tentativa de se escovar a história a contrapelo, abrindo espaço para aquilo que normalmente permanece esquecido, recalcado e legado a um segundo (ou último) plano (Seligmann-Silva, 2013).

A literatura, a filmografia, a dramaturgia e as artes plásticas revelam a experiência

do terror e da força da resistência, e têm nos ajudado a pensar sobre a memória de tempos obscuros e criativos caminhos.

Patricio Guzmán, cineasta chileno, afirma em sua obra que a memória é obstinada, que as marcas da ditadura de Pinochet, apesar de ocultas, escondidas e ignoradas, continuam vivas para quem queira e saiba buscá-las. Em seus últimos trabalhos, uma trilogia, apresenta imagens simbólicas, paisagens das regiões Norte, Sul e Centro do Chile, atravessadas pela tragédia da violência de Estado. Guzmán nos convida a pensar de forma mais ampliada as relações entre passado e presente¹.

O filme *Argentina, 1985*, de Santiago Mitre, ilustra com clareza a potência do testemunho da verdade num tribunal onde se realizava o julgamento de membros das juntas militares responsáveis pelos crimes de lesa-humanidade ocorridos naquele país. Os promotores, a partir das denúncias sobre os desaparecimentos políticos, levam ao banco dos réus os principais responsáveis. A sobrevivente de torturas, Adriana Calvo de Laborde, na ocasião de seu sequestro grávida e obrigada a ter seu filho algemado e em condições abjetas, narra os horrores vividos na situação prisional, sensibilizando a sociedade argentina, até então anestesiada e desinformada sobre o que se passava nos bastidores do regime. Esse julgamento é considerado um marco nos processos de justiça que se desdobraram no país. Valorizando os testemunhos, foi capaz de impulsionar um novo rumo no campo da Memória, Verdade e Justiça (MVJ), inaugurando na América Latina um caminho sem precedentes de julgamento de crimes de lesa-humanidade.

O que porta o testemunho senão a memória do que experimentou em seu corpo físico e psíquico e/ou do que viu com seus próprios olhos?

Sob o impacto do terror de Estado, fez-se visível o esforço de testemunhas sobreviventes dos campos e das masmorras para suportar a dor, resistir, manter-se vivos e contar o que lhes passou e o que presenciaram.

Miguel Lawner², “o arquiteto da memória”, prisioneiro de um campo de concentração em Chacabuco, no deserto de Atacama, Chile, cartografou a dinâmica da velha prisão, registrando cuidadosamente os lugares, suas dimensões, sua disposição no espaço que permitia o movimento dos corpos no local. Para que seus desenhos não fossem descobertos por seus algozes, destruiu os registros, mas manteve-os vivos na memória. Em seu exílio, reconstruiu a arquitetura do campo, denunciando a barbárie do regime Pinochet (*Nostalgia...*, 2010). Os poucos sobreviventes da Escola

¹ A trilogia sobre o Chile é composta por *Nostalgia da luz* (2010), *O botão de Nácar* (2015), e *A cordilheira dos sonhos* (2019).

² Miguel Lawner testemunhou sobre esta experiência no filme de Guzmán, *Nostalgia da Luz* (2010).

de Mecânica da Armada (Esma) em Buenos Aires³, prisioneiros utilizados pelos repressores como mão de obra escrava, puderam “remontar” o espaço, sua dinâmica macabra, indicar locais onde foram torturados, onde as vítimas eram confinadas para serem trasladadas em voos da morte, salas onde as mulheres prisioneiras pariram seus filhos, bebês sequestrados por seus repressores, antes de serem assassinadas. Os sobreviventes desse centro clandestino de extermínio construíram uma cartografia do funcionamento repressivo e têm denunciado nos julgamentos os genocídios e seus responsáveis.

No Brasil, no Rio de Janeiro, Inês Etienne Romeu, a única sobrevivente da Casa da Morte de Petrópolis, apesar de ter sido levada encapuzada para este centro clandestino de tortura e extermínio, conseguiu localizá-lo e apontar o nome das pessoas que passaram por lá, denunciando os torturadores que atuavam neste centro à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio de Janeiro, poucos anos depois de sair do cativeiro.

No universo de documentários cinematográficos sobre o tema, há que registrar o pioneirismo do *Que bom te ver viva*, de Lucia Murat, ex-presa política, lançado em 1989, expressão do testemunho feminino de um tempo de barbárie, em que oito mulheres, militantes sobreviventes da tortura, expõem as suas dores, as ameaças sofridas sob tortura, falam de suas dificuldades e da luta para continuar vivendo num mundo hostil ao que haviam passado. Enfrentando a incompreensão social diante de experiência tão dura, destacam a repercussão dos efeitos da tortura na maternidade, na relação com parceiros. A ameaça do torturador sobre suas vidas, por vezes, projetada nas relações amorosas e na maternidade. Hoje, sobre o tema da luta das mulheres, a cineasta Susanna Lira nos brinda com a experiência prisional das resistentes, confinadas em um prédio no Presídio Tiradentes chamado “Torre das Donzelas”, título de seu documentário, lançado em 2018.

Testemunhar sobre esse tempo de horrores depende de vários fatores, dentre eles os recursos psíquicos de que cada sujeito dispõe e da existência de suportes sociais e políticos. Tratando-se de uma situação traumática decorrente de violência, e em particular da violência estatal em períodos de terror, a memória poderá ser reconstruída quando um encontro, uma data, um fato, um gesto dão lugar à irrupção da palavra. O desejo de falar está agenciado a alguma situação que se apresenta no contexto e que o sujeito se vê convocado a quebrar o silêncio sobre a experiência que

³ A Esma funcionou como centro de tortura e extermínio da Marinha, na época o maior campo de concentração argentino, local onde cerca de cinco mil pessoas sofreram torturas e desaparecimento forçado. Hoje, é um centro de memória com registros de sobreviventes.

se manteve no tempo de forma privada.

Não podemos negligenciar outro importante fator que aí concorre: a existência de contextos favoráveis e que apresentem condições para a escuta. Em diálogo com Bernard Miodownik, publicado no setor “Correspondências” da revista de Psicanálise TRIEB sobre o “Testemunho” (Miodownik; Vital Brasil, 2022), parece acertado que no caso dos crimes cometidos por agentes públicos na ditadura foi preciso ter havido um contexto político com compromisso do Estado para cumprir a tarefa reparatória. O período ditatorial longo e os muitos anos de silenciamento e apagamento sobre o ocorrido em que o Estado se omitiu foram fatores que concorreram para acentuar as desconfianças e, conseqüentemente, desestimular testemunhos. É no *reconhecimento* da tragédia humana através do suporte clínico e/ou institucional que poderá conduzir à quebra do silêncio. É na existência de equipamentos públicos de memória, de fomento à cultura que testemunhem sobre o período que se amplia a verdade dos acontecimentos.

Os que têm memória são capazes de viver no frágil tempo presente.
Os que não a têm não vivem em parte alguma
(Patricio Guzmán, em *Nostalgia da luz*, 2010).

Para que se viva no presente, como diz Guzmán, é necessário conhecer o passado e para isso são necessários suportes de memória que possam difundir o que ocorreu, que mobilizem através da pesquisa, da cultura e da arte, o conhecimento do que foi o período autoritário e seus efeitos, visando a desconstrução dos modos de funcionamento repressivo e das marcas do autoritarismo implantados no regime totalitário.

Da mesma forma, são necessários suportes que permitam uma escuta qualificada das testemunhas, dispositivos clínicos que reconheçam a verdade de que o sujeito é portador quando submetido à violência do terror estatal; escuta que contribua para recuperar a dignidade que lhe foi cassada e que seja facilitadora para a elaboração psíquica do trauma vivido.

O ato de romper a barreira do silêncio, narrar e expor a dor e o sofrimento, de conectar-se afetivamente com os que acolhem a palavra e reconheçam o que lhe foi infligido, poderá dar à experiência, até então vivida de forma privada, um outro sentido. Nessas condições de acolhimento e escuta, o sujeito poderá reorganizar seu campo afetivo, até então aprisionado ao passado traumático. Concomitante ao sentido que se engendra com o ato de testemunhar, produz-se um outro que se refere

ao social, que não é de um indivíduo e sim de um coletivo. Quebra-se, desta maneira, o isolamento de uma parte da vida, até então submetida ao sofrimento, que se renova ganhando uma outra dimensão na construção de uma memória coletiva. No texto único de cada narrativa testemunhal desponta um sujeito singular que se produz na diferença. Por sua vez, o impacto sobre aqueles que escutam imprime à narrativa do testemunho a dimensão da memória coletiva, reconstruindo laços que se haviam rompido. Assim se dá a interseção entre a experiência singular e a coletiva (Vital Brasil, 2014).

O TESTEMUNHO, PROVENIÊNCIA E REPARAÇÃO

Na conexão entre a memória do passado e a potência do testemunho, vale recobrar brevemente a proveniência da figura do testemunho e seu valor na recuperação dos acontecimentos (Losicer, 2014).

Logo após a Segunda Grande Guerra, as testemunhas expuseram ao mundo a face mais sórdida e cruel do nazifascismo. Horrorizaram nações inteiras ao narrar a extrema crueldade humana, uma experiência de terror que não se restringiu aos sobreviventes dos campos de concentração. Atingiu toda a humanidade. Os que não saíram mudos dos campos narraram situações inimagináveis, o que causou enorme impacto em suas existências e nas sociedades. Com registros documentais limitados, pelo esforço nazista de eliminar os vestígios da barbárie praticada pelo genocídio e trabalho escravo, e a incineração de documentos e corpos, a figura do testemunho adquire relevância inicialmente na cena jurídica do Tribunal de Nuremberg⁴, onde crimes do nazismo foram julgados. Numa época em que o valor documental predominava nos julgamentos, a figura do testemunho se afirmou com a força da narrativa de horrores, ganhou presença na literatura sobre os campos de concentração e, mais tarde, nos registros testemunhais de sobreviventes de regimes totalitários da América Latina (Seligmann-Silva, 2008).

É também na literatura testemunhal de vários sobreviventes dos campos de concentração que se evidencia o valor do testemunho sobre as situações-limite experimentadas, revelando o compromisso ético adotado por ex-prisioneiros em relatar a verdade dos horrores, movidos pela força que lhes restava e que os mantinha

⁴ O Tribunal de Nuremberg, ou Tribunal Militar Internacional, foi criado pelos norte-americanos, soviéticos, franceses e ingleses, países vitoriosos na Segunda Grande Guerra, em agosto de 1945, para julgar os crimes de lesa-humanidade cometidos pelos nazistas.

vivos. Um projeto de vida para além de si: sobreviver para contar o que a maldade humana havia sido capaz de engendrar.

Se no caso dos sobreviventes do Holocausto alguns saíram mudos pelo impacto do terror, outros puderam narrar o ocorrido após a soltura dos campos como forma de liberação do mal, como tentativa de reintegrar-se à humanidade (Seligmann-Silva, 2008). Outros ainda lograram relatar o que viveram após muitos anos do ocorrido (Semprun, 2013).

Ao voltarem dos campos, sob o efeito devastador produzido pelo terror, temeram dizer que lá estiveram com o receio de não serem mais aceitos nas comunidades em que viviam (Lanzman, 1985).

Passar pelos campos de concentração deixou inevitavelmente marcas indeléveis em suas vidas, marcas com as quais os sobreviventes lidaram com os recursos psíquicos de que dispunham. O silêncio predominou pelo medo de não ser aceito, pela angústia de que a lembrança é portadora.

Por sua vez, a América Latina nos anos sessenta/setenta tornou-se palco dos golpes civis militares e a figura do testemunho ganha relevância nas lutas pelos direitos humanos, protagonizadas por familiares de mortos e desaparecidos e sobreviventes das prisões e torturas. Denúncias sobre as atrocidades cometidas pelos regimes de terror, a exigência do esclarecimento sobre o ocorrido, da liberação dos presos, clamando por democracia e justiça, passam a afirmar a consigna do “Nunca Mais”.

No Brasil, as lutas ocuparam o cenário da segunda metade dos anos setenta, mas o acerto de contas com o passado autoritário da ditadura foi tardio, lento e incompleto. Algumas medidas orientadas pela Justiça de Transição foram implantadas, como as iniciativas de reparação integral, criação de Centros e Lugares de Memória, mas muito limitadas no campo da justiça penal.

O julgamento dos crimes de lesa-humanidade tem sido impedido pela Lei de Anistia, de 1979, cuja interpretação majoritária dos membros do sistema judiciário mantém a falácia de anistia para os mandantes e executores dos crimes, interpretação que permaneceu desde a promulgação da Lei e referendada em 2010 pela Suprema Corte. Duas sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos (IDH), caso Araguaia em 2010 e Herzog em 2018, condenaram o Brasil pelos crimes de lesa-humanidade e exigem o julgamento dos autores desses crimes. O sistema judiciário brasileiro em seu conjunto não tem respeitado os acordos internacionais de que o país é signatário.

Apesar da dimensão reparatória em justiça penal estar ausente em nosso

país, o que marca uma profunda diferença de nossos vizinhos latino-americanos, há algumas condenações pontuais mais recentes que poderão abrir caminhos⁵. Como consequência de não ter havido o devido julgamento dos crimes de lesa-humanidade ocorridos no período ditatorial, notório é o desdobramento dessa impunidade sobre o corpo policial. Inspirando-se na ausência de responsabilização, prevalece o sentimento e a certeza da impunidade, tornando-se sistemática e generalizada entre agentes públicos a violência brutal, principalmente sobre a população pobre e negra. Uma tragédia que não tem tido fim: diariamente jovens são atingidos pela violência policial, com índices semelhantes aos das guerras.

Entretanto, no processo de aplicação das medidas no marco da Justiça Transicional, três dispositivos foram criados no âmbito da reparação e construção de verdade e memória pelo Estado. Em 1995, foi implantado o primeiro organismo, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), que teve como missão reconhecer e investigar as circunstâncias das mortes e desaparecimentos de opositores políticos. Em 2002, foi criada a Comissão de Anistia, responsável por diversas modalidades de reparação às vítimas, marca a originalidade do processo brasileiro. O terceiro organismo, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), com mandato restrito a dois anos, investigou as graves violações de direitos humanos no período da ditadura, indicando autores e mandantes dos crimes. Em 10 de dezembro de 2014, lançou seu Relatório Final com recomendações ao Estado brasileiro⁶, medidas não efetivadas em seu conjunto⁷. Sua instalação impulsionou sobremaneira a criação de Comissões da Verdade municipais, estaduais e setoriais, mobilizando segmentos sociais, ampliando o debate público e investigações mais específicas e localizadas. A figura do testemunho se afirmou, ganhando relevância nessas Comissões da Verdade. Foram criados pela sociedade civil Comitês e Coletivos de monitoramento das Comissões da Verdade, constituídos por ex-presos políticos e jovens militantes dos direitos humanos. Vários perseguidos, sobreviventes políticos e familiares sentiram-

⁵ Em junho de 2021, pela primeira vez no país foi condenado um delegado aposentado do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Dops), Carlos Alberto Augusto, conhecido como Carlinhos Metralha, a 2 anos e 11 meses de prisão por sequestro e cárcere privado de Edgar de Aquino Duarte, desaparecido desde 1971. Em 2023, o Tribunal Regional Federal da 2ª região (TRF-2) entendeu que a Lei da Anistia de 1979 não protege Antônio Waneir Pinheiro de Souza, o Camarão, um dos agentes do Centro de Informações do Exército (CIE), que atuou como caseiro na Casa da Morte em Petrópolis, um dos mais brutais cárceres clandestinos da fase mais violenta do regime militar (Otávio, 2023).

⁶ O Relatório Final da CNV pode ser lido no endereço eletrônico da comissão. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

⁷ Do total de 29 recomendações, apenas 2 foram realizadas (7%) e 6 parcialmente realizadas (21%), totalizando aproximadamente 28%, de acordo com o Monitoramento das Recomendações da CNV realizado pelo Instituto Vladimir Herzog. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/semimpuni>. Acesso em: 10 jun. 2025.

se estimulados a se apresentarem às Comissões para testemunhar. Cinquenta anos transcorridos do golpe militar empresarial que instaurou o regime ditatorial, pode-se comprovar pelos testemunhos nas sessões clínicas e na sua expressão pública, que as marcas subjetivas produzidas pela política do Estado totalitário permaneciam vivas e puderam ganhar novas configurações.

Estes três organismos, em que pese as limitações, permitiram significativos avanços, porém insuficientes para fazer frente ao que viria acontecer nos anos seguintes com a interrupção do processo pelo golpe político, jurídico e midiático, que afastou a presidenta Dilma Rousseff em 2016, levando à ascensão do projeto de governo fascista e negacionista. A prestação de contas à sociedade sobre a violência de Estado durante o período ditatorial esteve circunscrita a essas medidas reparatórias, importantes, porém insuficientes para impedir ou minorar o ataque e desmonte das políticas públicas nos anos que se seguiram.

A política negacionista proferida pelo discurso presidencial e a tentativa de revisionismo histórico do governo Bolsonaro atingiram muitas instituições públicas, dentre elas, as duas Comissões permanentes de reparação às vítimas, profundamente afetadas. Desde então, o funcionamento destas foi marcado pelo “desvio de finalidade”, da inversão de seu propósito de reconhecimento dos danos e reparação, objetivando a destruição destes organismos como instrumentos de reparação às vítimas. Mudança na composição dos membros de seus Conselhos, afinados a esse propósito, a Comissão de Anistia indeferiu cerca de 95% dos processos de petições à anistia. Ataques à memória dos lutadores contra a ditadura, com acusações de terroristas aos requerentes, marcaram essa gestão. Na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, sua presidenta, a procuradora Eugênia Gonzaga (Vianna, 2019), foi afastada ao defender a memória de um desaparecido político, na ocasião sob o ataque do Presidente da República insatisfeito com o presidente da OAB Nacional, filho de desaparecido político. A procuradora foi substituída por uma pessoa com notória afinidade com a política negacionista bolsonarista. Através de uma medida administrativa, no apagar das luzes do governo, essa Comissão teve seu funcionamento arbitrariamente encerrado, medida irregular por tratar-se de um órgão estatal, criado por lei.

No rastro da política de destruição que atingiu a Comissão de Anistia, várias modalidades de ações reparatórias que compunham a reparação integral sofreram o impacto. As Caravanas da Anistia, criadas para expandir o conhecimento sobre o direito à reparação, percorreram o interior do país mobilizando os mais diversos segmentos atingidos pela violência daquele período levando a palavra de testemunhos; o Memorial

da Anistia, que estava sendo implantado em Belo Horizonte e que reunia toda a documentação da luta pela reparação no Brasil e os processos a ela apresentados; o Projeto “Marcas da Memória”, iniciativa que permitiu a realização de filmografia e peças de teatro sobre o período, de Seminários nacionais e internacionais sobre Justiça de Transição, foram duramente atingidos. Igualmente, a iniciativa inovadora de reparação psíquica, o Projeto “Clínicas do Testemunho”, sofreu interrupção.

O Projeto Clínicas do Testemunho foi criado como iniciativa da Comissão de Anistia e do Ministério da Justiça para ampliação da reparação integral com o objetivo de contribuir para a criação de uma política nacional de reparação psicológica. A partir de 2013, mobilizou equipes de profissionais de Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e atendeu anistiados, anistiandos e seus familiares durante cinco anos com resultados significativos. As atividades de atenção clínica e capacitação, de mobilização e difusão do Projeto por intermédio dos dispositivos das Oficinas de Capacitação e Conversas Públicas se expandiram para o interior e para outros estados. No Rio Grande do Sul, além de Porto Alegre, numerosas cidades do interior. Em Santa Catarina, além de Florianópolis, Criciúma e Itajaí. Em São Paulo, além da capital, bairros como Heliópolis e Perus. No Rio de Janeiro, na cidade e com capacitação em outros estados: no Pará, Belém e Marabá, e no Espírito Santo, Vitória⁸.

O QUE SE FAZ COM O QUE FIZERAM CONOSCO?

Segundo Lifschitz (2019), desde o golpe de 2016, uma “máquina de guerra” agenciada por diversos atores sociais representados pela mídia, judiciário, pelo conservadorismo e fundamentalismo religioso, por interesses transnacionais, militares e milícias, introduziu na política um ritmo acelerado, que operou um fluxo ininterrupto de notícias. Tratando a corrupção como tema central, dificultou a reflexão e análise sobre os acontecimentos. Utilizando-se de tecnologias de redes sociais e da chamada “guerra híbrida”, manejada por robôs e subsidiada por empresas transnacionais, levou a ultradireita ao poder pelo voto popular, substituindo o modelo dos golpes que levaram às ditaduras militares da cena latino-americana nos anos 1960 e 1970. Nas crises do neoliberalismo, as forças do poder transnacional buscam novos modos de ocupar o poder, destituindo governos populares, como ocorreu inicialmente em Honduras,

⁸ Durante os cinco anos de implementação, foram atendidas 668 pessoas em atendimentos individuais e grupais; 2477 profissionais capacitados, 6 livros publicados, 6 vídeos e 4 documentários.

Paraguai, Bolívia e no Brasil, e que hoje se instala na Argentina. Essa máquina de guerra, azeitada por representantes do conservadorismo estrutural e à serviço dessa modulação do capital, atingiu frontalmente o governo popular destituindo a presidenta Dilma do poder, numa articulação parlamentar sem base jurídica, pelo *impeachment*, e de forma acelerada, incomum, impediu o presidente Lula de participar da disputa eleitoral, por uma condenação sem provas.

Sendo o Estado o promotor e suporte das políticas, cujas medidas têm sido de precarização da vida com a retirada de direitos, de aprofundamento das desigualdades sociais, de penalização dos setores empobrecidos sob a vigência de um agigantado Estado policial, a violência estatal recrudescceu.

Os seis anos de afronta à frágil e incompleta democracia, aprofundaram ainda mais esta debilidade com desigualdades sociais, colocando o país novamente no mapa da fome, e acentuando as práticas e discursos autoritários não abolidos, incentivados pelo presidente Bolsonaro.

As iniciativas de reparação estatal desenvolvidas em nosso país nas primeiras décadas deste século foram abruptamente ceifadas com a mudança dos governos pós-golpe de 2016. Entretanto, o tema da reparação se difundiu e ampliou seu escopo. Setores sociais atingidos ganharam espaço através de debates e encaminhamentos e demandas de reparação puderam ser efetivadas, com medidas de compensação econômica para os afetados e familiares, destinação de recursos para construção de memória, como o caso da Volkswagen. Várias empresas que se aliaram às forças repressivas da ditadura e promoveram perseguições e punições de trabalhadores são atualmente alvo de demandas de trabalhadores por reparação.

Por sua vez, os debates sobre reparação têm se estendido em torno da violência cometida contra populações periféricas e vulneráveis das grandes cidades (Kolker, 2021), povos originários e afrodescendentes, reconhecidamente afetados pela barbárie, inclusive dos que perderam familiares na queda das barragens e dos que sobreviveram à tragédia das políticas governamentais durante a pandemia de Covid-19.

Se o Projeto Clínicas do Testemunho da Comissão da Anistia foi interrompido pela mudança de rumos de um governo que desferiu intencionalmente ataque às políticas de direitos humanos, negou as violações do período enaltecendo notórios torturadores, a experiência clínica desenvolvida nos cinco anos lançou as bases para que iniciativas de entidades e associações psicanalíticas da sociedade civil se apropriassem da experiência desenvolvida valorizando o testemunho. Foram criados novos projetos, atividades, atos e eventos, potencializando a palavra de segmentos

invisibilizados, “em que novas gerações de afetados pelo racismo institucional vêm se somar aos atingidos pelo terror de Estado durante a ditadura civil-militar” (Losicer; Mourão; Kolkler, 2018, p. 170).

Espaços de escuta e acolhimento a mulheres e famílias vítimas da violência de Estado em periferias e favelas⁹, a partir da “escuta de contextos conflitivos em escolas e com refugiados” novos dispositivos de escuta analítica dos efeitos traumáticos dos afetados, de formação de profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com destaque no enfrentamento à violência de Estado, racismo, com a criação de redes para “escutas marginais” (Conte; Moraes; Silveira, 2021). Ademais, estimulou-se o fomento de redes entre os profissionais e afetados diretos e indiretos e uma sistematização da experiência clínica propriamente dita com a criação de dispositivos inovadores, além da produção de artigos e de teses acadêmicas (Alves, 2021). Ampliou-se os horizontes de uma clínica que não se limita às quatro paredes do consultório e que se lança a desafios inovadores (Corsini, 2018).

Ainda que inequívoco o impulso proporcionado pela experiência do projeto de reparação psíquica, derivando na criação de iniciativas inovadoras sem apoio estatal, a interrupção abrupta de um processo terapêutico que se iniciava depois de tantos anos de ausência do Estado ocasionou inevitáveis manifestações de retraumatização em pacientes. Ruptura e descompromisso das gestões públicas, nos períodos dos governos Temer e Bolsonaro, acrescidos dos desmontes de políticas públicas, apologia à tortura, enaltecimento a torturadores e ataques perversos à memória de desaparecidos no contexto negacionista provocaram reativação do trauma.

Entretanto, podemos dizer que as iniciativas que emergiram desse contexto foram atos de resistência e solidariedade, de compromisso ético.

A tarefa da reparação psíquica hoje se recoloca em cena a partir da retomada dos trabalhos da Comissão de Anistia, atualmente integrada ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, comprometido com os direitos humanos e com a reparação integral às vítimas. Se estima que as experiências desenvolvidas pelas equipes clínicas durante os anos de trevas que o país atravessou possam servir de subsolo para a ampliação nacional do Projeto Clínicas do Testemunho, entendendo que a experiência acumulada é uma referência e não necessariamente um modelo a ser adotado. A criatividade que marcou os cinco anos do Projeto estatal, e posteriormente seus desdobramentos sustentados pela organização da sociedade civil, indicam que

⁹ No Rio de Janeiro, o Núcleo de Atenção Psicossocial a Afetados pela Violência de Estado (Napave). (Força coletiva..., 2021).

o caminho da inovação de dispositivos clínicos é fértil no fortalecimento da palavra portadora da verdade e que clama pela justiça.

Na América Latina, na onda democrática das primeiras décadas deste século, os avanços foram significativos e favoreceram políticas públicas e novas configurações. Neste percurso de avanços e retrocessos, diversos grupamentos de afetados pela violência de Estado, colocam em cena novos atores, dando visibilidade para os mais variados efeitos da violência: Grupos de Familiares de Mortos e Desaparecidos, de Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça, de Mães Unidas pela Dor, de Histórias Desobedientes.

Os segmentos invisibilizados da sociedade – por força não só do brutal poder repressivo sobre os corpos vulnerabilizados, mas da produção estrutural deste poder que atravessa em redes o campo social, naturalizando lugares sociais, incidindo e multiplicando a desigualdade – ganharam um potente operador na construção de sujeitos políticos: o testemunho. O ato de testemunhar publicamente que revela as atrocidades de um regime injusto, ademais de deslocar aquele que testemunha do lugar assujeitado para o de sujeito político, é uma alavanca na construção da memória política, por sua vez, uma potente ferramenta de mudança.

REFERÊNCIAS

CONTE, Bárbara de Souza; MORAES, Eurema Gallo de; SILVEIRA, Marilena Deschamps da. SIG – SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA. Intervenções Psicanalíticas e Coletivo Testemunho Ação: aberturas da psicanálise para a escuta coletiva. Jornada interna SIG. Porto Alegre: SIG, 2021.

FORÇA COLETIVA: no Brasil, mães de vítimas da violência do Estado se unem na busca por verdade, justiça e reparação. *ACNUDH*, 18 maio 2021. Disponível em: <https://acnudh.org/pt-br/forca-coletiva-no-brasil-maes-de-vitimas-da-violencia-do-estado-se-unem-na-busca-por-verdade-justica-e-reparacao/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

JELIN, Elizabeth. *La lucha por el pasado: como construimos la memoria social*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2017.

LIFSCHITZ, Javier. Brasil, política e vertigem. *E-I@tina*, Buenos Aires, v. 17. n. 68, p.

75-83, 2019.

LOSICER, Eduardo. A potência do testemunho: reflexões clínico-políticas, *In*: ANSARI, Moniza Rizzini; PRADAL, Fernanda; WESTHROP, Amy (org.). *50 anos da Ditadura no Brasil: memória e reflexões*. Rio de Janeiro: ISER, 2014. p. 60-65.

LOSICER, Eduardo; MOURÃO, Janne; KOLKER, Tania. Reparação e dispositivos clínicos políticos: é possível falar em reparação nos dias atuais? *In*: PEDRETTI, Lucas; ZUR, Nina Alves de Alencar; ALBERGARIA, Rafaela; SANTOS, Shana Marques Prado dos (org.) *Reparação como política: reflexões sobre as respostas à violência de Estado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iser, 2018. (Comunicações do Iser, n. 72, ano 37). p. 150-174.

MIODOWNIK, Bernardo; VITAL BRASIL, Vera. Testemunho: a psicanálise e a história se encontram. Correspondências. *Revista Trieb*, v. 21, n. 1, p. 63-79, 2022.

NOSTALGIA da luz. Direção de Patricio Guzmán. Chile: Atacama Producciones, 2010. Documentário (90 min.).

OTÁVIO, Chico. Justiça decide que torturador da 'Casa da Morte' tem que responder por estupro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 mar. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/03/justica-decide-que-torturador-da-casa-da-morte-tem-que-responder-por-estupro.ghtml>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho da Shoah e literatura. Disponível In: http://diversitas.fflch.usp.br/files/active/0/aula_8.pdf. Acesso em: 01/09/2024.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n1/05.pdf>. Acesso em: 1 set. 2024.

VIANNA, Rafaella. 'Sinto pelos familiares', diz presidente destituída da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos. *G1*, Brasília, 1 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/01/presidente-destituída-da-comissao-sobre-mortos-e-desaparecidos-politicos-lamenta-mudancas.ghtml>. Acesso em: 10 jun. 2025.

VITAL BRASIL, Vera. Memória e clínica: testemunho e reparação. *Maracanan*, Rio de

Janeiro, n. 11, p. 47-55, dez. 2014. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/14036>. Acesso em: 1 set. 2024.

SOBRE A AUTORA

Vera Vital Brasil

Psicóloga Clínico Institucional, membro do ColetivoRJ Memória Verdade Justiça e Reparação e do PUD, Psicanalistas Unidos pela Democracia.

OS ESPAÇOS DE DISCURSO SOBRE O DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE CARACTERÍSTICAS E IMPORTÂNCIA NO CENÁRIO BRASILEIRO

Mariana Carneiro de Barros

RESUMO

O artigo analisa as políticas públicas para a efetivação do direito à memória e à verdade no Brasil, destacando seu desenvolvimento histórico e a relevância dos espaços públicos de discussão sobre o tema. A partir da teoria da esfera pública de Jürgen Habermas, investigaremos como a memória e a verdade são normatizadas como direitos fundamentais. O trabalho examina o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), com foco no eixo VI, que trata da apuração e esclarecimento das violações ocorridas durante a ditadura militar. Também discute a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), sua atuação e desafios, especialmente no contexto político e social que envolveu sua implementação. O artigo aponta que, embora a CNV tenha cumprido seu papel de investigação e documentação, sua capacidade de promover justiça e evitar a repetição de violações depende da continuidade de políticas públicas e do engajamento da sociedade. Concluímos que o direito à memória e à verdade, embora publicizado, ainda enfrenta resistências e obstáculos institucionais que dificultam sua possível realização.

PALAVRAS-CHAVE: memória e verdade; Comissão Nacional da Verdade; Justiça de Transição; políticas públicas.

ABSTRACT

The article analyzes public policies for the realization of the right to memory and truth in Brazil, highlighting their historical development and the importance of public spaces for discussion on the topic. Based on Jürgen Habermas' theory of the public sphere, the text explores how memory and truth are recovered and institutionalized as fundamental rights. The study examines the National Human Rights Program (PNDH), focusing on Axis VI, which addresses the investigation and clarification of violations that occurred during the military dictatorship. It also discusses the creation of the National Truth Commission (CNV), its role, and the challenges it faced, especially in the political and social context of its implementation. The article argues that while the CNV fulfilled its role in investigation and documentation, its ability to promote justice and prevent the recurrence of violations depends on the continuity of public policies and societal engagement. As a conclusion we can say that the right to memory and truth, although made public, still faces institutional resistance and obstacles that hinder its possible realization.

KEYWORDS: memory and truth; National Truth Commission; Transitional Justice; public policies.

INTRODUÇÃO

Neste texto destacamos as principais características de duas vertentes de políticas públicas para efetivação do direito à memória e à verdade que existiram no Brasil durante o último ano da campanha para eleição do governo da presidente Dilma Rousseff (2010), até seu último ano de governo (2016). A partir da descrição e análise dos espaços onde a política acontece – neste estudo elegemos o processo de promulgação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e o processo de instauração e trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV) como acontecimentos – procuraremos levantar a questão sobre o desenvolvimento do tema da memória política em âmbito público e se, conseqüentemente, houve promoção da participação política dos envolvidos num contexto onde foi privilegiada uma “agenda de Justiça de Transição”.

Para proceder a esta análise tomamos como base a dialética da esfera pública, estudada por Habermas (2014) em *A mudança estrutural da esfera pública*. O autor parte dos contextos históricos dos desenvolvimentos inglês, francês e alemão no século XVIII e início do século XIX para a análise proposta. A Revolução Francesa revela-se como um importante marco para o começo da politização dessa esfera pública, antes voltada para temas artísticos e literários, principalmente na fase jacobina. Nesse período, a esfera pública burguesa existe ao lado de outras esferas públicas subculturais e específicas de uma classe, com premissas próprias e não negociáveis, por exemplo, a esfera pública plebeia. Habermas não enxerga essa contraposição entre esfera pública burguesa e esfera pública plebeia como uma exclusão do povo pela esfera pública burguesa hegemônica. A exclusão aqui se daria num sentido mais fraco, pois a exclusão das camadas mais baixas, que estavam mobilizadas cultural e politicamente, já implica uma pluralização da esfera pública que se encontrava em desenvolvimento. Ao lado da esfera pública hegemônica, e entrelaçada com ela, aí sim, forma-se uma esfera pública plebeia. Assim:

[...] o povo forma o pano de fundo diante do qual os estamentos dominantes, nobres, dignitários religiosos, reis, etc., representam a si mesmos e seus status. Na medida em que é excluído da dominação representada, o povo faz parte das condições constitutivas dessa mesma esfera pública representativa. Essa esfera pública plebeia formaria, então, o pano de fundo histórico para as formas modernas de comunicação pública (Habermas, 2014, p. 43).

Por outro lado, anos depois da primeira publicação da obra em questão, Habermas chama a atenção para a dinâmica interna de uma cultura popular que não era somente um pano de fundo, um cenário estático e passivo da cultura dominante. Era também a “revolta violenta ou moderada, retomada periodicamente, de um contra projeto para o mundo hierárquico da dominação, com suas festividades oficiais e suas disciplinas cotidianas” (Habermas, 2014, p. 47).

Enfim, a própria exclusão de alguns grupos – Habermas cita as mulheres como exemplo – foi constitutiva para a esfera pública política. E aqui, é importante observar que falamos de uma esfera pública representativa enquanto esfera dominante, ou em outras palavras, como esfera representativa da dominação tradicional europeia, de onde herdamos nossa estrutura institucional estamental. Com essa ideia, se compreende a relação da esfera pública representativa com a contracultura desvalorizada do povo: não há uma linguagem comum entre os que participam do discurso e os que protestam. Hoje percebemos que não há mais lugar para uma esfera pública nos moldes desta esfera pública representativa típica do século XVIII. Ela se desfez e deu lugar a uma esfera pública tipicamente burguesa ainda no final do século XVIII.

Desta forma, o que pretendemos neste estudo é indicar que o processo de resgate da memória e da verdade e sua elevação normativa ao patamar de direito fundamental foi realizado sob a luz de um tipo ideal, qual seja, o da esfera pública burguesa. No entanto, é importante frisar que este tipo ideal deve estar imbuído de todo o contexto histórico que promove a sua mudança funcional através do tempo para que ele possa refletir sua função nos dias atuais. Em outras palavras: é fundamental que se leve em consideração a transformação desse conceito de esfera pública em uma esfera pública dominada pelos meios de comunicação de massa e por uma cultura de massa em relação à política colonial do Brasil.

Essa mudança estrutural da esfera pública indica o principal diagnóstico do desaparecimento total dos limites que separam o privado e o público e, por esta razão, indicam também o desaparecimento da esfera pública como um espaço bem delimitado caracterizado pela atividade política dos cidadãos brasileiros que vivem uma dinâmica jurídica, do Direito, pautada em ordenamentos jurídicos ocidentais importados da política burguesa imperialista, capitalista e colonial.

Portanto, uma natureza de violência originária do Direito, ou seja, a força da violência como origem e mantenedora do Direito (Benjamin, 2012), é um ponto importante para o qual chamamos atenção neste estudo haja vista que o processo

de memória política no Brasil tem viés impositivo, que carrega esta violência, especialmente quando se trata do borramento nos limites entre as esferas pública e privada. Aqui, partimos do princípio de que esse borramento acontece também quando há a discussão sobre o direito à memória e à verdade em espaços públicos. Nesses espaços, o papel rígido desenvolvido pelos atores da disputa de discursos pelo “Golpe de Sessenta e Quatro” e pela “Revolução de Sessenta e Quatro”, instituído pelo decorrer de 21 anos de ditadura civil empresarial e militar no Brasil, fora flexibilizado e subvertido numa estratégia típica da teoria da Justiça de Transição. A palavra “transição” importa muito mais ao sentido espacial nesta teoria. Eis que a teoria clássica no sentido de primeiros estudos a define como a “justiça” – lê-se justiça como realização do Direito – adaptada aos contextos que sofreram ruptura no tecido social (Quinalha, 2013) por conta da incidência de sistemas de governos autoritários, ditatoriais, terroristas e genocidas.

Pois bem, em contrapartida, na dinâmica da mudança estrutural da esfera pública, surge um domínio intermediário, chamado de esfera social. Neste domínio, a relação entre sociedade civil e Estado não mais é feita pelas pessoas privadas que discutem mediante razões – como era feito originariamente nos moldes da esfera pública burguesa – mas por uma gama de associações que não contam com o patrocínio do Estado e que, muitas vezes, dedicam-se a fins que, de modo geral, consideramos não políticos. A ideia de sociedade civil absorve o componente da multiplicidade de atores e associações que possuem voz ativa e que alcançam espaço no processo argumentativo, dando ensejo às políticas públicas. Até aqui, Habermas.

No Brasil, a subversão discursiva do Direito, na lógica da alternância de sujeitos jurídicos do delito – quem agia sob legítima defesa vira réu e quem era réu vira vítima – foi concretizada juridicamente com a ação de grupos de pessoas, famílias e associações, coletivos e organizações e outros modelos de comunidades discursivas em prol da reparação para a conquista do direito à memória e à verdade.

O DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE COMO ESPAÇO PARA A POLÍTICA PÚBLICA

O Programa Nacional de Direitos Humanos apresenta as bases de uma Política de Estado para os Direitos Humanos e foi criado pelo Governo Federal, com base no art. 84, inciso IV, da Constituição, através do Decreto nº 1904 de 13 de maio de 1996

e veio em sequência de duas versões anteriores¹. A definição operacional de sua implementação, com estabelecimento de prazos, é garantida por meio de Planos de Ação a serem construídos a cada dois anos, sendo fixados os recursos orçamentários, as medidas concretas e os órgãos responsáveis por sua execução.

Apresentado pelo Poder Executivo em 2009, o PNDH-3 foi desenvolvido com a participação popular, por meio de conferências nacionais e regionais. Diferente das versões anteriores, que listavam ações programáticas em áreas de governo, o documento foi organizado a partir de 6 eixos temáticos, seguindo os postulados da universalidade, indivisibilidade e interdependência dos Direitos Humanos².

Para este estudo, analisamos o eixo VI do programa, que prevê a realização de atividades de apuração e esclarecimento público dos fatos ocorridos no período do regime militar. O eixo VI, de acordo com as diretrizes descritas, prima pelo reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado, como esclarece o objetivo estratégico I da Diretriz 23:

Promover a apuração e o esclarecimento público das violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política ocorrida no Brasil no período fixado pelo artigo 8º do ADCT da Constituição, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional (Brasil, 2009, p. 173).

E de acordo com o disposto na Diretriz 24:

Preservação da memória histórica e a construção pública da verdade [...]. Incentivar iniciativas de preservação da memória histórica e de construção pública da verdade sobre períodos autoritários (Brasil, 2009, p. 175).

E ainda, na Diretriz 25:

¹ As diretrizes nacionais que orientam a atuação do poder público no âmbito dos Direitos Humanos foram desenvolvidas a partir de 1996, ano de lançamento do primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH I. Passados mais de dez anos do fim da ditadura, as demandas sociais da época se cristalizaram com maior ênfase na garantia dos direitos civis e políticos. O Programa foi revisado e atualizado em 2002, sendo ampliado com a incorporação dos direitos econômicos, sociais e culturais, o que resultou na publicação do segundo Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH II (Vannuchi, 2009).

² Os eixos temáticos a que fazemos referência são os seguintes: I. Interação democrática entre Estado e Sociedade Civil; II. Desenvolvimento e Direitos Humanos; III. Universalizar Direitos em um contexto de Desigualdades; IV. Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência; V. Educação e Cultura em Direitos Humanos; VI. Direito à Memória e à Verdade.

Modernização da legislação relacionada com a promoção do direito à memória e à verdade, fortalecendo a democracia (Brasil, 2009, p. 176).

Para isso o programa propõe, ainda, suprimir do ordenamento jurídico brasileiro eventuais normas remanescentes de períodos de exceção³ que afrontem os compromissos internacionais e os preceitos constitucionais sobre Direitos Humanos.

Por constituir-se em uma política de Estado, acima de tudo, o Programa Nacional de Direitos Humanos nos mostra claramente o posicionamento de amplos setores da sociedade brasileira em eleger o direito à memória e à verdade como principal estratégia jurídico-política para alcançar uma dimensão mais próxima da democracia participativa.

A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: OUTRO ESPAÇO PARA A POLÍTICA PÚBLICA

Podemos considerar a figura da Comissão Nacional da Verdade relativamente nova no rol de instrumentos hábeis a promover ou fortificar a transição para a democracia. Trata-se de um mecanismo oficial de apuração de graves violações aos Direitos Humanos, normalmente aplicados em países emergentes de períodos de exceção ou de guerras civis.

O objetivo de tal mecanismo é descobrir o que, de fato, ocorreu para oferecer subsídios e ajudar no aprimoramento de instituições de segurança pública e contribuir com o fortalecimento do princípio da não repetição, refletindo uma das possíveis medidas reparatórias de Justiça de Transição. Desta forma, após a criação da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Conadep)⁴, a mais significativa das Comissões Nacionais da Verdade na América do Sul, este mecanismo é visto crescentemente como uma estratégia da Justiça da Transição para alcançar algum volume de natureza reparatória. Sua validade, portanto, é independente dos momentos de transição política, e não se trata nem de uma reposição, nem de uma

³ Como exemplo de normas remanescentes do período de exceção, podemos citar: o atual Estatuto do Estrangeiro, que orienta a regularização de estrangeiros no Brasil, datada de 1980 e inspirada pela lógica de Segurança Nacional; o Código Tributário Nacional de 1966, que jamais foi alterado em sua essência; o atual Sistema Financeiro Nacional (SFN), também criado pelos militares na década de 1960; e o Código Penal Militar, que possibilita que civis sejam investigados por cortes militares.

⁴ O CONADEP foi criado na Argentina em 1983 e seu relatório foi denominado “Nunca Más” e trata das vítimas da ditadura militar naquele país. Trata-se do primeiro caso bem-sucedido de comissão.

alternativa à aplicação do Direito Penal.

No Brasil, após inúmeros debates acerca de sua composição e tendo como pano de fundo um contexto de divergências ideológicas, a Comissão Nacional da Verdade foi instituída através da Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, e após dois anos de mandato, entregou seu Relatório Final composto de cinco capítulos.

Nos importa, neste trabalho, indagar se a tarefa da CNV de promover investigações e apuração de fatos se mostrou somente como uma simples compilação de informações fadadas ao arquivamento ou se tais informações reunidas tiveram ou ainda terão o condão de efetivar o direito à memória e à verdade, colaborando para os objetivos de uma agenda de justiça de transição e servindo de herança epistemológica para gerações futuras, numa sistemática de políticas de reparação.

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO: ESPAÇO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Neste ponto inserimos a Comissão da Verdade no sistema de políticas públicas adotado pelo Brasil para a efetivação do direito à memória e à verdade, entendido este como instrumento hábil a promover a reparação coletiva. Isso quer dizer que esta espécie de direito cumpre o papel de ampliar todo um processo de reparação. Não só as vítimas diretas da ditadura militar são sujeitos do direito em questão. A sociedade em geral se beneficia do processo de resgate da memória, tendo acesso a informações verídicas do passado histórico e atuando na prevenção do reaparecimento de contextos autoritários.

Desta forma, levando-se em conta que o Brasil tomou o caminho da política de reparações como eixo estruturante da Justiça de Transição – e, aqui, identifica-se o direito à memória e à verdade como um dos passos para a concretização dessa justiça –, entendemos a função da Comissão Nacional no rol de responsabilidades do Estado pelo fornecimento da verdade e construção da memória. Neste sentido, o processo de redemocratização após experiências autoritárias compõem-se de pelo menos quatro dimensões fundamentais, que são as chamadas dimensões políticas da Justiça de Transição: (i) a reparação, (ii) o fornecimento da verdade e construção da memória, (iii) a regularização da justiça e o restabelecimento da igualdade perante à lei, e (iv) a reforma das instituições perpetradoras de violações contra os Direitos Humanos (Abrão; Torelly, 2011).

Com esta breve descrição das políticas de reparação já é possível questionar

se a CNV desenvolveu, de fato, o tema da memória e da verdade como um indicador de mudanças democráticas qualitativas. Em outras palavras, diante de um cenário onde a dimensão política da Justiça de Transição é evidenciada, torna-se possível proceder à análise da eficácia da Comissão da Verdade na tarefa de efetivar, através da reparação coletiva, o direito à memória e à verdade, nos seus dois anos de atuação e entrega do Relatório Final.

Segundo Eduardo Gonzáles, os objetivos centrais da Comissão Nacional da Verdade no Brasil se concentram em “estabelecer a verdade sobre crimes e fatos, quais pessoas e grupos são responsáveis pelos crimes, as causas dos abusos e explicação histórica” (Cueva, 2013, p. 6, tradução livre). O próprio autor considerou ambicioso estabelecer tais objetivos, desde que:

The commission must reveal the facts **and provide an account of the ‘surrounding circumstances’ and apparatus** that led to serious human rights violations. In the case of four specific crimes: torture, summary execution, enforced disappearance, and hiding of victim remains. The mandate specifically orders the commission to determine the perpetrators (Gonzales, 2013, p. 6, grifos da autora).

Com efeito, a Comissão cumpriu o objetivo de sistematização e documentação das informações referentes às vítimas, autores e circunstâncias dos crimes, de forma a elucidar os fatos de forma verídica. Na entrega do Relatório Final, a CNV realizou, igualmente, o objetivo do mandato no sentido de conduzir uma investigação (*descriptive fact-finding*) que inclui exaustiva reconstrução de eventos e suas circunstâncias, com a participação de diferentes agentes. Assim, os critérios técnicos necessários para alcançar os três primeiros objetivos legais (Gonzales, 2013) foram cumpridos pela CNV.

No entanto, os outros objetivos da Comissão – aqueles comprometidos com as questões de reparação e não repetição de violações baseadas na prestação de contas sobre as circunstâncias e o aparato legal que contextualizavam os crimes de Estado – não se exaurem no tempo e na duração de um mandato. A recomendação e a adoção de políticas públicas para prevenir violação de Direitos Humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação (Brasil, 2011), por exemplo, são tarefas que transcendem a dissolução da CNV.

Tais objetivos revestem-se, então, de uma roupagem de políticas públicas que devem ser levadas a cabo de forma permanente, tendo em vista que a efetivação do direito à memória e à verdade possui intenção preventiva contra novas violações.

Isso quer dizer que, como responsável por políticas públicas, a CNV deve garantir a perpetuação, proteção, reconhecimento e restauração dos direitos das vítimas, bem como para a promoção de transformações políticas e sociais positivas. Esse também é o entendimento do Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos del Mercosur (IPPDH) ao discorrer sobre políticas públicas em Direitos Humanos:

[...] el campo específico de las políticas públicas en derechos humanos debe tener en cuenta que los Estados poseen obligaciones concretas que derivan del derecho inter-nacional de los derechos humanos, y que condicionan el contenido de dichas políticas. Desde esta perspectiva, los derechos humanos no sólo actúan como un límite legal al ejercicio del poder estatal sino, y sobre todo, como una plataforma para la acción y transformación social (IPPDH, 2012).

Diante do aparecimento de espaços de discussão sobre memória e verdade, aparecimento este que coincidiu com a criação da CNV, é possível destacar a importância de um elemento fundamental para a eficácia do instrumento de Justiça de Transição ora analisado: a necessidade do mais alto consenso político e social. Esta característica da presença de diversos atores na escolha de políticas públicas de memória é a que mais se enquadra como urgente no processo de aceitação da Comissão pela sociedade e no êxito de seus trabalhos. Mesmo porque, é notável o contexto de tensão ideológica que vive o país em relação à adoção de medidas de transição. Desta forma, sem vontade política favorável à efetivação do direito à memória e à verdade, é impossível que se reconheça a autoridade da Comissão Nacional da Verdade como órgão independente. A colaboração das instâncias do Estado para disseminar a informação obtida através das investigações feitas também restará prejudicada sem que haja o elemento da atuação política voltada para práticas transicionais. A ênfase dada à vontade política é justificada pelo fato do Brasil ter seguido o trajeto legislativo para a criação das comissões, o que pode refletir a falta de participação popular na escolha do processo transicional a ser adotado. A busca do consenso político, com o constante e intenso processo de consulta social, é fundamental para garantir que a comissão reafirme seu trabalho concretizado no Relatório Final e para que o documento traga consequências reais na adoção de medidas posteriores à sistematização das informações recolhidas. A partir dessa digressão, a discussão e publicização do conteúdo do Relatório Final da Comissão Nacional passam a ser imprescindíveis para a efetivação do direito à memória e à verdade. Por conseguinte, a participação da sociedade civil nos espaços públicos

de discussão expressa, na prática, o conceito de cidadania participativa e como essa participação popular pode, de fato, promover, junto ao poder público, políticas públicas para efetivação do direito à memória e à verdade.

Nesta linha, os espaços públicos de discussão de Justiça de Transição podem ser nomeados como espaços de cidadania participativa, uma vez que neles é possível identificar uma dinâmica própria do modelo de democracia deliberativa, tal como formulada por Habermas, como forma de suprir as insuficiências já vivenciadas, por isso provadas historicamente, e deixadas pelos modelos já conhecidos do liberalismo e da república (Habermas, 2002).

Neste modelo discursivo proposto por Habermas, os atores da sociedade civil seriam os responsáveis pela preservação e ampliação da infraestrutura comunicativa própria da vida cotidiana e pela produção de microesferas públicas associadas à esta vida cotidiana. Através dos cidadãos, há a canalização dos problemas para a esfera pública e, a partir daí, espera-se a apresentação de contribuições e propostas de soluções dos problemas. Aqui, os atores da sociedade não podem exercer poder administrativo. No entanto, a influência destes se dá na medida em que os mesmos enviam mensagens que percorrem os mecanismos institucionalizados e atingem os núcleos decisórios.

No contexto brasileiro, podemos vislumbrar esse encontro do Estado com a sociedade civil nos processos de democratização que o país enfrenta desde a abertura política em 1988. O retrato da participação da sociedade civil nos espaços públicos pode refletir uma das faces desse processo, qual seja, a revitalização da sociedade civil com o aumento da participação dos movimentos sociais organizados e os fenômenos qualificados por um intenso debate sobre a natureza da democratização. A outra face pode ser vista no próprio processo de democratização que, mediante o restabelecimento de vários procedimentos democráticos formais, abre o acesso das forças políticas na luta contra o autoritarismo (Pizzio, 2009).

Após estas observações sobre as políticas públicas para efetivação do direito à verdade e à memória sob a ótica da teoria do agir comunicativo de Habermas, chegamos, novamente, aos questionamentos: o direito à memória e à verdade, após a instituição da Comissão Nacional da Verdade e das ações promovidas por ela, ainda poderia ser visto como uma questão privada? O levantamento histórico da ditadura e a abertura dos arquivos sobre as torturas e assassinatos praticados por agentes estatais e o reconhecimento dos criminosos que trabalhavam como agentes do Estado são questões que permanecem – ou deveriam permanecer – no âmbito

privado dos que sofreram diretamente as violações?

Diante da evaporação de uma linha, já há muito tênue, que separa esses dois âmbitos na sociedade atual, as perguntas podem dar ensejo a algumas reflexões sobre a natureza da Comissão Nacional da Verdade como estratégia que objetiva realizar uma política de reparação coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiro, devemos esclarecer que a análise feita durante o trabalho debruçou-se nas ações para a efetivação do direito à memória e à verdade, o que reflete o interesse em observar em que medida essas ações realmente expressam um caráter político e público. Para tanto, foi importante recorrer, por vezes, às diferenciações entre o público e privado num contexto de sociedades de massa, surgidas no século XIX e cujas características permanecem até certo ponto na atualidade dos nomes e definições da sociedade ocidental contemporânea.

Seguimos também o pensamento de Hannah Arendt (2000), no tocante à diferença entre a esfera política e a esfera social. Para isso, a autora realiza uma constante retomada de tais conceitos na perspectiva da Antiguidade e os coloca como referência para entendermos os conflitos que vivem as sociedades a partir da Modernidade.

Neste sentido, para os gregos, a esfera política e a esfera social (relativa à casa e à família, ou seja, à vida privada) eram mutuamente exclusivas. Necessidade e liberdade aparecem, assim, como elementos que diferenciavam essas duas categorias. A necessidade, para os antigos, é própria da esfera do lar (esfera privada) e reinava sobre todas as atividades exercidas no lar. A necessidade é primordialmente um fenômeno pré-político, característico da organização do ambiente da casa, ambiente privado. A força e a violência são justificadas nessa esfera por serem os únicos meios de vencer a necessidade. Por outro lado, a liberdade situa-se exclusivamente na esfera política. Assim, todo o conceito de domínio e de submissão, de governo e de poder, no sentido em que o concebemos, bem como a ordem regulamentada que os acompanha eram tidos como pré-políticos, pertencentes à esfera privada e não à esfera pública.

O que, de fato, ocorreu foi um erro de interpretação contido na tradução de político como social. Essa confusão agravou-se no uso moderno e na moderna

concepção da sociedade. Podemos notar, hoje, um esvaziamento da esfera pública política em favor de algo a que chamamos de social. Por consequência, percebe-se que há, cada vez mais, o distanciamento dos fundamentos e do conceito da política, tal qual era para os antigos.

Hannah Arendt nos aponta para a dificuldade de efetivar uma democracia participativa, ou seja, de ação política dos cidadãos, uma vez que a única experiência da diferença é a esfera do privado. Como promover e efetivar, então, o direito à memória e à verdade em concepções clássicas rígidas no contexto de uma sociedade que demonstra tantos paradoxos advindos deste lugar chamado social? Nesta altura, o método nos incita a verificar que os modos e estratégias pelos quais as políticas públicas no Brasil se manifestam, muitas vezes, apontam uma via de resgate da verdade e da memória como instrumentos de reparação às vítimas da ditadura, reforçando o caráter “privado” desses direitos. Por outro lado, nota-se que a publicização desses eventos tem como objetivo deixar às próximas gerações uma noção mais consolidada desses direitos, o que demonstra a preocupação em promover uma política de reparação que possua alguma amplitude e que aponte para alguma perspectiva de participação social na sua construção.

Concluimos chamando a atenção para o período da análise acima exposta. Este corresponde ao período de 2013 a 2015. Logo em 2016 ocorreu o golpe de Estado – com o nome de *impeachment*, na narrativa oficial de Estado – contra a presidente Dilma Rousseff, cuja ação política teve como fundamento as políticas de memória. Para além de sua própria história de guerrilheira que lutou pelo fim da ditadura, foi presa e torturada, os procedimentos de reparação que ressaltavam a narração dos violentados pelo Estado foram considerados muito importantes para a retomada de um programa de educação e de princípios de emancipação social catalisadores da democracia.

Em 2019, com a entrada de um governo com características de autocracia, que tangenciava o surgimento de um novo modelo fascista de governar na América Latina, as instituições que abarcavam a política de memória foram as primeiras a serem extintas.

Hoje, no decurso do terceiro ano do governo atual, assistimos ao tema do direito à memória e à verdade ensaiar timidamente as primeiras entradas na discussão em âmbito público, talvez pelo fato de que o abafamento das vozes que narram o passado ainda seja adotado como estratégia política de Estado.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. O programa de reparações como eixo estruturante da Justiça se Transição no Brasil. *In*: REÁTEGUI, Félix (coord.). *Justiça de Transição: manual para a América Latina*. Brasília: Comissão da Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. p. 473-516.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

BENJAMIN, Walter. Sobre a crítica do poder como violência. *In*: BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. p. 57-82.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Brasília: SEDH, 2009.

BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, p. 5, 18 nov. 2011.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. v. 1. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 16 jul. 2015.

CUEVA, Eduardo Gonzalez. Até onde vão as Comissões da Verdade? *In*: REÁTEGUI, Félix (coord.). *Justiça de Transição: manual para a América Latina*. Brasília: Comissão da Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. p. 339-356.

HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. São Paulo: Editora Unesp., 2014.

GONZALES, Eduardo. *Drafting a Truth Commission Mandate: a practical tool*. New York: ICTJ, 2013.

IPPDH – INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EN DERECHOS HUMANOS DEL MERCOSUR. *Principios fundamentales para las políticas públicas sobre sitios de memoria*. Buenos Aires: IPPDH, 2012.

PIZZIO, Alex. A sociedade civil e a esfera pública em regimes democráticos: notas sobre a participação popular. *Inter-Ação*, Goiânia, v. 34, n. 1, p. 187-198, jan./jun. 2009.

QUINALHA, Renan. *Justiça de Transição*: contornos de um conceito. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

VANNUCHI, Paulo. Prefácio. In: BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Brasília: SEDH, 2009. p. 15-19.

SOBRE A AUTORA

Mariana Carneiro de Barros

Consultora PNUD - Coordenação de Justiça Étnico-Racial na Política sobre Drogas (SENAD/MJSP). Graduada em Direito, pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP). Mestre em Ciências Sociais e Jurídicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutora em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

IMPrensa DE RESISTÊNCIA NA BIBLIOTECA NACIONAL MEMÓRIA POLÍTICA E NOVAS LEITURAS DE UM ACERVO

Bruno Leonard Simas Brasil

RESUMO

O presente artigo resume uma detida análise à coleção de 441 jornais e revistas identificados como imprensa de resistência ao regime empresarial-militar brasileiro (1964-1988) no acervo da Coordenação de Publicações Seriadas da Biblioteca Nacional. Tema pouco ou nada explorado nos 60 anos do golpe de 1964, a imprensa de resistência é, aqui, inicialmente caracterizada como um todo, enquanto fenômeno de comunicação dividido em sete diferentes fases no contexto da ditadura. Em seguida, expõe-se as particularidades do acervo correlato, propondo-se leituras mais amplas e atualizadas sobre a imprensa outrora denominada “alternativa”.

PALAVRAS-CHAVE: regime empresarial-militar; imprensa brasileira; resistência à ditadura; contracultura; esquerda brasileira.

ABSTRACT

This article summarizes a detailed analysis of 441 newspapers and magazines collection identified as part of the resistance press to the Brazilian corporate-military regime (1964-1988), allocated in the Serial Publications Coordination of the Brazilian National Library. Little explored as a topic in the public debate that highlights the 60 years since the 1964 coup in Brazil and its following regime, the resistance press is, here, initially characterized as a whole, i. e., as a communication phenomenon divided into seven different phases in the context of the dictatorship. Following, the particularities of the related collection are exposed, proposing a broader and more up-to-date read on the formerly called “alternative press”.

KEYWORDS: brazilian corporate-military regime; brazilian press; resistance; counterculture; brazilian left.

É a inocência que constitui o crime.
(James Baldwin)

INTRODUÇÃO: PALAVRAS E IMAGENS HERDADAS

Causa e consequência de formas organizadas de se militar contra o regime empresarial-militar no Brasil (1964-1988), a imprensa de oposição à ordem estabelecida naquele momento foi uma manifestação do complexo processo que

hoje se identifica como a resistência, em si, à ditadura. Foi tão diversa e contraditória quanto o fenômeno geral. Talvez por sua complexidade, ela é, hoje, um tema pouco explorado no contexto de 60 anos do golpe de 1964. Os principais autores que a trataram o fizeram há cerca de vinte anos, atribuindo a ela a tradicional alcunha de “imprensa alternativa”, acepção que ora questionaremos.

Nossa proposta, aqui, é reabilitar um tema adormecido. Pensaremos a imprensa de resistência não como datada, ou antiquada como objeto de estudo. Na conflituosa rede de memórias que envolve a experiência das ditaduras latino-americanas, que passado se encontra sob consenso, senão o silenciado? Hoje, é por meio dessas tantas páginas expressando revolta e crítica, evocando a experiência da ditadura, que nos perguntamos como se desenrolam discursos e produções de sentido do ponto de vista de quem a sofreu, e não apenas viveu.

Nos estudos acadêmicos, a imprensa de resistência ao regime não costuma ser abordada sob aspectos patrimoniais, de guarda e preservação de ordens oficiais. Talvez por certa tensão inerente à sua condição narrativa no passado e no presente: o sentido original de sua existência era ir contra a condução do Estado, ao menos entre 1964 e 1988. Entretanto, ela pode ser encontrada, hoje, em arquivos e bibliotecas públicas, estatais. Nesse sentido, sua existência em arquivo serve como dispositivo – no sentido foucaultiano – mnemônico de sentido político. E é por isso que utilizaremos aqui o conjunto de 441 periódicos de resistência acondicionado nas estantes da Coordenação de Publicações Seriadas (CPS) da Biblioteca Nacional (BN).

Na época de sua publicação, a imprensa de resistência tinha caráter crítico e denunciativo sobre a ordem de seu tempo. Hoje arquivada, e sob guarda institucional, franqueada ao público, ela tem caráter distinto: de testemunho e depoimento. Ela seria, assim, um rastro documental, no pensamento de Paul Ricoeur (2007). E, como tal – sua essência, o porquê de sua conservação e busca por parte de pesquisadores diversos –, diz respeito a uma narrativa específica, inerente a um regime de memória: aquele que leva em consideração o caráter arbitrário do governo militar iniciado com o golpe que apeou João Goulart da presidência do Brasil, em abril de 1964, oficialmente findado entre a eleição indireta de Tancredo Neves em 1985 e a promulgação da Constituição de 1988. Entre pastas, encadernações e volumes que condicionam exemplares de tamanhos, formatos e linhas editoriais diversas, a imprensa de resistência forma na BN, atualmente, um conjunto documental pluriforme, polissêmico e, ainda assim, coeso quanto a uma expressão de repúdio: do horror, são palavras e imagens que herdamos.

Começaremos o presente trabalho caracterizando a imprensa de resistência muito de acordo com sua segmentação em sete fases distintas ao longo e o contexto de sua produção ao longo da ditadura, proposta por Bernardo Kucinski. Veremos, aqui, entretanto, que algumas dessas iniciativas editoriais acolhem e confirmam tal categorização, enquanto outras fogem de seus limites. Adicionalmente, faremos nesse ponto críticas à divisão da imprensa de resistência em dois grandes grupos, “de esquerda” ou contraculturais, e também ao uso da expressão “imprensa alternativa”, para definir o gênero, como um todo.

Em seguida, apresentaremos uma leitura do segmento da mesma que se encontra presente na Biblioteca Nacional, com apoio de gráficos interpretativos gerados a partir de uma exaustiva coleta de informações de 441 periódicos do gênero, publicada originalmente na dissertação que originou este artigo. Veremos que tal robusta “amostra” institucional, tratada quantitativamente, nos permite confirmar algumas acepções da bibliografia voltada ao tema da imprensa de resistência, e também questionar outras.

Enfim, na última parte deste artigo apresentaremos, com base em exemplos pinçados do acervo da BN, três categorias de imprensa de resistência pouco exploradas pela bibliografia voltada ao tema: periódicos produzidos por exilados, por coletivos eclesiais e por grupos engajados na produção de literatura marginal. Defenderemos que os três segmentos específicos da imprensa resistente aqui aprofundados sejam considerados como grupos à parte das sete fases.

IMPRENSA DE RESISTÊNCIA: UMA CARACTERIZAÇÃO

No papel, a resistência ao regime se valeu da produção de bibliografia nas áreas da literatura, da crítica e das ciências sociais (Maués, 2013). Jornais e revistas não eram exceção. Nesse âmbito foram lançados periódicos muitas vezes desligados de grandes empreendimentos editoriais (exceção feita aos associados à editora Civilização Brasileira, de Ênio Silveira), elaborados como dispositivos de combate à ditadura e ao que ela representava: a moral burguesa, os interesses imperialistas do capital estrangeiro, a truculência de um Estado opressor (Kucinski, 2003). Essas iniciativas não deixavam de ter claras linhas ideológicas: eram órgãos informativos de rejeição às políticas públicas do regime, na economia, na cultura, na educação, no plano ambiental. Muitas vezes intrínsecos a militâncias políticas de esquerda

e/ou a vertentes da chamada contracultura, mas sem necessariamente prestar contas a um lado ou outro, tais periódicos se mostravam relativamente libertários, contrariados não só no sentido de encarar de maneiras diferentes a política, a expressão, o comportamento, a sexualidade, a arte, a espiritualidade, a terra e a intelectualidade, mas de agir no plano material, em todos esses campos. No plano do descontentamento de certos segmentos sociais com o autoritarismo militar, no Brasil, empreitadas editoriais periódicas deram-se de acordo com variados matizes, desde os mais amadores aos rigorosamente profissionais do ponto de vista jornalístico, articulados tanto a movimentos de base quanto a cosmovisões esotéricas de um necessário despertar de consciência (Araújo, 2000).

Definições precisas do que seria a contracultura são tão raras de se achar quanto definições precisas do que seria a cultura, propriamente dita. Sem restringir a contracultura ao lugar comum da contestação social dos anos 1960 e 1970 através do uso e da apologia ao uso de drogas psicodélicas, cabe dizer que o conceito de contracultura é não só problemático como polissêmico. Foi inicialmente desenvolvido a partir de um conflito discursivo ligado a representações sociais e modos de vida, apropriado, afinal, por determinados grupos para encaixe conceitual em diferentes movimentos político-culturais. O ideal seria falarmos, na verdade, de contraculturas, não deixando de lado conceitos intrínsecos, de subculturas: culturas específicas que se encontram à margem de modelos preestabelecidos de um núcleo cultural hegemônico, e em relação dialética com o mesmo (García, 2011). Procurando definir a contracultura no calor do final dos anos 1960, o sociólogo Theodore Roszak destaca que, nos EUA, nascidos da manifestação de uma explosão demográfica num meio de boa situação econômica, os agentes contraculturais foram figuras de crítica e rebeldia à cultura da sociedade tecnocrática ocidental: é essa a característica central, definidora da contracultura como movimento social (Roszak, 1969).

Aqui, apresentamos semelhante reflexão para dizer que, à diferença de outros autores que trataram da imprensa de resistência, não nos parece conceitualmente conveniente dividir a mesma em dois grandes grupos: os periódicos marcadamente políticos à esquerda, voltados a concepções marxistas de implosão do regime empresarial-militar, por vias que variavam da guerrilha à organização partidária clandestina ou legal, e os periódicos apontados como “da contracultura”, do “desbunde”, de um libertarismo *hippie* pretensamente apolítico e inconsequente, mais voltado a rupturas estéticas, no campo das artes, do que à materialidade da economia, do trabalho, da violência físicas das autoridades e das dificuldades do “chão de fábrica”.

Bernardo Kucinski o faz (2004), reforçado por Maria Paula Araújo (2000), apesar de ambos reconhecerem a amplitude e a heterogeneidade do gênero resistente. Muitos dos jornais e revistas dos quais tratamos se encaixavam em ambas as vertentes, ou mesmo em nenhuma das duas, exatamente.

Carinhosa e pejorativamente conhecida como “nanica”, a imprensa de resistência foi, apesar desse apelido, fenômeno amplo e complexo: seus ângulos, imbricados conforme desejos de contestação e experimentação, tornam sua caracterização difícil: eis sua heterogeneidade. Havia uma vontade, entretanto, a guiar tal conjunto de iniciativas: encontrar um novo jeito de se fazer imprensa, além da reportagem convencional (Smith, 2000). Diferentes maneiras de atuação política através do discurso e da ação, dispostos em relação dialética, eram visadas. Tais processos traduziam-se, não raro, em francas buscas pelo conflito.

Em seu tempo, a imprensa de resistência buscava tecer narrativas críticas da realidade distintas daquelas impostas por vias oficiais, pretendendo, explicitamente ou não, liquidar o regime empresarial-militar. Muito por isso, foi chamada de “imprensa alternativa”. Aqui, no entanto, não a chamamos por seu nome original: julgamos o termo “de resistência” como mais adequado. Isso se dá porque a imprensa de resistência, quando conseguia furar os bloqueios da repressão, possuía um traço de legitimidade jornalística crucial: a crítica. Foi ela a imprensa (salvo exceções da imprensa tradicional, durante a redemocratização) que, ao longo do regime, seguiu a tradição aguerrida do primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense* (Londres, 1808), de Hipólito José da Costa, crítico à Coroa portuguesa no Brasil e editado, por essa e outras razões, no exílio. Foi essa resistência impressa a descendente direta dos pasquins panfletários de crítica virulenta durante o Primeiro Reinado e da imprensa operária e anarquista que circulou no Brasil entre as duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX (Kucinski, 2003). Suas semelhanças com jornais como *O Debate* (Rio de Janeiro, 1917), de Adolpho Porto e Astrojildo Pereira, em oposição ao governo Venceslau Brás (1914-1918), e mesmo com o rigor denunciativo atualmente encontrado na internet, em *blogs* ou redes sociais, nos fazem crer que o jornalismo-ativismo, de combate político, não é datado. Considerar a imprensa de resistência uma “alternativa” é uma atitude que pressupõe sua complementaridade, como se ela figurasse em segundo plano em relação a periódicos de maior envergadura financeira e administrativa. Ela foi, afinal, a imprensa de seu tempo.

A imprensa de resistência foi em geral produzida com poucos recursos materiais e sistemas de impressão e distribuição deficitários, para não falar de seus esquemas

muitas vezes improvisados de coletas de assinantes e anunciantes. Destacadas pelo caráter “subversivo” de seu conteúdo, tais discrepâncias atingiam majoritariamente publicações artesanais de pequeno porte, impressas por mimeógrafo ou fotocópia e distribuídas de mão-em-mão, mas também existiram entre os componentes mais abalizados do gênero. Os últimos, mesmo quando possuíam circulação nacional e bons números entre o público leitor, conviviam com intimidações mais ou menos diretas por parte do Estado ou de grupos informais de apoio ao *status quo*: censura prévia e apreensão de edições, processos na Justiça, ameaças de depredação ou atentados à bomba (quando não as situações de fato), detenções, boicote por parte de anunciantes amedrontados, listas negras de assinantes, jornalheiros que preferiam se manter longe de confusão etc. Bancas de jornal eram pressionadas para que não os vendessem (Smith, 2000). Esse contexto de turbulência geral justificava a efemeridade de grande parte dos periódicos do tipo.

O contexto da instabilidade gerava certa estética: a do imprevisto. A imprensa de resistência contava mesmo com rústicos boletins datilografados em folhas de papel ofício ou tamanho A4, reproduzidos sem maiores cuidados com a diagramação ou com estilos de redação. Tal foi com periódicos como *Carta Geral* (Manaus, 1980), *Conclave* (João Pessoa, 1979), *O Beco* (São João del-Rei, 1976), *Boletim Cultural* (Rio de Janeiro, 1972), entre outros. Apesar disso, na mesma imprensa de resistência também figuraram impressos recheados de preocupações estéticas: ousadas de verdadeiras vanguardas editoriais tanto no apelo visual quanto no campo da escrita. Viam-se assim *Boca do Inferno* (Salvador, 1976), o único dos resistentes a faturar um Prêmio Esso, *Corpo Extranho* (São Paulo, 1976), *Poesia Livre* (Ouro Preto, 1977), *Tribo* (Brasília, 1972), *Ex-* (São Paulo, 1972), *Bondinho* (São Paulo, 1971). Diz Anne-Marie Smith:

A grande imprensa buscava a conformidade, e seus modelos de sucesso eram incontestáveis. A imprensa alternativa, por outro lado, era heterogênea e buscava incessantemente novos modelos. Suas categorias e critérios eram amplos e imprecisos, pois se encontravam em processo de definição. Os resultados eram variadíssimos – de excelente jornalismo ao lixo absoluto, da análise profunda à bobagem total (Smith, 2000, p. 61-62).

Essa heterogeneidade se desenvolveu conforme a imprensa de resistência avançava pela cronologia da ditadura, sobretudo quando passou a se relacionar com setores específicos, diretamente atingidos pelo autoritarismo: sindicatos,

movimentos sociais, classe jornalística em geral, partidos políticos clandestinos, arte de vanguarda e movimentos sociais, principalmente, muitos dos grupos constantes como detentores de certa memória hegemônica da ditadura (Napolitano, 2015). Tal componente heterogêneo, por sua vez, se viu de forma mais acentuada em uma fase específica da imprensa de resistência, a quinta. Passemos, então, à delimitação desta e das demais.

AS DISTINTAS FASES DA IMPRENSA DE RESISTÊNCIA

Bernardo Kucinski, autor do estudo mais completo sobre a imprensa de que estamos tratando, calcula que a mesma tenha passado por ao menos sete momentos distintos (2003). O primeiro se deu ao início do regime, com a articulação de coletivos editoriais por parte de profissionais egressos de periódicos legalistas frente ao governo João Goulart (1961-1964), que acabaram fechados com o golpe, ou por parte de figuras vistas apenas como não complacentes com as “bodas” da imprensa convencional com a movimentação militar: foram os casos de *Folha da Semana* (Rio de Janeiro, 1965) e *Pif-Paf* (Rio de Janeiro, 1964). Em 1967, a Revolução Cubana influenciou os meios estudantis brasileiros a ponto de promover a produção de um novo grupo de periódicos – muitos clandestinos, ou mesmo editados por exilados – com a finalidade de conclamar a juventude para a luta armada (Kucinski, 2003). Nesta segunda fase, notadamente “guerrilheira”, esteve *Poder Jovem* (Rio de Janeiro, 1968) e *Amanhã* (São Paulo, 1967). E também *O Sol* (Rio de Janeiro, 1967), que, nas “bancas de revista”, enchia Caetano Veloso de “alegria e preguiça”, na letra da canção *Alegria, alegria*.

Ironicamente, o Ato Institucional número 5 (AI-5), ao término de 1968, gestou a terceira fase da imprensa de resistência: a nascida da mais dura opressão. Foi quando deram as caras semanários de boa aceitação frente aos leitores, em circulação nacional: casos de *Jornal de Debates* (Rio de Janeiro, 1973), *Opinião* (Rio de Janeiro, 1972), um dos mais famosos de todo o grupo resistente, *Política* (Rio de Janeiro, 1971) e *O Pasquim* (Rio de Janeiro, 1969), o mais célebre exemplo de imprensa do gênero que ora nos interessa. Nessa fase, fazia-se assumidamente a contraposição à chamada “grande imprensa” e ao “milagre econômico”, entre 1968 e 1973 (Kucinski, 2003, p. 14), apesar do endurecimento da censura. O repúdio ao endividamento externo, galopante, e a denúncia da piora nos índices de variados problemas sociais

brasileiros eram a regra da vez, nesta terceira fase.

Adscrita a um discurso de choque à narrativa da imprensa tradicional, esta fase da imprensa de resistência foi contundente o suficiente para gerar a seguinte, simultaneamente. Representada por experiências como as de *Balão* (São Paulo, 1972), *Ex-* (São Paulo, 1972), o responsável pelo “furo” do assassinato de Vladimir Herzog, e *Grilo* (São Paulo, 1971), a quarta fase foi a de impressos influenciados pel’*O Pasquim* e, mais explicitamente, pela contracultura, no meio político antissistema. Contrastando com os “caretas” *Politika* e *Jornal de Debates*, mas não menos inflamados, os periódicos deste momento eram mais irônicos e escorregadios, voltados aos quadrinhos e recheados de humor crítico (Kucinski, 2003,).

Ainda conforme Kucinski, a quinta fase da imprensa de resistência se deu após a distensão do regime. A decretação, em 1969, da Lei de Segurança Nacional havia dado vigor aos censores federais, ao passo em que o Decreto-Lei nº 1.077, do ano seguinte, impôs a censura prévia a qualquer veículo de informação, inclusive aos da imprensa tradicional. Isso não impedia ocasionais apreensões de exemplares e detenções de jornalistas, “nanicos” ou “grandes”. Mas poucos anos depois, a política de lenta e gradual reabertura do regime, levada a cabo pelo governo de Ernesto Geisel (1974-1979), deu certo fôlego aos periódicos de resistência. Quando o clamor revolucionário pela luta armada já havia esfriado, a pauta da imprensa de resistência migrou do anseio guerrilheiro para a conscientização de tomada e uso dos espaços públicos (Kucinski, 2003).

A imprensa de resistência veio então, portanto, com uma nova marca expressa: a dos movimentos sociais. Nesse momento, visto como o de ativismos mais explícitos, surgiram *Versus* e *Movimento* (São Paulo, 1975), entre incontáveis outros periódicos. Importante ressaltar que esta quinta fase gerou a sexta, quase simultaneamente: em 1975, o assassinato de Vladimir Herzog no supracitado “furo” de *Ex-* rendeu ataques à complacência da imprensa convencional à truculência militar (Kucinski, 2003). O engajamento nos meios de produção impressos acabou inspirando a sexta fase da imprensa de resistência, mais notadamente esclarecida quanto à necessidade de “outro” jornalismo: derivam deste grupo iniciativas como as de *CooJornal* (Porto Alegre, 1975), o jornal da primeira cooperativa jornalística do país, e *De Fato* (Belo Horizonte, 1976).

Vivendo o ápice do gênero, a imprensa de resistência das fases quinta e sexta englobou movimentos sociais identitários e de base, subdividindo-se entre questões raciais, femininas, indígenas, de terra, de bairro, de gênero etc. Nesse grupo, as pautas

por vezes iam além dos espectros da esquerda, terreno que sempre concentrou esse gênero de imprensa. Tal contexto da imprensa de resistência

[...] representava uma novidade em relação aos outros tipos de publicação existentes, inclusive a imprensa alternativa de esquerda. Ela vinculava-se a movimentos de novo tipo, recém-surgidos no cenário brasileiro, sob influência de ideias internacionais. Esforçando-se por se fazer presentes na vida política do país, esses movimentos criavam seus próprios jornais, que funcionavam não apenas como porta-vozes de seus interesses e posições, mas que na maioria das vezes representavam o principal espaço de organização de seus militantes e de formulação de sua política e de sua visão de mundo (Araújo, 2000, p. 29).

Koisa de Crioulo (Rio de Janeiro, 1981), *Nêgo* (Salvador, 1981) e *Tiçã* (Porto Alegre, 1978), foram exemplos da imprensa negra de resistência. Já *Dialogay* (Aracaju, 1982), *Iamuricumá* (Rio de Janeiro, 1981), *Ello* (Salvador, 1978) e o famoso *Lampião da Esquina* (Rio de Janeiro, 1978), entre outros jornais, faziam as vezes da imprensa LGBTQIA+ na resistência. No grupo feminista estavam impressos como *Mulherio* (São Paulo, 1981), *Nós Mulheres* (São Paulo, 1977) e *Brasil Mulher* (Londrina, 1975). E no indígena *Informe Chimbangue* (Xanxerê, década de 1980), *Borduna* (Rio de Janeiro, década de 1980), *Nimuendajú* (Rio de Janeiro, 1979), *Mensageiro* (Belém, 1979), o longo *Porantim* (Manaus, 1978), e o célebre *Varadouro* (Rio Branco, 1977). Neste último nicho, questões ambientais também eram exploradas, como em *Jornal do Verde* (Rio de Janeiro, 1981), *Meio Ambiente* (Brasília, 1978), *Pensamento Ecológico* (São Paulo, 1978), *Paranapanema* (São Paulo, 1977). Não de todo dissociados de suas pautas, a realidade campesina se via em *Sem-Terra* (São Paulo, 1981), *Lamparina* (Santarém, 1980), *O Posseiro* (Santa Maria da Vitória, 1980), *Conceição do Araguaia* (Conceição do Araguaia, 1979), *Realidade Rural* (São Paulo, 1976), *Jornal Cambota* (Francisco Beltrão, 1975), *Cotrijornal* (Ijuí, 1973).

Amplo, o segmento estudantil era mesmo anterior à quinta fase, ganhando força nela: *Voz Ativa* (Rio de Janeiro, 1979), *Alicerce da Juventude Socialista* (São Paulo, 1978), *Kaostigo* (Curitiba, 1976) e *Silêncio* (Belo Horizonte, década de 1970), entre outros, ecoavam jornais de segunda fase como *Amanhã* (São Paulo, 1967) e *Política Operária* (São Paulo, década de 1960). Na década de 1980, diversos jornais-laboratório de cursos de comunicação social seguiram moldes da imprensa de resistência.

Muitas das publicações dos três parágrafos acima, além do comprometimento

com suas causas, dialogavam com diretrizes de grupos ou partidos de esquerda. Isso aconteceu com jornais estudantis e com periódicos relacionados às lutas negra e feminina, ou mesmo com folhas de instituições religiosas, a exemplo de alguns periódicos indigenistas e camponeses editados por grupos pastorais inspirados na Teologia da Libertação. Mas não havia regras: nem todo jornal ambientalista ou identitário, por exemplo, seguia por veredas marxistas.

A quinta e a sexta fases da imprensa de resistência, expostas por Kucinski, talvez mereçam enriquecimentos, tanto no aspecto político quanto nos meios sociais de sua produção. Aqui, encara-se a perspectiva de que tenham existido mais fases, ou ao menos grupos (e não exatamente fases) de iniciativas editoriais não tão facilmente “enquadráveis” no sistema de categorização elaborado pelo autor. Cabe frisar, de antemão, que existiram escaramuças entre os impressos de resistência. O tabloide *Beijo* (Rio de Janeiro, 1977), por exemplo, em alguns momentos não só se mostrou crítico à esquerda como à própria imprensa de oposição (Kucinski, 2003, p. 131).

Disputas internas e dissidências em relação às diferenças programáticas não eram incomuns no âmbito ideológico dos grupos editoriais da imprensa de resistência, mas fatores intrínsecos à articulação militante e partidária. De fato, muitos periódicos do gênero se estruturavam como partidos, justapondo as imprensas de resistência e partidária à entrada dos anos 1980, num contexto que a seguir consideraremos como o da sétima fase da imprensa de resistência. Todavia, deve-se ainda considerar o papel da imprensa anarquista no segmento resistente. Períodos diferentes da ditadura viram surgir impressos com essa inclinação: *Afrodite Perdeu o Rumo* (São Paulo, 1982), *Víbora* (Brasília, 1981), *Autogestão* (São Paulo, 1980), *A Todo Vapor* (Rio de Janeiro, 1979), *Barbárie* (Salvador, 1979), *O Inimigo do Rei* (Salvador, 1977), *Soma* (São Paulo, 1974), *O Protesto* (Porto Alegre, 1967), *Dealbar* (São Paulo, 1965).

Com relação à separação da imprensa de resistência em dois grandes grupos, “de esquerda” ou contraculturais, os resistentes de ênfase anarquista certamente não participam do primeiro grupo; problemática e adicionalmente, nem todos os representantes desse grupo podem figurar, também, no segundo, como os casos de *O Protesto* e *Dealbar*, editados em tempos em que a contracultura ainda não havia dado as caras em seu meio de introdução no Brasil: a coluna *Underground*, de Luiz Carlos Maciel, nascida apenas n’*O Pasquim* número 21, de 13 a 19 de novembro de 1969, tendo durado cerca de três anos. Ainda assim, a imprensa de resistência anarquista difere das de esquerda apenas com relação a suas tendências ideológicas: seus exemplos encontram-se diluídos em diferentes fases da imprensa de resistência, da

segunda à sétima.

Além desses “furos” na “bolha” da esquerda, alguns jornais de quinta e sexta fases se davam a partir de lugares de enunciação que não necessariamente os coletivos militantes. Na denúncia das mazelas de comunidades empobrecidas e na defesa da reforma agrária e dos anseios indígenas, publicações eclesásticas também integraram, à sua maneira, a imprensa de resistência. *Aconteceu* (Rio de Janeiro, 1981) era um boletim do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). *Paneiro* (Manaus, 1979), da Regional Norte I da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). *Pastoral Operária* (São Paulo, 1979) era feito pela Comissão para a Caridade, Justiça e Paz da CNBB. *Nós Irmãos* (Rio Branco, 1971) era mantido pela Arquidiocese de Rio Branco. *Porantim* era do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ligado à CNBB. Sem contar o jornal corrente *O São Paulo* (São Paulo, 1955), da Arquidiocese paulistana, marco da oposição à ditadura. Assim como na imprensa de resistência anarquista, a vertente eclesástica é composta por periódicos que não necessariamente se encaixam na dicotomia “de esquerda” ou contraculturais. Veementemente distantes de conceitos como os de amor livre e de inspiração em substâncias psicodélicas para o despertar da consciência, característicos do segundo segmento, impressos desse gênero tampouco necessariamente se apresentavam explicitamente partidários da “esquerda”: o maior exemplo é justamente *O São Paulo*.

No plano das territorialidades, no amplo panorama da imprensa de resistência à ditadura havia ainda outro grupo em particular: os periódicos produzidos por exilados. Seus moldes iam desde a tradicional imprensa partidária, como simples porta-vozes de grupos – como a Ação Popular Marxista-Leninista (APML) ou a Política Operária (POLOP) –, até informativos de divulgação de produções artísticas de exilados ou presos políticos brasileiros. Lógicas enunciativas diferentes pautavam a imprensa de resistência no exílio, já que, independentes da censura militar, divulgava “documentos de organizações, artigos temáticos, informações e estudos sobre a situação social e econômica brasileira, denúncias da ditadura, de tortura e de prisão política, notícias do Brasil” (Rollemberg, 2002, p. 453-454). Foram editados, assim, *Fragmento* (Estocolmo, 1979), *Correio Sindical de Unidade* (sem local, possivelmente 1978 ou 1979), *Reflexo da Cultura Brasileira no Exílio* (Estocolmo, 1978), *Brasil Socialista* (Lausanne, 1975), *Conjuntura Brasileira* (Paris, 1974), *Campanha* (Santiago do Chile, 1972), *Cartas Chilenas* (Santiago do Chile, 1971), *Guerrilha Operária* (sem local, 1971), *Combate – Órgão do Partido Operário Comunista* (sem local, 1971), *Debate*

(Paris, 1970), *Correio Operário Norte Americano* (Washington, 1969), *Front Brasileiro de Informações* (Argel, 1969).

Ao passo em que ao menos as imprensas de resistência eclesiástica e de exilados mereçam consideração como fases ou grupos à parte (exceção feita aos anarquistas “diluídos” em fases distintas), existe ainda um outro grande segmento editorial na resistência: o literário, notadamente atribuído à dita “geração mimeógrafo”. De forma em geral artesanal, promotora da poesia marginal e de artes gráficas postais, esse grupo ligava o engajamento político no contexto da resistência à lógica de produção artística (Campedelli, 1995). Periódicos desse segmento não necessariamente se mostram “contraculturais” ou “à esquerda”, conforme a segmentação em dois grandes grupos dada por Kucinski à imprensa de resistência, ora vista como empobrecedora. Entretanto, exploravam em prosa, verso e desenho temas como a falência moral da sociedade burguesa, a falta de liberdade de expressão, as mazelas de um mundo onde os direitos humanos só são respeitados relativamente, a violência de Estado etc. O *Catálogo de Imprensa Alternativa* editado pelo Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular da Rio Arte, braço cultural da Prefeitura do Rio de Janeiro, em 1986, organizado por Leila Miccolis, reúne majoritariamente periódicos desse grupo, muito presente, aliás, no acervo identificado como de imprensa de resistência na Biblioteca Nacional. Ali, não se propõe a distinção da imprensa de resistência em fases: considera, todavia, a relevância da chamada “marginália” poética no gênero, indo além da interpretação de Kucinski.

Voltando à explanação das fases da imprensa de resistência segundo Bernardo Kucinski, cabe também a complexificação daquela que o autor aponta como sendo a sétima e última fase do fenômeno. Ao fim dos anos 1970 certos eventos impactaram sobremaneira as oposições ao regime empresarial-militar: a luta pela anistia aos lesados pela ditadura, o ciclo de greves no ABC paulista e a legalização de partidos como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). É nesse momento que, para Kucinski, se dá a sétima fase, pretensamente definitiva, da imprensa de resistência: quando ela se constituiu como campo de reorganização política e reavaliação ideológica de coletivos militantes marxistas. Dado o “boom” de publicações durante a redemocratização iniciada em 1974, as esquerdas brasileiras passaram mesmo a se confundir com esses periódicos (Kucinski, 2003); palavras fortes, que atestam a preponderância da imprensa de resistência na consolidação da memória política mais recente no país, na esfera progressista. Um exemplo foi *Versus*, que, abrigoando o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST),

lançou em 1978 a primeira chamada para a fundação legal de um partido socialista desde o início do regime. Outro foi o do líder da Ação Popular (AP), Duarte Brasil Lago Pacheco Pereira, empreendendo forte campanha a favor da Assembleia Nacional Constituinte naquele momento, nas páginas de *Movimento*.

Na sétima fase da imprensa de resistência vieram a lume o *Jornal dos Trabalhadores* (São Paulo, 1982), do Partido dos Trabalhadores (PT); *Voz da Unidade* (São Paulo, 1980), do Partido Comunista Brasileiro (PC); *Tribuna da Luta Operária* (São Paulo, 1979), do Partido Comunista do Brasil (PCdoB); *Hora do Povo* (Rio de Janeiro, 1979), do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8). Muitos desses jornais são ou encarados como imprensa de resistência ou como sua consequência, a imprensa partidária de esquerda (Bueno, 1986). Mas a linha divisora era tênue, quando visível. Processo semelhante de aproximação se deu com a nova imprensa sindical naqueles dias, alojada no mesmo campo político opositor que se modificava, aos poucos. Até que ponto esses gêneros se cruzavam e diferiam?

Independentemente da polêmica quanto ao que se deve ou não considerar como imprensa de resistência, Kucinski marca seu fim no início dos anos 1980. Para o autor, a implosão do gênero resistente se deu por sua heterogeneidade. O que teria abalado sua estrutura teria sido seu próprio “modelo ético-político”, menos ligado a projetos de resistência à ditadura do que a esforços difusos de formações ideológicas contra-hegemônicas:

Mas qual era o modelo ético-político da imprensa alternativa? Tinha como componente básico o repúdio ao lucro e, em alguns jornais, até mesmo o desprezo por questões de administração, organização e comercialização. Paradoxalmente, a insistência numa distribuição nacional antieconômica, a incapacidade de formar bases grandes de leitores-assinantes, certo triunfalismo em relação aos efeitos da censura, tudo isso contribuiu para fazer da imprensa alternativa não uma formação permanente, mas uma coisa provisória, frágil e vulnerável não só aos ataques de fora como às suas próprias contradições (Kucinski, 2003, p. 25).

Na prática, isso se refletia na queda de qualidade. A crise financeira nos anos 1980 sufocava projetos editoriais experimentais, potencialmente “alternativos” em todos os sentidos da insegurança. O fim do regime mudava a maneira de se ver a utopia e a ação coletiva para a transformação social. Na agonizante imprensa de resistência

[...] a análise aprofundada deteriorava para um marxismo pop e

generalizações abrangentes sem fundamento em dados. O jornalismo meticuloso era substituído pelo desejo de acabar com o jornalista como filtro ou mediador. Houve um incremento do jornalismo cru, tipificado por transcrições colhidas com microfones abertos. O sensacionalismo tomava por vezes o lugar da investigação. A disposição de analisar a sociedade transformou-se em fascínio apolítico por tendências e comportamento. O humorismo politicamente desafiador foi substituído pelo humor abusadamente sexista e racista. A liberdade virou licenciosidade e acabou se tornando interesseira (Smith, 2000, p. 63-64).

O *Pasquim*, naquele momento, sempre o “carro-chefe” da imprensa de resistência, começava a trazer mulheres nuas em suas capas e em suas célebres fotonovelas. Além dele, que, de fato, não se resumia a conteúdo “sacana”, é digno de nota o tabloide *Reporter* (Rio de Janeiro, 1977), que, com a justificativa de atrair leitores de baixa renda, era perito em malhar a ditadura entre reportagens de teor sensacionalista, explorando casos de polícia sangrentos, acontecimentos bizarros e escândalos de conotação sexual.

Naquele momento, o jornalismo crítico à ditadura já despontava na “grande” imprensa. Em 1976, o *Jornal do Brasil* já falava abertamente da Operação Brother Sam. Os grupos editoriais resistentes já eram formados por outras gerações e o elo entre política e jornalismo mudava de lugar social: o repúdio antissistema, bem ou mal, já se traduzia em luta partidária. O Brasil, ao início da década de 1980, tinha suas contradições:

No plano político do início dos anos 1980, negociava-se a transição para a democracia sob a tutela dos militares, cujo discurso sustentava-se no argumento de terem salvado o país do comunismo. Por outro lado, instalava-se uma contradição identificada com acuidade por Marcos Napolitano [...]: uma memória social construída por setores liberais que contribuíram a arquitetar o golpe e a ditadura, mas que foram paulatinamente afastando-se de seu núcleo de poder, e incorporaram elementos da interpretação de setores oposicionistas da esquerda não armada. Conviveram assim, nesse complexo processo: 1. Uma memória crítica à ditadura, difundida pela grande imprensa, pelo discurso dos principais partidos políticos de centro e de esquerda, mas também por parte dos movimentos sociais, que tendia a concentrar o grosso da responsabilidade do arbítrio no setor militar, subdimensionado o papel das elites civis; 2. Uma transição democrática feita por cima, a despeito da mobilização popular, com a participação de políticos da base de sustentação da ditadura na transição; e 3. Os legados autoritários da ditadura militar (Joffily, 2018, p. 212).

O mesmo empresariado que aplaudiu tanto o golpe quanto a ditadura “virou a casaca”, conforme a conveniência. O setor midiático de grande circulação passou a abrigar, na medida certa, aquilo que era interessante do modelo de resistência. Este, nessa linha interpretativa, teria definhado rapidamente muito antes do fim do regime, no ano de 1988, não obstante a existência de periódicos visivelmente inseríveis no gênero, dedicados à transição para o regime democrático de fato, à Assembleia Nacional Constituinte e às já sentidas adversidades da Nova República. Exemplos: *Voz da Nação* (São Paulo, 1985), *Zezinho* (Vitória, 1985), *Ecoação* (Campo Grande, 1985), *Vida & Cultura Alternativa* (São Paulo, 1984), *Jornal Indígena* (São Paulo, 1984), *Folha da Baixada* (São João de Meriti, 1984), *Jornal Mandacaru* (Recife, 1982), *Questão de Ordem* (João Pessoa, 1982). A quantas andava, então, um tardio *Pasquim*, extinto apenas em 1991, cindido entre o apoio ao PMDB ou ao PDT? Imerso na complexidade e no conflito, como tudo o que toca a política.

NA SALA DE LEITURA: A IMPRENSA DE RESISTÊNCIA NA BIBLIOTECA NACIONAL

Os 441 títulos da imprensa de resistência ao regime empresarial-militar no Brasil presentes no acervo da Biblioteca Nacional, nesta pesquisa, foram considerados quantitativa e qualitativamente segundo Minayo (1993), Goldenberg (2004) e Gomes (2010). Determinadas categorias empíricas foram estabelecidas para a coleta de informações. Cada um dos 441 periódicos dispostos à consulta na BN foi confrontado por um conjunto de perguntas concebido a partir dos autores supracitados.

Para identificar um periódico da imprensa de resistência em um acervo não basta simplesmente achá-lo num livro sobre o tema, em citação. Buscou-se, aqui, identificar os lugares sociais de produção da imprensa de resistência, bem como seus meios técnicos de difusão, seus contextos históricos (dentro dos processos específicos tanto do regime empresarial-militar quanto das formas de resistência ao mesmo), suas fases em planos cronológicos e temáticos, seus conjuntos de pautas e seus pleitos políticos e estéticos. Interessa-nos saber a respeito das condições materiais desses periódicos, tanto no passado (no contexto de sua produção, nos sentidos técnicos, ideológicos, contextuais e temporais) quanto no presente (na forma como suas edições físicas se encontram e como se dá sua acessibilidade no contexto institucional da BN).

A figura abaixo demonstra um exemplo do tratamento dispensado a cada um

dos 441 periódicos de resistência presentes no acervo da Biblioteca Nacional:

Figura 1 – Exemplo de tratamento analítico a periódico, com categorização empírica.

75. <i>Cadernos da Comissão Pró-Índio</i>	São Paulo (SP)	1979	Fase: 5 v
---	----------------	------	--

Temas: Questões indígenas, Questões agrárias, Direitos humanos, Política

Tempo de publicação: 1979-1982(?)

Editores: Lux Vidal, Carlos Eduardo Caldarelli

Conselho editorial: Sim

Inclinação partidária ou ideológica: Não

Filiação a movimento social: Indigenismo

Filiação institucional: Comissão Pró-Índio, produto da Global Editora e Distribuidora Ltda.

Sistema de distribuição: Nacional

Formato e impressão: Revista, offset

Episódio de repressão: Não

Coleção na BN: Possivelmente completa - edições nº 1, de agosto de 1979; nº 2, de 1981, e nº 3, de 1982

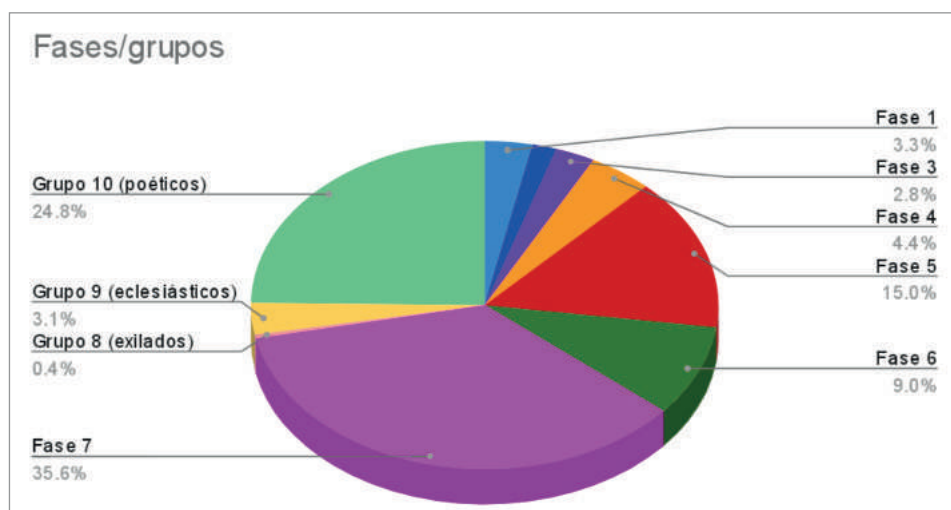
Condição física: Satisfatória

Coleção digitalizada: Não

Fonte: Elaboração do autor, 2024.

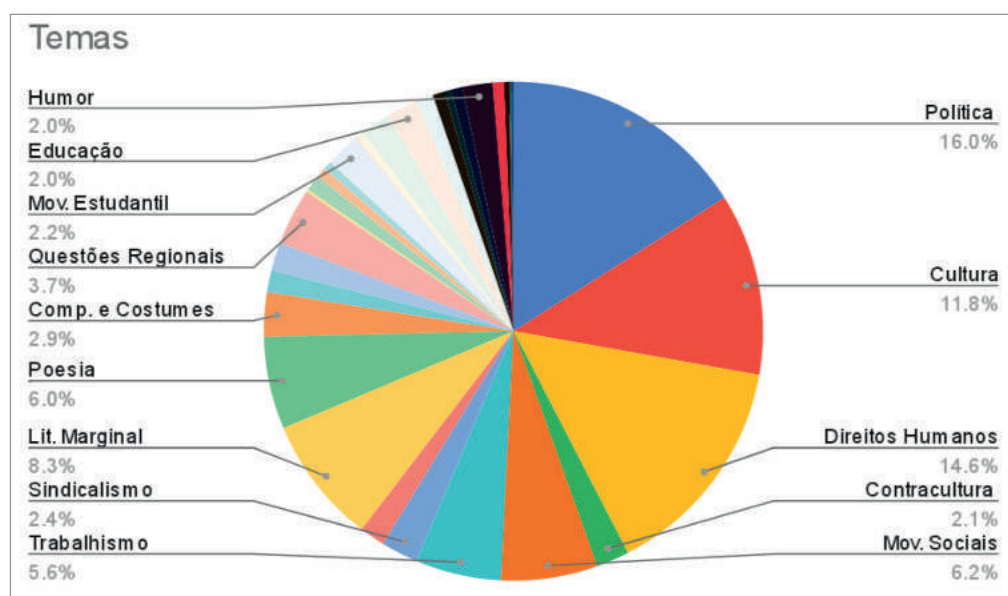
Uma lista apresentando 441 periódicos dessa forma pode bem atender aos bibliotecários da BN em processos de inventário ou de atualização de registros em bases de dados. Pelo volume de informações ela naturalmente não se encontra anexada ao presente artigo, embora tenha sido, de fato, um volumoso apêndice da dissertação que o originara. O importante, aqui, é ressaltar que a soma de dados proporcionada por tal lista (quase um catálogo, afinal) serve à produção de gráficos esclarecedores quanto ao perfil do grupo de periódicos de resistência acondicionados na Coordenação de Publicações Seriadas da Biblioteca Nacional. Conforme veremos a seguir.

Figura 2 – Gráfico quantitativo com relação às fases identificadas na imprensa de resistência presente na Biblioteca Nacional.



Fonte: Elaboração do autor, 2024.

Figura 3 – Gráfico sobre temas abordados na imprensa de resistência na Biblioteca Nacional.



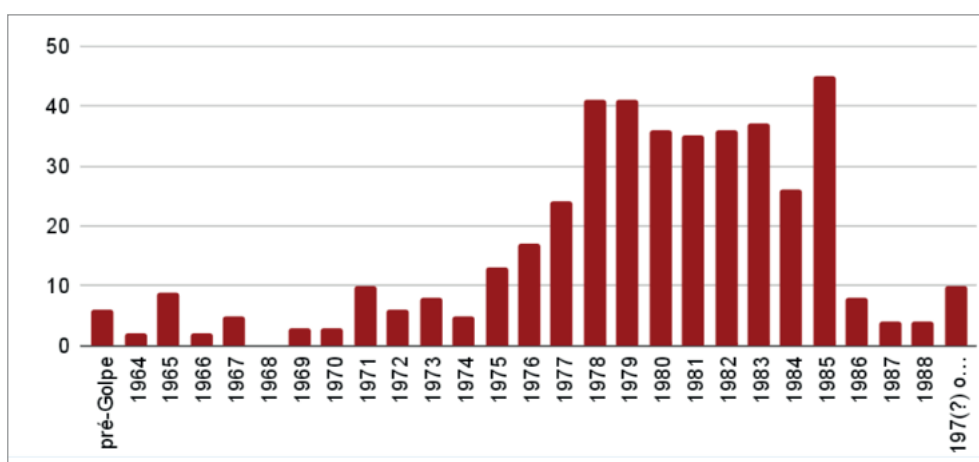
Fonte: Elaboração do autor, 2024.

No primeiro dos gráficos acima (Figura 2), percebe-se quantidade expressiva de periódicos de fases 5, 6 e 7 no acervo da BN. Conforme apontamos anteriormente,

julgamos aqui necessário criar uma diferenciação entre as sete fases regulares desenvolvidas por Bernardo Kucinski e aquilo que chamamos de grupos 8, 9 e 10, relativos, respectivamente, às imprensas de resistência de exilados, eclesiásticas e poéticas/literárias. Importante ressaltar que, destas três categorias observadas, o último grupo, justamente o menos explorado por autores como Kucinski, Smith e Araújo, representa uma fatia de quase 25% do total do acervo analisado.

À maneira da catalogação por temas, o gráfico da Figura 3 expõe o conjunto de temas identificados na leitura dos periódicos ora em análise. Cada um pôde contar com três ou quatro temas identificáveis. Naturalmente, alguns desses temas são por demais genéricos, como “Política” e “Cultura”; no entanto, servem para dar noções a respeito dos aspectos editoriais do conjunto estudado. A quantidade importante de periódicos marcados sob os temas dos “Direitos Humanos” e de “Movimentos Sociais”, com respectivamente 14,6% e 6,2%, ajudam a sustentar a afirmação de que a fase 5 da imprensa de resistência, da “imprensa ativista” pós-reabertura, teria sido um momento de *boom* do gênero. Reflexo da presença expressiva de periódicos do grupo 10 no acervo de imprensa de resistência na BN, percebe-se ainda a incidência relativamente alta de exploração de temas como “Literatura marginal” e “Poesia” no conjunto de 441 títulos, com 8,3% e 6%, respectivamente. Ambos os temas em geral aparecem ligados a recortes temáticos categorizados mais genericamente como “Cultura” (11,8%) e “Contracultura” (2,1%).

Figura 4 – Gráfico delineando o ano de surgimento de periódicos da imprensa de resistência na Biblioteca Nacional.



Fonte: Elaboração do autor, 2024.

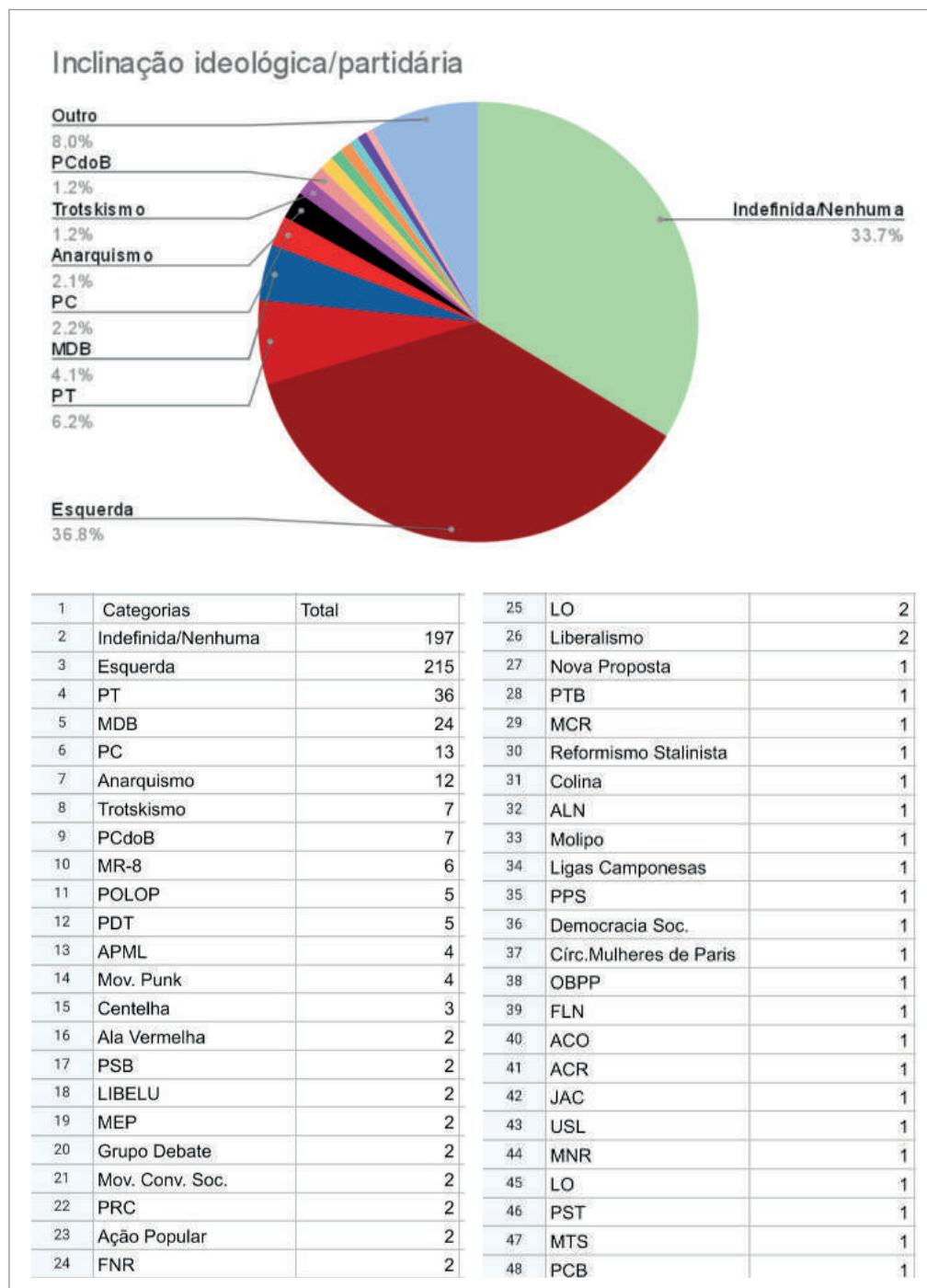
Nem sempre foi possível identificar com clareza o ano de surgimento dos periódicos de resistência no acervo da BN, sendo, por vezes, necessário recorrer a fontes bibliográficas secundárias para tal, empreitada impossível nos casos dos periódicos mais obscuros, sinalizados na barra final do gráfico acima (Figura 4), como surgidos nas décadas de 1970 ou 1980, sob a marca “197(?) ou 198(?)”. Ainda assim, o último gráfico levanta alguns pontos que merecem desenvolvimento.

Segundo a amostra dos 441 títulos de imprensa de resistência na BN, a quantidade de periódicos do gênero surgidos no ano de 1965, talvez como espécie de reação ao golpe, já não podia ser vista em 1968, no momento de decretação do AI-5. Alguma reação no surgimento de iniciativas editoriais nesse contexto (no caso, os periódicos de fases 3 e 4) foi registrada a partir de 1971. O surgimento da prolífica fase 5, no contexto da reabertura promovida pelo governo de Ernesto Geisel (1974-1979), manifestou-se no conjunto acima: entre 1975 e 1979 o número de periódicos surgidos se acentuou.

Por outro lado, aquilo que Bernardo Kucinski apontou como o momento de crise no “modelo ético-político” da imprensa de resistência pôde ser verificado apenas na ligeira queda no número de casos emergentes entre os anos de 1979 e 1980: considerar que a imprensa de resistência acabou neste ano, aliás, não parece ser uma opção, ao menos segundo o conjunto ora sob análise.

Houve certa estabilidade no lançamento de jornais e revistas do gênero entre 1980 e 1983, com declínio em 1984 e um novo e acentuado crescimento em 1985: reflexos das campanhas Diretas Já! e pela Assembleia Nacional Constituinte, cremos. Se alguma crise de modelo pôde ser verificada, de fato, foi a partir de 1986, sob o “banho de água fria” nos sentidos moral e econômico do governo de José Sarney: a Nova República iniciava sob o comando de um civil da Aliança Renovadora Nacional (Arena), com direito a dramática crise econômica.

Figura 5 – Gráfico quanto à inclinação ideológica de periódicos da imprensa de resistência na Biblioteca Nacional.

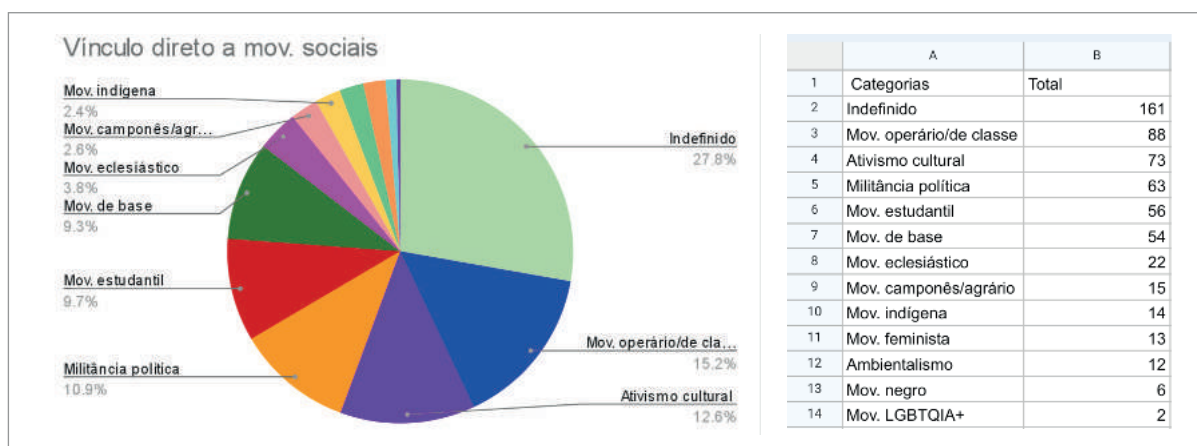


Fonte: Elaboração do autor, 2024.

No gráfico da Figura 5, quanto às inclinações ideológicas identificáveis no

conjunto de periódicos, com a ajuda de um quadro expositivo abaixo para melhor visualização, percebemos que 36,8% deles podem ser considerados de “Esquerda”, genericamente. O grupo “Outro” soma diversas frações militantes, sinalizadas no quadro (lembrando que muitas se mantiveram ocultas no meio de produções editoriais). No período analisado, são expressivas as preferências partidárias, ainda que algumas vezes menos explícitas, entre o Partido dos Trabalhadores (PT), com 6,2%; o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com 4,1%; e o Partido Comunista (PC), com 2,2%, este apenas um pouco mais recorrente em clamores de aceitação do que a doutrina do “Anarquismo”, com 2,1%. Lembrando, aqui, que na categorização acima um mesmo periódico pode apresentar mais de uma preferência: por exemplo, ser do grupo “Esquerda” e, também, do “Trotskismo” e ligado ao “PT”. Isso não ocorre, entretanto, com os do campo “Indefinido/Nenhuma”, fatia também preponderante (33,7%), que tanto pode ter a ver com questões de drible à censura quanto de puro e simples não adesismo.

Figura 6 – Gráfico indicativo de vínculos diretos com movimentos sociais por parte de periódicos da imprensa de resistência na Biblioteca Nacional.

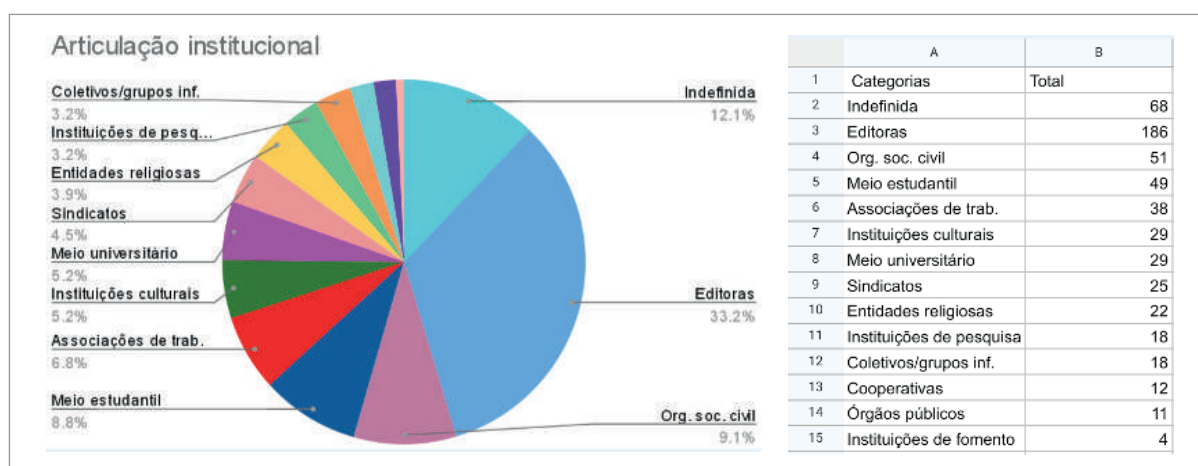


Fonte: Elaboração do autor, 2024.

Dada a proporção de periódicos de resistência vinculados a movimentos sociais, característicos da fase 5 do gênero mas também visíveis na fase 7, buscou-se, no gráfico acima (Figura 6), apontar quais movimentos eram associados às produções editoriais. O movimento operário como um todo ou de determinadas categorias profissionais se encontrava com maior representatividade (15,2%), seguido de algo aqui definido como “Ativismo cultural” (12,6%): caso de coletivos editoriais voltados

à produção e à divulgação de movimentos artísticos politicamente engajados em pautas de direitos humanos, de correntes estéticas em voga durante os anos de chumbo (vertentes contraculturais, literatura marginal, “geração mimeógrafo” etc.) e valorização do artista como trabalhador. Nem todos apresentam esses vínculos (27,8%), ao menos não explicitamente. Dos periódicos que possuem ligações com movimentos sociais, logicamente, entende-se que um mesmo jornal ou revista pode ter apresentado ligações com mais de uma categoria de movimento.

Figura 7 – Gráfico indicativo de vínculos diretos com instituições por parte de periódicos da imprensa de resistência na Biblioteca Nacional.

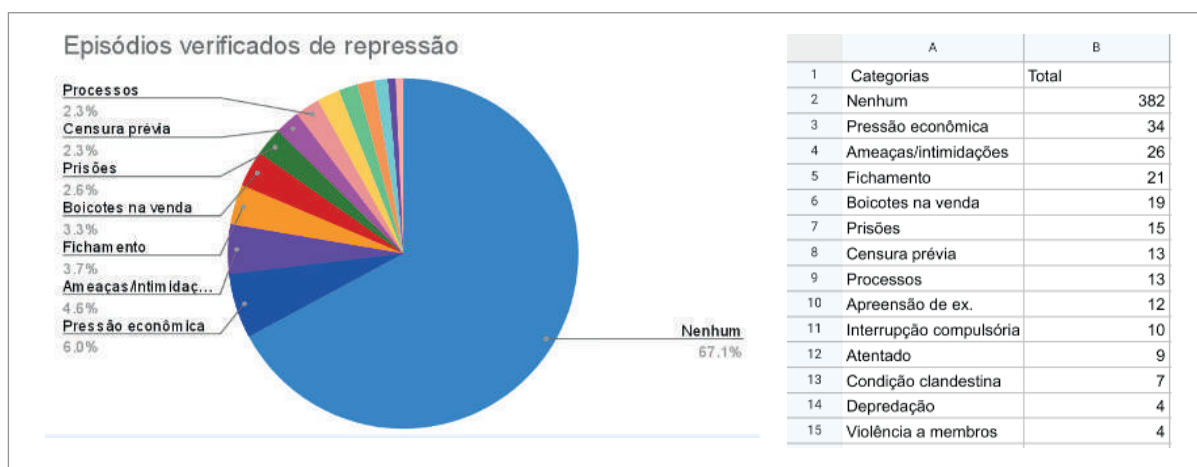


Fonte: Elaboração do autor, 2024.

Já no gráfico acima (Figura 7), buscou-se levantar informações quanto à articulação dos periódicos ora em análise com instituições privadas ou públicas de naturezas diversas, novamente com auxílio de um quadro expositor. Em 12,1% dos casos não foi possível identificar com clareza tais vínculos. A maior parte, 33,2%, diz respeito a periódicos produzidos por editoras, pequenas ou grandes, ou em coparticipação entre estas e coletivos editoriais. Organizações variadas da sociedade civil, como associações de moradores e coletivos voltados a pautas de direitos humanos, por exemplo, representam aqui 9,1%. O meio estudantil, as associações de trabalhadores, instituições variadas de caráter cultural, o meio universitário (professores e departamentos articulados com estudantes), sindicatos e entidades religiosas aparecem em seguida, com respectivamente 8,8%, 6,8%, 5,2%, 5,2%, 4,5% e 3,9%. Grupos informais, editando material notadamente artesanal, representam meros 3,2% neste grupo. Detalhe: excluídos os casos de universidades públicas, contidos na

categoria “Meio universitário”, 11 periódicos de resistência foram identificados sob fomento ou com suporte técnico de órgãos públicos, normalmente secretarias de cultura ou meio ambiente de esfera municipal. Ressalta-se, aqui, que um mesmo periódico pode ter estabelecido vínculos com mais de uma das categorias em análise.

Figura 8 – Gráfico indicativo episódios de repressão identificados em periódicos da imprensa de resistência na Biblioteca Nacional.



Fonte: Elaboração do autor, 2024.

Por fim, no último gráfico (Figura 8), percebe-se que episódios verificados de repressão não são uma constante no acervo de periódicos de resistência ao regime empresarial-militar no acervo da Biblioteca Nacional. Entretanto, nota-se que as pressões econômicas foram alguns dos artifícios mais utilizados pela ditadura para o silenciamento de tais empreendimentos. Nota-se que métodos mais violentos, como espancamento de vendedores dos periódicos em análise e atentados à bomba, incêndios e tiros a fachadas de redações foram menos recorrentes. Mas isso não deve servir de apelo a uma suposta “ditabranda”: um mesmo periódico pode ter sofrido mais de uma das formas de repressão listadas, desde que visado como “importante” pelo aparelho repressor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência de um acervo de imprensa de resistência na BN atesta que, embora outrora “subversiva”, com a redemocratização a mesma passou a ser encarada como

patrimônio intelectual memorialístico, requisitando proteção institucional por sua natureza: a de justificar o processo de mudança de regimes de memória. A imprensa “nanica” sob guarda institucional tem lado: representa certo reconhecimento do “nunca mais”.

Uma máxima de Millôr Fernandes, nos cabeçalhos d’O *Pasquim*, guiava a imprensa de resistência – “imprensa é oposição, o resto é armazém de secos e molhados”. Pode-se afirmar, daí, que a imprensa de resistência à ditadura possuía um traço de legitimidade jornalística crucial, quando não subjugada pela repressão. Em certos aspectos, foram os “nanicos” (e não os “grandes”, salvo exceções durante a redemocratização) que, ao longo do período autoritário, seguiram a tradição do primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense* (Londres, 1808), de Hipólito José da Costa, crítico à Coroa portuguesa no Brasil e editado, por essa e outras razões, no exílio. Foi essa resistência impressa a descendente direta dos pasquins panfletários de crítica virulenta durante o Primeiro Reinado e da imprensa operária e anarquista que circulou no Brasil entre as duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX (Kucinski, 2003, p. 21). Ela não deveria ser considerada “alternativa”, termo que pressupõe complementaridade, como se ficasse em segundo plano em relação a periódicos de maior envergadura financeira e administrativa: ela foi, afinal, a imprensa daquele momento. Suas semelhanças com jornais como *O Debate* (Rio de Janeiro, 1917), de Adolpho Porto e Astrojildo Pereira, em oposição ao governo Venceslau Brás (1914-1918), e mesmo com o rigor denunciativo atualmente encontrado na internet, em *blogs* ou redes sociais, nos fazem crer que o jornalismo-ativismo, de combate político, não é datado. Embora com tintas diferentes, no debate sobre a violência policial no Brasil o caso Herzog ecoa no de Genivaldo de Jesus Santos (2022), entre tantos outros. São muitos os paralelos da imprensa de resistência à ditadura com gêneros mais antigos (Bueno, 1986) e com o jornalismo pós-internet (Chinem, 2004).

Reflexo e termômetro de um processo mais amplo de resistência à ditadura, envolvendo diferentes momentos das oposições ao regime, a imprensa de resistência envolvia desde a guerrilha a movimentos de base, de indigenistas a poetas anarquistas, de católicos progressistas ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. O termo “imprensa alternativa” perde, ainda, consistência ao parecer deixar a complexidade desse processo em segundo plano: como se sua principal característica fosse apenas não ser a “grande” imprensa. E também pelo fato de que nela muitas vezes estiveram trabalhando, justamente, os mesmos jornalistas da imprensa tradicional, simultaneamente ou egressos após demissões: impossibilitados de exercer seu ofício

a contento na segunda, adentravam a primeira. Até que ponto seu fazer jornalístico possuía esse claro divisor de águas? Cabe ainda ressaltar que em determinado momento pós-reabertura política, a partir de 1974, a “grande” imprensa passou a abraçar pautas da imprensa de resistência. De quem era, afinal, a “alternativa”?

Uma das formas determinantes da imprensa de resistência, como gênero impresso, é a sinalização do pertencimento de determinado grupo de jornais e revistas às sete fases da imprensa de resistência, segundo apresentado por Kucinski (2003), bem como a inclusão de tais periódicos a dois grandes grupos: os “de esquerda” e os contraculturais. Cremos ser possível complexificar essa linha de entendimento.

Haveria uma oitava fase (ou um oitavo grupo de iniciativas editoriais), entre 1969 e 1979: a da imprensa de resistência produzida por indivíduos exilados e voltada a dois caminhos: ao esclarecimento internacional e à circulação clandestina no Brasil. Muitos dos periódicos desse grupo, que perpassa cronologicamente a terceira, a quarta e a quinta fases conforme Kucinski, foram marcados por processos de articulação partidária informais e precários, no contexto do expatriamento forçado, diferentes da organização partidária característica da sétima fase. Tal grupo certamente se enquadraria no grupo de jornais “de esquerda”.

Haveria também uma nona fase (ou grupo), situada entre 1971 e 1985: a da imprensa de resistência produzida por grupos eclesiais, ligados à Teologia da Libertação. O fôlego de periódicos dessa fase foi capaz de produzir exemplos notáveis, como *Porantim*, que circula até os dias de hoje, tendo passado pelo governo Bolsonaro exercendo aquilo que lemos como a resistência “de sempre”. Esses jornais eclesiais de resistência não podem ser tão facilmente inseridos na lógica dicotômica de periódicos “de esquerda” ou contraculturais: os exemplos acessados nas dependências da BN mostram que esse grupo se deu, não raro, a partir de iniciativas de evangelização de pastorais indígenas, operárias e campesinas, abordando assuntos ligados aos direitos humanos, à luta pela terra, à carestia de vida, à violência no campo, sem necessariamente recorrer à chave discursiva dogmática das esquerdas. E também sem flertar com as lógicas disruptivas do “desbunde”.

Haveria ainda uma décima fase (ou grupo de iniciativas editoriais), entre 1971 e 1988: a imprensa de resistência literária, notadamente atribuída à “geração mimeógrafo”. Foram iniciativas editoriais em geral artesanais, de poesia marginal e artes postais, que ligavam o fazer artístico ao engajamento político no contexto da resistência. Os periódicos desse grupo podem ou não apresentar características “de esquerda” ou contraculturais: não necessariamente se posicionam nesses dois

grupos, na publicação de conteúdo explorando temas como a falência moral da sociedade burguesa, as mazelas de um mundo onde os direitos humanos só são respeitados relativamente, a falta da liberdade de expressão etc. No que pese o engajamento político da poesia e das artes gráficas durante a ditadura, o *Catálogo de Imprensa Alternativa* editado pelo Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular da Rio Arte, braço cultural da Prefeitura do Rio de Janeiro, em 1986, organizado por Leila Miccolis, reúne majoritariamente periódicos desse grupo. Ali, não se propõe a distinção da imprensa de resistência em fases: considera, todavia, a relevância da chamada “marginália” poética no gênero, indo além da interpretação de Kucinski. Somos, aqui, solidários à visão de Miccolis.

Cremos que, embora a uma primeira aproximação justificável, é problemática a separação da imprensa de resistência em dois grandes grupos (não raro em conflito): de um lado, periódicos da contracultura, do “desbunde”, e, de outro, os de uma certa esquerda única e total. Vimos aqui, no gráfico da Figura 5, aliás, que o tema do anarquismo foi propagado na imprensa de resistência com alguma recorrência. Ironicamente, correntes políticas de esquerda são tão plurais, convergentes e dissidentes quanto as múltiplas contraculturas. Uma simplificação nesse sentido, em apenas duas orientações gerais, não só para a imprensa de resistência, mas para a resistência em geral ao regime empresarial-militar, parece não só reforçar uma contraposição nem sempre existente entre ambas como contribuir para certa hierarquização de valores (algo como dizer que a verdadeira postura de resistência estava mais em uma ou em outra concepção) e, portanto, para certo esquecimento da complexidade e da heterogeneidade.

Problematizamos a dita crise do “modelo ético-político” da imprensa de resistência que, apesar de real e reforçada tanto por Anne-Marie Smith quanto pela apropriação de padrões estéticos comunicacionais da mesma por parte da imprensa tradicional no pós-1974, em nossa percepção forçosamente “aborta” a imprensa de resistência antes da hora, cerca de três anos antes do fim do regime. Justamente por isso, o advento dos anseios de editores de resistência por eleições diretas, a mobilização de dezenas de entidades voltadas à questão da reforma agrária no início dos anos 1980 e, depois, os apelos pela necessidade de uma Assembleia Nacional Constituinte, quando o regime ainda estava em vigor, não foram usados como categorias metodológicas para as fases cunhadas por Kucinski. Mas esses anseios estavam lá: em tinta e papel, o acervo os atesta.

Finalizaremos com um recado aos futuros pesquisadores do tema aqui explorado:

pisar fora da Biblioteca Nacional é mais do que válido. Muitos títulos de interesse estão no Centro de Documentação e Memória (Cedem) da Universidade Estadual Paulista (Unesp), com cópias microfilmadas no Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Outros tantos no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, provenientes do extinto Centro de Cultura Popular e Imprensa Alternativa, da Rioarte. Um entrecruzamento dos acervos de imprensa de resistência destas instituições com o da BN exporia, decerto, um conjunto não definitivo, mas expressivo quanto ao fenômeno da imprensa de resistência ao regime empresarial-militar no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. São Paulo: Edusc, 2005.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BRASIL, Bruno Leonard Simas. Resistência no papel: a imprensa de oposição à ditadura civil-militar no Brasil no acervo da Biblioteca Nacional. *In: BIBLIOTECA NACIONAL. Anais da Biblioteca Nacional*, v. 140, 2020. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2022. p. 103-250.

BUENO, Márcio. A imprensa alternativa – ontem e hoje. *In: MELLO, Maria Amélia (org.). Vinte anos de resistência: alternativas da cultura no regime militar*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1986. p. 47-59.

CAMPEDELLI, Samira Youssef. *Poesia marginal dos anos 70*. São Paulo: Scipione, 1995.

CHINEM, Rivaldo. *Jornalismo de guerrilha: a imprensa alternativa brasileira da ditadura à internet*. São Paulo: Disal, 2004.

GARCÍA, Luis Britto. *El Imperio contracultural: del rock a la postmodernidad*. Caracas, Venezuela: Fundación para la Cultura y las Artes, 2011.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In:*

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 79-108.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204-251, 2018.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2003.

LE MOS, Renato Luiz do Couto Neto e. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. *Marx e o marxismo*, v. 2, n. 2, p. 111-138, jan./jul. 2014.

MAUÉS, Flamarion. *Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984*. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

MICCOLIS, Leila. *Catálogo de imprensa alternativa*. Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular. Rio de Janeiro: Rio Arte, 1986.

MINAYO, Maria Cecília S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1992.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, Londrina, v. 8, n. 15, p. 9-45, nov. 2015.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

ROLLEMBERG, Denise. A imprensa no exílio. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002. p. 451-468.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

SOBRE O AUTOR

Bruno Leonard Simas Brasil

Técnico em documentação da Coordenação de Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional (CPes/FBN). Graduado em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e Mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU OU “DIOCESE DA CLANDESTINIDADE”

RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Matheus da Silva Sampaio

RESUMO

O texto analisa a interação entre religião e política na Baixada Fluminense durante o período ditatorial. Inicialmente, são explorados os contextos político e social da região antes e depois do golpe de 1964. Em seguida, destaca-se o papel da Diocese de Nova Iguaçu sob o bispado de Dom Adriano Hypólito, que se posicionou de forma crítica em relação ao regime ditatorial. São discutidos também o folheto litúrgico *A Folha* e outras formas de resistência desenvolvidas pela Diocese ao longo dos anos, assim como as respostas violentas por parte das forças militares.

PALAVRAS-CHAVE: ditadura civil-militar; Diocese de Nova Iguaçu; resistência à ditadura; Dom Adriano Hypólito.

ABSTRACT

The text analyzes the interaction between religion and politics in Baixada Fluminense during the dictatorial period. Initially, the political and social contexts of the region before and after the 1964 coup are explored. Then, the role of the Diocese of Nova Iguaçu under the bishopric of Dom Adriano Hypólito, who took a critical stance in relation to the dictatorial regime, is highlighted. The liturgical pamphlet *A Folha* and other forms of resistance developed by the Diocese over the years are also discussed, as well as the violent responses by the military forces.

KEYWORDS: civil-military dictatorship; Diocese of Nova Iguaçu; resistance to the dictatorship; Dom Adriano Hypólito.

A BAIXADA FLUMINENSE ANTES DO GOLPE DE 1964

A Diocese de Nova Iguaçu (DNI) foi criada em 1960 pela *Bula Quandoquidem Verbis* do Papa João XXIII. E foi desmembrada dos territórios das dioceses de Barra do Piraí-Volta Redonda e Petrópolis. Em 1969 sua jurisdição compreendia os municípios de Nova Iguaçu, Mangaratiba, Itaguaí, Paracambi, Nilópolis, São João de Meriti, e Distrito de Conrado, em Miguel Pereira (Diocese..., 1969). Atualmente, a Diocese de Nova Iguaçu é constituída dos municípios de Belford Roxo, Japeri, Mesquita, Queimados, Nova Iguaçu, Mangaratiba, Itaguaí, Paracambi, Nilópolis, São

João de Meriti, e Distrito de Conrado.

A configuração da Diocese de Nova Iguaçu durante o período que este trabalho irá abordar, entre os anos 1960 e 1980, se aproxima bastante de como está constituída a Baixada Fluminense nos dias atuais, composta por Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica (Silva 2015, p.1). Portanto, é possível considerar que tratar da Diocese de Nova Iguaçu nos anos ditatoriais possui uma proximidade espacial com a definição atual da Baixada. Feita essa aproximação, apesar da distância cronológica, é importante introduzir brevemente as características da região, a fim de que contribua para uma melhor compreensão das suas condições socioespaciais.

A Baixada Fluminense é a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro e ficou caracterizada na imprensa pelas consequências da desigualdade social brasileira. Os problemas sociais, habitacionais, educacionais e de segurança pública somados às péssimas condições de serviços públicos são problemas comuns à região nos dias atuais, mas que já existiam em meados do século XX.

Durante a década de 1950, a cidade de Nova Iguaçu sofreu algumas mudanças econômicas e sociais importantes para compreendermos essa associação à violência e a outros problemas urbanos. A cidade adquiriu destaque nas décadas anteriores devido a sua grande participação no cultivo e exportação da laranja. No entanto, a citricultura iguaçuana entrou em declínio, em virtude da crise que assolou os países consumidores da Europa após a Segunda Guerra Mundial e devido a uma praga, conhecida como “mosca do mediterrâneo”, que atingiu as plantações. Assim, a saída encontrada pelos donos das terras foi o loteamento, de forma que se apresentava como uma solução financeiramente viável.

O loteamento de terras e a crescente industrialização da região sudeste, atraíram migrantes de outras regiões do país, sobretudo nordestinos. O estado do Rio de Janeiro não tinha uma estrutura adequada para suportar o contingente populacional que estava se formando. A cidade do Rio de Janeiro atraiu muitos desses migrantes, mas a região metropolitana se tornou o destino de grande parte deles, pois entre outros fatores, era mais acessível financeiramente. Logo, trabalhavam na capital, mas moravam na Baixada Fluminense, fazendo com que essas cidades periféricas funcionassem como “cidades dormitórios” (Silva, 2015).

De acordo com Percival Tavares da Silva (1993):

A expansão dos serviços urbanos tem ficado muito aquém do

inchamento da cidade. Em 1980, apenas 37,7% da população do município dispõe de água encanada e apenas 30,3% de esgotos; a água de esgotos, despejada em canais abertos e em rios, compromete seriamente a ecologia local e a da Baía da Guanabara, contribuindo para as péssimas condições sanitárias da Baixada Fluminense (Silva, 1993, p. 27).

Ao comentar sobre a cidade de Nova Iguaçu, o autor demonstra a deficiente estrutura dos serviços urbanos frente ao crescimento populacional na região da Baixada. A falta de saneamento básico não era o único problema encontrado na região, a “iluminação e asfaltamento da rua não acompanharam o crescimento da população” (Gomes, 2017, p. 32). Além disso, a Baixada foi caracterizada como um espaço violento, conforme a autora Ana Lúcia Enne demonstra, a ponto da região ficar conhecida como “nordeste sem seca” (Enne, 2004). Em seu texto, a pesquisadora busca mostrar como a Baixada Fluminense foi associada à “violência” e ao “desmando público” entre as décadas de 1960 e 1990. E como as manchetes dos jornais ignoravam as matérias que abordavam manifestações culturais e outras que ocorriam no local.

O primeiro caso de violência que a autora aponta no seu trabalho é decorrente das migrações dos anos 1950. Trabalhadores da indústria e camponeses recém-chegados de outras regiões, principalmente da região Nordeste do país, encontraram resistência dos moradores locais, sendo tratados como o “pessoal de fora”. Somado a isto, tiveram conflitos com “proprietários” e “grileiros” pela posse das terras que ocuparam e se autoproclamaram “posseiros” (Enne, 2004).

Os anos 1950 inauguram, diante desse contexto conturbado e de inúmeros problemas sociais, essa visão enquanto espaço de violência. Inclusive, é nessa década que surge uma prática memorialística de autores nativos que enaltecem o passado da região em detrimento do presente, marcado pela explosão demográfica com a chegada dos “de fora” (Enne, 2004).

A imagem de violência que foi associada à região durante os anos 1950 se consolidou durante a década seguinte. Apesar de haver menções à Festa da Laranja e a centros afro nos jornais que circulavam, a violência foi o que ganhou destaque. Esse contexto de conflitos de terra associados à presença do “coronelismo urbano” viu surgir um personagem emblemático, Tenório Cavalcante.

Tenório Cavalcante foi um personagem histórico marcante, com sua trajetória de vida política dinâmica desde o Estado Novo (1937-1945). Advindo de Alagoas para

Duque de Caxias, nesse período Distrito de Nova Iguaçu, em 1936 foi eleito vereador pela União Progressista Fluminense (UPF). Ele se envolveu em diferentes conflitos, como afirma Mário Grynszpan:

Durante o Estado Novo, Tenório envolveu-se em sérios conflitos com o coronel Agenor Barcelos Feio, secretário de Segurança do interventor fluminense Ernani do Amaral Peixoto. Foi deste período que Feio e Amaral se constituíram em seus mais notórios inimigos, sendo constantemente acusados de mandantes dos diversos atentados por ele sofridos. Com a queda do Estado Novo, Tenório elegeu-se, em 1947, para a Assembléia Constituinte do Estado do Rio de Janeiro na legenda da União Democrática Nacional (UDN). Ainda por este partido, conseguiu conquistar cadeiras na Câmara Federal nos pleitos de 1950, 1954 e 1958, chegando mesmo, nos dois últimos, a ser o deputado federal mais votado do Estado, com 42.060 e 46.029 sufrágios, respectivamente (Grynszpan, 1990).

Assim, é notável que a participação de Tenório Cavalcante no cenário político nacional e regional tem origem anterior à década de 1960. Sua participação política remonta aos anos do Estado Novo de Vargas, onde ele atuava como vereador pelo Distrito de Duque de Caxias, e adquiriu inimigos que ameaçaram sua vida algumas vezes.

A BAIXADA FLUMINENSE APÓS O GOLPE

A realidade de violência e desigualdade social ganharia contornos mais intensos após do golpe civil-militar brasileiro de 1964. O golpe ocorreu diante de um contexto mais amplo, que envolveu inúmeros países do globo, a Guerra Fria. O conflito deflagrou uma intensa campanha anticomunista nos diversos países ocidentais capitalistas, principalmente na América Latina, região amplamente cercada pela atenção dos Estados Unidos. Portanto, a perseguição aos comunistas no Brasil está inserida no conflito.

É importante frisar que o anticomunismo se consolidou no Brasil desde a década de 1930 (Motta, 2021, p. 22). Durante a primeira metade do século XX, o anticomunismo funcionou como pretexto para a implantação da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, já que havia temor por parte de conservadores, devido a uma intensa propaganda exagerada sobre o comunismo (Motta, 2021, p. 22). Imagem

deturpada essa que novamente seria utilizada para o golpe de 1964.

A partir do início da ditadura, houve significativos episódios de violências dos militares contra a sociedade brasileira. Os principais perseguidos pelas forças militares foram os comunistas, socialistas, nacionalistas e os trabalhistas. Rodrigo Patto Sá Motta (2021) explica que:

Nos primeiros dias após a derrubada de Goulart, forças policiais e militares prenderam milhares de pessoas país afora, pertencentes a diferentes estratos sociais. Não existem dados precisos sobre o número de presos, porque as autoridades locais agiram de maneira independente do poder federal, que de início não coordenou as operações repressivas. Estimativas mais bem informadas sugerem um número próximo de 30 mil pessoas detidas, mas há quem acredite terem sido mais. Os lugares de detenção foram delegacias, penitenciárias e quartéis. No entanto, devido ao enorme contingente de presos, outros locais foram transformados em prisão temporária, como o estádio de futebol Caio Martins, em Niterói (RJ), e alguns navios, notadamente no Rio de Janeiro e em Santos. A ditadura utilizou também ilhas como prisões políticas, sobretudo Fernando de Noronha (PE) e Ilha Grande (RJ) (Motta, 2021, p. 177).

Assim, é possível compreendermos um pouco da dimensão a que chegou a violência perpetrada pelos militares já nos primeiros momentos pós-golpe de 1964. Inúmeras pessoas de diferentes setores da sociedade foram presas, não só as lideranças políticas. E não foi muito diferente em regiões da periferia, como a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, conhecida como Baixada Fluminense.

A Baixada tinha uma tradição de lutas populares por melhores condições de vida, uma vez que sofria por diferentes efeitos da desigualdade social, como a falta de saneamento básico. Desde a década de 1940, moradores locais se organizavam em movimentos de bairro para pressionar as autoridades públicas. Essas lideranças foram perseguidas e seus movimentos diluídos, como demonstra abaixo Percival Tavares da Silva (1993).

O golpe militar, cassando e prendendo lideranças, acaba anulando esse Movimento e esfacelando a luta no campo. A repressão às lideranças impede a coordenação entre os bairros, reduz o movimento a iniciativas isoladas. As associações e comissões, que sobrevivem, buscam atingir suas reivindicações isoladamente, e têm pouca receptividade da parte do Governo. A repressão e o desmembramento das forças oposicionistas locais tornam impossível qualquer tentativa de organização popular fora da Igreja (Silva, 1993, p. 28-29) .

Portanto, os movimentos de moradores existentes no momento do golpe foram reprimidos violentamente pelos militares, com o objetivo enfraquecer qualquer tipo de resistência que poderia ter o novo governo. O sociólogo José Cláudio Souza Alves, em entrevista a Giulia Escuri, afirma ainda que:

Na Baixada havia um interesse muito grande da ditadura em controlar as ruas, pelo risco de que houvesse movimentações de grupos clandestinos de esquerda dentro do território. Por exemplo, Nova Iguaçu era a oitava cidade mais populosa do Brasil. Por outro lado, tomando os demais municípios, Duque de Caxias era muito populoso. Além disso, era uma das áreas urbanas mais importantes do país, por causa da refinaria de petróleo e gás. Dessa forma, a ditadura queria ter um controle muito intenso e muito detalhado dessa realidade da Baixada. Inicialmente lançaram mão do Decreto-Lei número 200, que foi editado pelo presidente Castelo Branco, que permitia que as Câmaras de Vereadores exonerassem os prefeitos, a partir da acusação de corrupção, de fraudes, coisas desse tipo. Isso ocorreu muito na Baixada, em Nova Iguaçu, em São João do Meriti, Nilópolis e Duque de Caxias, que foi considerada área de segurança nacional. Os militares que passaram a indicar os prefeitos de Duque de Caxias, por exemplo (Escuri, 2019).

Logo, é possível perceber uma presença significativa da esquerda na região metropolitana do Rio de Janeiro que, aos olhos dos ditadores, representava uma ameaça a seus interesses. Além disso, eles almejavam controlar a refinaria de petróleo e gás da região, chegando a interferir na política local, permitindo que prefeitos fossem cassados sem grandes dificuldades.

A cidade de Nova Iguaçu teve quinze prefeitos entre os anos de 1964 e 1975, portanto, em apenas onze anos. As alterações se concentram nos anos iniciais da ditadura, sendo que nove deles se revezaram desde o ano do golpe, 1964, até o ano de 1969 (Batista, 2016, p. 133-134). Percival Tavares explica ainda que os anos seguintes apresentam outros problemas na situação da Baixada:

A cidade continua a inchar em ritmo acelerado, gerando novas tensões sociais. Os salários reais da maioria dos trabalhadores sofrem um declínio até aproximadamente 1976, e os serviços municipais não acompanham o crescimento populacional. Politicamente, a situação também está difícil. Além do aparato repressivo e da tentativa de enquadrar Nova Iguaçu como área de segurança nacional, o Esquadrão da Morte já é bastante ativo na Baixada (Silva 1993, p. 29).

Então, a cidade de Nova Iguaçu pode ser vista como um referencial dos problemas a que a região estava submetida nesse período. Não só os problemas advindos dos movimentos migratórios, como o aumento da repressão militar, os esforços dos militares em tornar a cidade área de segurança nacional e a violência exercida pelos grupos de extermínio conhecidos como Esquadrão da Morte¹.

A DIOCESE DE NOVA IGUAÇU: RESISTÊNCIA AO AUTORITARISMO

Em 1960 foi criada a Diocese de Nova Iguaçu, que teve como seus dois primeiros bispos Dom Walmor Battú Wichrowski e Dom Honorato Piazero. Em 1966, Dom Adriano Hypólito² foi nomeado bispo da Diocese de Nova Iguaçu pelo Papa Paulo VI, recebendo congratulações e pêsames ao mesmo tempo, como ele próprio afirmava, pois a reputação de “nordeste sem seca” que a região adquiriu ao longo dos anos que antecederam sua nomeação era do conhecimento de muitos.

Dom Adriano havia participado do Concílio Vaticano II (1962-1965) como bispo auxiliar de Salvador (BA). Assim, contribuiu e absorveu muito das propostas discutidas nesse evento religioso de grande expressão. O Concílio foi convocado pelo então papa João XXIII em 1959. Duas características são centrais para pensar esse evento: o *aggiornamento* e o diálogo (Beozzo; Lorscheider, 1992, p. 15).

Aggiornamento significa rejuvenescimento, atualização, renovação da Igreja, de acordo com Lorscheider. Essa característica não significa uma submissão da Igreja aos valores do mundo, mas a necessidade da instituição em se atentar às demandas que se apresentam a sociedade na realidade em questão. O termo representa a atenção em “escutar, ir ao encontro, abrir-se às justas exigências do mundo” (Beozzo; Lorscheider, 1992, p. 16).

A segunda característica, o diálogo, representa a necessidade da Igreja em seguir o exemplo que seu Deus teria feito, dar o primeiro passo em direção ao humano. Portanto, o autor demonstra que os cristãos devem “tomar a iniciativa em nosso diálogo com os homens e não esperar que eles venham e nos chame para o

¹ Esses grupos eram constituídos por policiais civis e militares, bombeiros e agentes públicos da área de segurança. Eram financiados por empresários e comerciantes que buscavam segurança para seus negócios. Os próprios militares davam apoio para o funcionamento desses grupos. O principal objetivo desses grupos era eliminar “bandidos”. Ver mais em Escuri (2019).

² Nascido em Sergipe, em 1918, sua educação básica foi feita como franciscano na Província de Santo Antônio, em Recife. Foi ordenado em 1942 e se tornou bispo em 1962, nomeado por João XXIII. Participou do Concílio Vaticano II como Bispo Auxiliar de Salvador e se tornou bispo da Diocese de Nova Iguaçu em 1966.

diálogo. Devemos testemunhar o Cristo no mundo, entrando em diálogo com toda a humanidade” (Beozzo; Lorscheider, 1992, p. 23). O diálogo deveria ser com as diferentes religiões, com os ateus e com outras vertentes do cristianismo, como podemos observar abaixo.

O Vaticano II procurou dar passos para superar a secular ruptura entre o Oriente e o Ocidente cristãos, consumada em 1.054, convidando as Igrejas Ortodoxas e as antigas Igrejas Orientais a participarem do Concílio, enviando observadores. [...] Buscou igualmente superar a divisão oriunda da reforma protestante de 1517, criando o Secretariado para a União dos Cristãos e convidando também observadores das igrejas protestantes. Assinalou, desse modo, a tardia entrada oficial da Igreja Católica na grande corrente do movimento ecumênico contemporâneo (Beozzo, 2001, p. 23-24).

Nesse sentido, é possível compreender que o Concílio pretendia aprimorar a comunicação da Igreja Católica não só com outras religiões e ateus, mas com outros cristãos, isto é, com a sociedade em geral. É possível acrescentar a perspectiva do teólogo Francisco Orofino³, que cita como características desse evento a *descolonização*, a *desclericalização* e a *descentralização*.

O Vaticano II significa o fim, ou ao menos, isso vai levar cinquenta anos, decreta o fim do catolicismo de matriz europeia. Ou seja, antes os europeus faziam todo um movimento missionário, que pra você ser católico tem que ser europeu, inclusive no nome. Então, isso foi o fim da colonização. A Igreja, a partir do Concílio Vaticano II, ela se desgruda do projeto colonizador europeu (Sampaio, 2022, p. 37).

No excerto acima, se encontra o aspecto da descolonização que representa o Concílio Vaticano II na visão de Francisco Orofino. O evento representaria um divisor de águas para a Igreja, agora se distanciando do projeto colonizador europeu. Adiante, o teólogo disserta sobre os outros dois aspectos do Concílio:

A segunda coisa é que o Vaticano II, ele tem o eixo chamado de desclericalização. O que significa isso? Significa que o Vaticano II começa a investir no protagonismo do laicato. E o terceiro grande eixo do Vaticano II é o da descentralização. O que é a descentralização?

³ É doutor em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Trabalha com a Leitura Popular da Bíblia em comunidades na Baixada Fluminense. É assessor nacional do Centro de Estudos Bíblicos (Cebi) tendo várias publicações voltadas para a formação de lideranças leigas nas Comunidades Eclesiais de Base.

A descentralização é pedir que a Igreja Católica tenha o rosto do país em que ela está. Se antes tinha que ter um rosto europeu, a partir do Vaticano II se pede que ela tenha o rosto do país em que ela está. A Igreja Católica no Brasil tem que ter o rosto brasileiro, a Igreja Católica no México tem que ter o rosto mexicano, a Igreja Católica na Argentina tem que ter um rosto argentino. E quem deu partida a esse processo foi justamente a América Latina (Sampaio, 2022, p. 37).

Assim, a desclericalização se encontra na maior participação que é atribuída aos leigos diante das atividades católicas. Por sua vez, a descentralização se dá quando a Igreja se preocupa mais em parecer com a identidade local, da região e realidade em que está inserida, do que parecer com a identidade europeia. No entanto, não se pode assumir que há uma independência da Igreja local em relação ao Vaticano, apenas evidencia uma notável autonomia da Igreja em sua jurisdição.

É importante entender essas cinco características porque podemos encontrar cada uma delas na atuação da Diocese de Nova Iguaçu a partir da chegada do terceiro bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hypólito. O exemplo de *aggiornamento* pode ser encontrado nas práticas diocesanas em relação a outra característica, a desclericalização.

O bispo franciscano não concentrava em si todas as decisões realizadas na Diocese. Um exemplo da desclericalização pode ser visto no surgimento de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), um grupo constituído por 15 a 25 pessoas em média, que se reunia semanalmente para discutir a Bíblia e sua relação com as questões contemporâneas, de acordo com Scott Mainwaring (1989, p. 127). Maria dos Anjos participou da fundação da CEB de Moquetá, na cidade de Nova Iguaçu, onde atuavam “através da realidade, da demanda, da necessidade real das pessoas” (Mainwaring, 1989, p. 127).

Por mais que as CEBs estivessem muito atreladas à instituição católica brasileira, os leigos se destacavam em suas atividades, sendo um importante exemplo da desclericalização mencionada. Os leigos também atuaram assiduamente nos Clubes de Mães e na Pastoral Operária (PO) considerada a prioridade da Diocese no período. A Pastoral Operária teve início após o pedido de fiéis e funcionava a partir de encontros entre operários, donas de casas, entre outros, na busca por reunir as lutas de diversos grupos necessitados da população local, rompendo com o individualismo da sociedade capitalista⁴.

⁴ Por este trabalho priorizar discutir o folheto litúrgico, não abordaremos com mais detalhes outras atividades de resistência da Diocese de Nova Iguaçu. Para saber mais, ver: Sampaio (2022, p. 50).

A criação do Centro de Formação de Líderes (Cenfor)⁵, espaço este destinado a formar lideranças para o trabalho pastoral diocesano, está ligada a lutas contra os arbútrios da ditadura e contra os problemas sociais existentes na Baixada.

Aliás, o Cenfor é um exemplo claro do *aggiornamento* e do diálogo também, como podemos compreender a seguir.

Como esforço eclesial o Centro quer contribuir para o ‘aggiornamento’, o diálogo da Igreja com o mundo secularizado, decisão religiosa, autonomia e madureza dos leigos, engajamento dos cristãos de boa vontade, reestruturação de organismos/serviços eclesiais, presença da Igreja nas realidades temporais, influência construtiva e respeitosa sobre a opinião pública. Sempre no espírito do Evangelho (Diocese..., 1973, p. 1).

A importância do Centro de Formação de Líderes é ímpar, como foi descrito anteriormente e será comentado posteriormente. Era, provavelmente, “único em seu gênero na Baixada Fluminense” (Diocese..., 1973, p. 1) nesse período, representando um fato novo, uma renovação e ainda funcionando como um diálogo com o mundo.

A descolonização pode ser relacionada aos impactos que a Diocese de Nova Iguaçu recebeu da II Confederação Geral do Episcopado Latino-Americano (Celam), de Medellín, em 1968. Esse evento religioso é de suma importância para se pensar a atuação da pastoral diocesana de Nova Iguaçu. Isso porque nesse encontro foi discutido entre os variados bispos latino-americanos como aplicar as decisões do Concílio Vaticano II para a realidade latino-americana, uma realidade com profundos problemas de desigualdade social.

[...] o subdesenvolvimento latino-americano, com características próprias nos diversos países, é uma injusta situação promotora de tensões que conspiram contra a paz.

Ao falar de uma situação de injustiça fazemos referência àquelas realidades que exprimem uma situação de pecado; isto não significa de conhecer que, por vezes, a miséria em nossos países pode ter causas naturais difíceis de superar (Documento..., 2017, p. 9).

⁵ É um espaço de formação da Diocese, responsável pelas realizações de diversas reuniões pastorais e formações de líderes desde o bispado de Dom Adriano. Inaugurado entre os dias 21 e 22 de julho de 1973, hoje é chamado de Centro de Formação, apenas. É a atual localização da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu e do Arquivo Diocesano.

Ao discutir o subdesenvolvimento, esse trecho do documento referente às conclusões do Celam de Medellín trata dos problemas específicos do continente latino-americano. Por sua vez, a Diocese de Nova Iguaçu, sob o desafio de aplicar as decisões do Vaticano II e de Medellín, elaborou diferentes frentes para o combate às desigualdades que assolavam a região⁶. O próprio Movimento das Associações de Moradores de Nova Iguaçu (MAB) é um exemplo de atividade da pastoral diocesana de Nova Iguaçu, que não possuía de todo um ineditismo. Isso se lembrarmos o histórico de mobilização popular que já havia na região antes mesmo da criação da Diocese, como foi mencionado anteriormente. Assim, é exemplificada a descentralização que caracteriza o Concílio Vaticano II, com a Igreja assumindo o “rosto” de uma identidade de luta por direitos que fazia parte da Baixada Fluminense.

O FOLHETO LITÚRGICO E A CONSCIENTIZAÇÃO

Anteriormente, o Centro de Formação de líderes foi mencionado como um exemplo da característica do diálogo quando tratamos do Concílio Vaticano II. Entretanto, o melhor exemplo da prática desse aspecto pela Diocese foi o folheto litúrgico chamado de *A Folha*. Ele foi um dos três órgãos de comunicação criado sob o bispado de Dom Adriano Hypólito para dialogar com os membros do corpo eclesial e com os demais fiéis da região.

O primeiro órgão de comunicação criado foi o *Boletim Diocesano* (1969-1992), normalmente, publicado mensalmente, mas algumas edições foram feitas a cada dois ou três meses. As publicações continham avisos internos do cotidiano da Diocese, óbitos, aniversariantes do mês, eventos e circulares do bispo diocesano.

O *Informativo* (1977-1984) foi o terceiro órgão de comunicação da Diocese a ser criado e possuía características diferentes dos outros dois. Poderia ter mais de dez páginas com conteúdo, como: editoriais, notícias, cartas de leitores, matérias publicadas em jornais, trechos de entrevistas, artigos com temas como educação, Pastoral Operária, ações sociais, entre outros⁷. Outra característica do Informativo é referente ao uso de charges para discutir assuntos relevantes para o órgão, como a questão política na ditadura civil-militar.

O órgão de comunicação a ser explorado neste trabalho é o folheto litúrgico

⁶ Podemos citar como exemplos os Clubes de Mães, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Pastoral Operária, a Pastoral da Terra e o MAB. Ver mais em: Sampaio (2022. p. 48).

⁷ Coleção do Informativo. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4365>. Acesso em: 5 jun. 2025.

A Folha (1972-1993)⁸. Publicado semanalmente, sua estrutura mudou um pouco ao longo dos anos, mas em geral, possuía quatro páginas, com as páginas internas destinadas a orações, cânticos e leituras que compunham a liturgia da missa naquele dia em específico. A página inicial e a última eram destinadas a serem preenchidas com um artigo escrito pelo bispo Dom Adriano e com uma entrevista feita pelo editorial a ele mesmo. Nessas entrevistas, ele respondia a assuntos diversos de teor político, econômico, social e religioso, a nível regional, nacional ou internacional.

A Folha foi criada para a função de dialogar com os fiéis, discutindo questões variadas sobre a realidade daquelas pessoas que viviam na Baixada Fluminense. O diálogo faz parte de um processo de conscientização que englobava as outras atividades da Diocese já mencionadas anteriormente. Portanto, nada mais justo que iniciarmos a discussão sobre o folheto a partir do que significa esse processo de conscientização.

Primeiramente, é necessário destacar que não se pode entender esse processo como uma ação da Diocese de Nova Iguaçu para conscientizar a população, como se ela não tivesse capacidade de refletir e agir sobre a realidade na qual está inserida. Como já foi dito anteriormente, a região possuía um histórico de lutas por melhores condições de vida antes mesmo do surgimento da Diocese e da chegada do bispo. Vejamos abaixo um exemplo que contribui para essa compreensão.

Ele falou que a gente tava vivendo um momento de muita dificuldade, que o povo tava sofrendo muito e ainda ia sofrer muito mais, porque estava vivendo um regime ditatorial e que não prestava para o povo e isso ia trazer sérias consequências. Terminou a falação dele, ele disse assim: gente, eu posso contar com vocês? Eu pensava comigo 'contar com vocês pra que?' Aí eu comecei a perceber que ele sofria alguma coisa aqui. Aí eu comecei a pensar que deve ser por causa do editorial da Folha. Embora ele escrevia seus textos e agia na Diocese, mas ele deixava que o povo aprendesse por conta própria. Ele nunca falava (Sampaio, 2022, p. 67)⁹.

José Abranches foi uma das pessoas que estiveram próximas ao bispo diocesano nas décadas de arbítrio ditatorial. Nesse fragmento observamos que a Diocese comentava com os fiéis sobre o período conturbado que estavam vivenciando, e algumas vezes, sem entrar em detalhes. É possível identificar também que o entrevistado entende que os problemas que rondavam o bispo e a Diocese como

⁸ Ao analisar o folheto, este trabalho não fará uma distinção clara dos limites entre o que é político ou religioso. Por entender que os agentes históricos do período não faziam uma diferenciação clara. Por isso, aqui, o mais importante é tratar o tema do ponto de vista desses agentes históricos.

⁹ José Abranches migrou de Minas Gerais para o Rio de Janeiro em 1970, atuando em atividades da Diocese de Nova Iguaçu e como militante de esquerda. Ver mais em: Sampaio (2022, p. 67).

consequência dos escritos de contestação do religioso no folheto litúrgico. Além de destacar que o bispo não interferia na autonomia do aprendizado, da reflexão sobre a realidade que os fiéis faziam.

Percival Tavares da Silva é outro nome que concorda sobre o processo de conscientização na Diocese. Ele o entende ocorrendo da seguinte maneira:

Conscientização tem a palavra consciência e ação. É um termo próprio cunhado por nós e pelo Paulo Freire e que não existe esse termo em outra língua, pelo menos não tenho conhecimento. Parece que é próprio daqui da nossa realidade. Eu traduziria como práxis. Ação e reflexão se... eu diria que uma dá força para outra. A sua ação, refletida, pensada é potencializada por uma reflexão sobre a própria ação. Esse é o processo. E quando você, por mais simples que seja, descobre o fio da meada, não tem nem como reverter a situação. Quando você descobre que é senhor da própria história e que tem que lutar pela própria história e que nada vai vir pronto, quando você descobre que o mundo não era assim ele foi feito assim pelo próprio homem e não por Deus – Deus deixou o homem para construir o mundo – quando você descobre, diz ‘opa’... é complicado (Sampaio, 2022, p. 69)¹⁰.

De acordo com as palavras de Silva, o processo envolvia uma relação indissociável entre reflexão e ação. A reflexão potencializa a ação daqueles que descobriam a importância de lutar pela transformação da própria realidade. É um entendimento de que tudo que conhecem nem sempre foi assim, portanto, pode ser alterado.

De fato, a conscientização foi uma preocupação na pastoral diocesana de Nova Iguaçu nesses anos sob a administração de Dom Adriano. O mês de setembro de 1979 teve a conscientização como tema a ser debatido no fim de cada edição do folheto litúrgico. Em uma das edições, o bispo faz uma clara distinção entre a pastoral desempenhada pela Diocese de Nova Iguaçu e outras ao afirmar a existência de pastorais que “justificam plenamente a frase tremenda de Marx: ‘A religião é o ópio do Povo’”. Há tipos de pastorais que são alienantes. Que fazem o jogo do poder” (Diocese..., 1979b, p. 4). Essa forte afirmação de Dom Adriano demonstra sua preocupação em expor a necessidade de lidar com os problemas políticos, econômicos e sociais que se apresentam. A pastoral que não se ocupa de fazer esse enfrentamento, estaria servindo como alienação na visão do religioso.

¹⁰ Percival Tavares da Silva é formado em Filosofia e Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Migrou de São Paulo para o Rio de Janeiro em 1984 e passou a atuar com o padre Agostinho Pretto na Pastoral Operária, na Diocese de Nova Iguaçu. Enquanto pesquisador, se debruçou no passado da Diocese desde sua dissertação de mestrado sobre o MAB. Ver mais em: Sampaio (2022, p. 69).

O trecho a seguir, da edição de 2 de setembro de 1979, expõe mais do entendimento do terceiro bispo diocesano acerca da conscientização. Dom Adriano é perguntado a respeito do motivo de lamentar e enxergar um vazio nas datas festivas relacionadas ao patriotismo.

A causa mais grave talvez seja a ausência do Povo, como elemento constitutivo da nacionalidade e como propulsor da nossa história. Veja a nossa historiografia. Temos a impressão de que tudo foi feito por alguns grandes homens, por alguns heróis, por alguns chefes militares, enfim, pelas elites do poder. Sem Povo. Tenho pra mim que um autêntico patriotismo só será comunicado à juventude, quando tanto a história como o processo social de nosso tempo aceitarem o Povo como elemento essencial e atuante na vida nacional. O sujeito da história que estamos escrevendo na vida de cada dia não são as elites em primeiro lugar, mas o Povo. E somente quando as elites se integrarem no Povo e do Povo tirarem sua substância política, social e cultural é que o Patriotismo se tornará um elemento formador das novas gerações (Diocese..., 1979a, p. 4).

As palavras do bispo possuem uma crítica profunda no que diz respeito ao patriotismo defendido no período ditatorial. Ele chama a atenção para o vazio formado nestas festividades pela ausência da participação popular. Não é uma participação no que se refere a estar no evento simplesmente, é uma participação ativa enquanto sujeito da sua história. E isso vai ao encontro do que já foi dito por Percival Tavares anteriormente.

Além disso, Dom Adriano destaca a importância dos mais pobres ao mencionar “Povo” na citação anterior. A opção preferencial pelos pobres é uma característica essencial na atuação da Pastoral diocesana e no pensamento do bispo. Na edição de 7 de março de 1976, ele discute o posicionamento histórico da Igreja ao lado das elites em detrimento dos mais pobres.

Nós agora estamos vendo isto mais claro, porque a Igreja está se voltando para os mais pobres e dando direito igual. Os ricos ficam furiosos como se isto fosse rebeldia ou como se vissem invadida uma propriedade que tinham como sua particular. Mas com o Evangelho na mão os pobres descobriram seu título e seu direito (Diocese..., 1976, p. 1).

Dessa forma, a opção preferencial pelos mais pobres ganha contornos maiores nesse período. A Diocese de Nova Iguaçu é uma das instituições católicas que se

posiciona a favor dos mais pobres, contra as violências que os afligem. É interessante notar que, nesse fragmento, o bispo menciona o descontentamento dos mais ricos com essa mudança de posicionamento da Igreja, ou ao menos determinados setores dela.

O posicionamento da DNI foi ainda mais necessário no contexto de crise que se configurou durante a década de 1970. Isso porque em 1973 houve a Crise do Petróleo, que impactou a economia mundial, inclusive o Brasil. A ditadura realizou medidas econômicas que ampliaram a desigualdade entre ricos e pobres. Por exemplo, visando conter a inflação, a ditadura brasileira obedeceu a instituições internacionais reduzindo o dinheiro em circulação, comprimindo salários e crédito a empresas, o que provocou uma recessão industrial, quebra de empresas e desemprego. Portanto, o posicionamento a favor dos mais pobres e a denúncia dos problemas da desigualdade social pelo folheto litúrgico respondem a esse cenário de crise, comentado por Motta (2021, p. 225).

DOM ADRIANO HYPÓLITO E A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Não é difícil identificar uma relação do bispo diocesano com a Teologia da Libertação. Aqui, trataremos essa relação a partir da noção de que o trabalho pastoral da Diocese de Nova Iguaçu foi uma das experiências que influenciou no surgimento desta teologia, como abaixo argumenta o teólogo Francisco Orofino¹¹.

Essa geração não foi influenciada pela Teologia da Libertação. Essa geração de bispos permitiu o surgimento da Teologia da Libertação, porque a guinada pastoral precede a reflexão teológica. Então, se Medellín é de 1968, a teologia da libertação começa a surgir a partir de 1975/76. O livro Jesus Cristo Libertador de Leonardo Boff é de 1973/74, mas no livro você percebe que o Leonardo Boff ainda traz a Teologia europeia. O Jesus Cristo Libertador é um livro de guinada, metade dele é teologia europeia, a outra metade é que começa a teologia latino-americana (Sampaio, 2022, p. 81).

Portanto, para ele, a geração existente durante o Celam de Medellín não teria sido influenciada pela Teologia da Libertação, de modo que Orofino defende que a atuação dessa geração é que foi responsável pelo surgimento desta teologia.

¹¹ Formado em Teologia e Filosofia, é doutor em Teologia Bíblica, sendo especialista em Educação Popular e Bíblia, com que trabalha até hoje no Centro de Estudos Bíblicos (Cebic).

Ademais, segundo o teólogo, a obra de Leonardo Boff ainda carregava uma teologia europeia. E, devemos lembrar, a Teologia da Libertação é uma expressão teológica latino-americana.

A Teologia é uma reflexão feita a partir da prática, é posterior a experiência construída nas atuações das dioceses pela América Latina, incluindo a Diocese de Nova Iguaçu de Dom Adriano Hypólito. Mesmo a obra de Gustavo Gutiérrez, trabalho publicado em 1969, ainda não permite determinar o surgimento da Teologia da Libertação na visão de Orofino.

Ela começa, a reflexão, digamos assim, a expressão Teologia da Libertação de Gustavo Gutierrez é final dos anos 60 tudo bem. Mas quando surge o pensamento sistemático, através da articulação, através de teólogos latino-americanos, isso daí é anos 70. Então o Leonardo Boff sozinho não faria nada, o Gustavo Gutierrez sozinho também não faria nada (Sampaio, 2022, p. 81).

Francisco Orofino demonstra que o surgimento da Teologia da Libertação não se faz apenas com uma obra publicada, sendo resultado da articulação entre outros teólogos do continente latino-americano. E essa articulação só foi construída ao longo dos anos 1970 e 1980, inspirada na prática da geração de bispos do período. A interpretação do teólogo é perceptível diante da forma que a pastoral diocesana iguaçuana estava tomando desde o fim dos anos 1960. Dom Adriano chegou à Diocese em 1966, logo após o Concílio Vaticano II e, antes do Celam de Medellín, criou o *Boletim Diocesano* em 1969, no início dos anos 1970 criou *A Folha* e apoiou, através da Diocese, o MAB. Então, a opção preferencial pelos mais pobres e o processo de conscientização já tiveram início antes do surgimento da Teologia da Libertação passar por essa sistematização, como afirma Orofino.

Percival Tavares da Silva concorda como Orofino sobre a importância da pastoral diocesana de Nova Iguaçu no surgimento da Teologia da Libertação, como podemos observar abaixo.

Assino embaixo! O que eu vou dizer? O que vem primeiro, o ovo ou a galinha? Veja, a teoria é fruto da realidade. Teoria na nuvem não existe. Aquilo é idealista, divagação. Onde é que Gutierrez vai se basear para a construção da sua teologia, da teologia da libertação, primeira expressão? Na prática! Nos documentos acumulados, na experiência bíblica, na realidade latino-americana. Não tem como. O cara vai tirar de onde? Ele vai vendo das expressões que vão acontecendo a partir do vaticano II, não só...Antes do Vaticano II, na expressão da realidade.

Tanto assim que o João XXIII, que foi escolhido como Papa (Sampaio, 2022, p. 81).

Nesse sentido, Percival reforça a existência de experiências pastorais anteriores ao trabalho de Gustavo Gutierrez e que tenham influenciado na construção de sua teologia. Para ele, a experiência anterior ao Vaticano II, o próprio Concílio e a realidade latino-americana estão inseridos num contexto mais amplo de contribuições para os escritos de Gutierrez e para o surgimento da Teologia da Libertação.

Importante destacar que Dom Adriano não foi o único bispo que teve uma atuação importante a favor dos mais pobres nesse período. Outros nomes se destacaram na luta contra a desigualdade social e a violência que imperava na região. Podemos citar Dom Waldyr Calheiros, bispo da Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda (1966), Dom Vital João Geraldo Wilderink, da Diocese de Itaguaí (1978), Dom Mauro Morelli, da Diocese de Duque de Caxias (1981) e Dom Elias, bispo de Valença (1990).

Os bispos chegaram a suas dioceses em períodos diferentes, mas teriam feito parte do grupo conhecido de maneira informal como “Leste Zero”, com a participação de Dom Adriano Hypólito, enquanto bispo da Diocese de Nova Iguaçu. O nome “era uma ironia, já que estes bispos eram marginalizados nas reuniões oficiais do oficial Leste 1” (Sampaio, 2022, p. 72), como afirma Orofino. O teólogo comenta melhor abaixo.

Acontece que o Vaticano, por isso ele tem dois mil anos, ele busca equilibrar. Como Dom Eugênio era muito numa linha, o Vaticano cercou a província dele com bispos numa outra linha. Então, Itaguaí com Dom Vital, Duque de Caxias com Dom Mauro Morelli -até hoje ninguém entende porque o Vaticano pegou o bispo mais progressista, Dom Paulo Evaristo Arns, e colocou nas barbas de Dom Eugênio. E Dom Eugênio teve que engolir – depois vem o Dom Waldyr, Dom Adriano. Aí depois surge de Valença, Dom Elias.

Ora, esses bispos perceberam que não tinha diálogo nenhum com esse arcebispo, que deveria ser o coordenador da província. Eles, então, se uniram e criaram o famoso Leste Zero, que eram as práticas pastorais dentro do Vaticano II, Medellín e Puebla, que articulava as dioceses de Itaguaí, Volta Redonda, Valença, Nova Iguaçu e Duque de Caxias (Sampaio, 2022, p. 72-73).

Assim, Francisco Orofino descreve com detalhes como estava organizada a administração religiosa do estado do Rio de Janeiro. O arcebispo, Dom Eugênio

Sales, possuía um posicionamento conservador, enquanto os bispos das Dioceses eram adeptos da linha pastoral desenvolvida dentro do Vaticano II e nos Celams de Medellín e Puebla. Essa diferença fez com que os bispos dessas dioceses se articulassem para discutir as demandas dos locais a que estavam responsáveis, já que eles estavam marginalizados das reuniões.

Sobre o grande projeto do Leste Zero, Orofino comenta:

E o grande projeto deste Leste Zero eram projetos formativos. O Seminário Paulo VI, embora fosse Nova Iguaçu, ele era o seminário do Leste Zero. Ele criava o clero dentro de uma linha dentro da teologia da libertação. Ele criava o clero das dioceses de Itaguaí, Volta Redonda, Nova Iguaçu, Valença e Duque de Caxias. Por isso uma das grandes metas de quando Dom Adriano saiu, a primeira coisa foi ‘acabar’ com o Paulo VI. Era um projeto que tava deixando... não só Dom Eugênio, como o Vaticano... tanto que teve uma intervenção no seminário Paulo VI (Sampaio, 2022, p. 78).

É possível compreender que o Leste Zero se dedicou a construir uma estrutura de formação para o clero da região. Cada diocese possuía uma característica dentro dessa articulação. A Diocese de Nova Iguaçu possuía uma “melhor infraestrutura” em relação as demais dioceses que compunham o grupo, de acordo com Francisco Orofino. O Cenfor foi de grande importância para essa formação, local onde ocorreram inúmeras reuniões entre essas dioceses (Sampaio, 2022, p. 76).

É central, portanto, a importância da Diocese de Nova Iguaçu para a atuação dessas dioceses. E essa posição da Diocese foi possível devido a presença de Dom Adriano na sua jurisdição. O bispo possuía relações com instituições alemães, que apoiavam financeiramente as atividades pastorais. A centralidade da Diocese e atuação do bispo chamaram a atenção dos militares e demais opositores para além dos obstáculos causados por Dom Eugênio Sales, como veremos a seguir.

OPOSIÇÃO E REPRESSÃO DITATORIAL

A expressão “diocese da clandestinidade” faz referência à visão do governo ditatorial sobre a Diocese de Nova Iguaçu, que ameaçava direta e indiretamente a realidade desigual e violenta agravada na região metropolitana por ele. O bispo diocesano tecia críticas precisas à ditadura, que inaugurou um período de violência ímpar na história do Brasil e intensificou aspectos de violência já existentes. Os

órgãos de comunicação da Diocese, como *A Folha*, foram instrumentos utilizados para denunciar essas violências, como é possível observar abaixo.

O Estado moderno, apesar de todo o liberalismo, apesar de toda a democracia, tem assumido elementos dos regimes totalitários de esquerda ou direita, tem procurado fortificar sobretudo o poder executivo. Daí muitas vezes a incompreensão para a missão profética da Igreja. Da tentativa de enquadrar a Igreja no regime ou no sistema político. Daí as acusações de subversão lançadas contra os cristãos, clérigos ou leigos (Diocese..., 1974, p. 4).

O trecho é importante para exemplificar a crítica de Dom Adriano à fortificação do poder político. Ele não menciona claramente a ditadura, porém o contexto é ditatorial e a crítica menciona o poder executivo, assemelhando-o aos regimes totalitários. Além disso, ele explica que, na incompreensão da missão da Igreja, o Estado enquadra a Igreja e aos fiéis como subversivos erroneamente.

Dom Adriano exerce a crítica acima a regimes políticos totalitários da esquerda ou da direita, sem distinção. No entanto, o momento da crítica se dá no contexto ditatorial brasileiro, construído para beneficiar setores privilegiados da sociedade brasileira e hostil à esquerda. Ele prossegue com seu posicionamento dizendo:

Porque sou cristão e católico, eu devo respeitar ao máximo todas as leis do meu país e me comportar como cidadão brasileiro. No caso de uma lei injusta, eu me colocaria não contra o meu país mas contra a lei injusta, eu me colocaria não a favor do Estado do Vaticano mas a favor do evangelho (Diocese..., 1974, p. 4).

O excerto mostra como o bispo diocesano não hesitaria em questionar qualquer lei que considerasse injusta no país, mas que isso não o torna alguém que seja contra o Estado. Mais adiante, ele menciona as áreas em que a Igreja costuma ter atritos com o Estado: na educação, justiça social, sindicalização etc. (Diocese..., 1974).

Se por um lado a Diocese elaborou diversos trabalhos pastorais para conter e combater os problemas da região no período, a ditadura respondeu a esse posicionamento da Igreja com episódios autoritários, inclusive com violência física. Em 1976, o bispo foi sequestrado, espancado e pintado de vermelho. Em seguida, os sequestradores levaram seu fusca e o explodiram em frente da sede da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

O jornal *O Movimento* mencionou o nome do tenente-coronel José Ribamar

Zamith, do Exército, como envolvido no sequestro. Apesar disso, ninguém foi identificado ou condenado oficialmente pelo crime (Hypólito, 1981, p. 53). Dom Adriano relaciona seu sequestro a outros casos ocorridos no período de forma semelhante, além de associar o crime à “direita radical e da linha dura” (Hypólito, 1981, p. 67).

As ofensivas contra o terceiro bispo da diocese iguaçuana continuaram a ocorrer, como ligações telefônicas com a frase “o bispo não aprendeu a lição e por isso receberá um castigo ainda mais violento que o da primeira vez” (Diocese..., 2018, p. 9). Ou as paredes pichadas das igrejas de Santo Antônio da Prata, Catedral e Santa Rita, com injúrias contra o bispo. Ainda em 1979, a quatro dias do Natal, uma bomba foi colocada no altar, destruindo o sacrário da Catedral de Santo Antônio de Jacutinga, em Nova Iguaçu. Uma carta dos criminosos foi encontrada, onde acusavam Dom Adriano de “proteger comunistas” (Diocese..., 2018, p. 9).

No dia 23 de dezembro, todas as paróquias da Diocese permaneceram fechadas em protesto contra o atentado. O dia 30 do mesmo mês foi marcado por uma procissão em desagravo ao ocorrido, onde cerca de 10 mil pessoas caminharam pelas ruas. Autoridades civis e religiosas estavam presentes na procissão, inclusive representantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) (Diocese..., 1974).

Os militares estavam envolvidos em outros episódios de intervenção no trabalho pastoral da Diocese de Nova Iguaçu. A exemplo disso, no ano de 1977 houve a falsificação da edição de 29 de maio do órgão *A Folha*, que foi distribuída às igrejas da Baixada, do Rio de Janeiro e do Brasil¹². Houve também perseguição a Dom Adriano em eventos no interior e fora da Diocese, inclusive com uso de helicóptero, quando o bispo participou de um evento no Centro de Formação de Arrozal, para o clero de Volta Redonda em 1978. Além disso, em abril desse mesmo ano, ele recebeu ameaças de um novo sequestro e de castigo exemplar (Hypólito, 1981, p. 68).

CONSIDERAÇÕES

Diante do que foi exposto, é perceptível que a Diocese de Nova Iguaçu atuou de forma ímpar contra os arbítrios ditatoriais. O folheto litúrgico exemplifica bem essa

¹² A falsificação apresentava uma entrevista do bispo de Diamantina, Dom Proença Sigaud, acusando de comunistas os bispos Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduino, das Prelazias de São Félix do Araguaia e da Diocese de Goiás Velho, respectivamente.

postura de resistência, apesar de não ser o único órgão de comunicação, nem o único modo de resistência. Dom Adriano formou uma rede de articulação, promovendo um diálogo com outras dioceses e com leigos da região. As ações do bispo e da Diocese estavam em consonância com os temas debatidos tanto no Concílio Vaticano II, quanto no Celam de Medellín. A Diocese Iguaçuana assumiu o “rosto” dos moradores da Baixada que enfrentavam a desigualdade social e a violência ditatorial. A Diocese de Nova Iguaçu aglutinou diversos grupos da sociedade, surgindo aos olhos dos militares como a “diocese da clandestinidade”, como bem descreve Kenneth Serbin. As ameaças, violências e os outros sinais de hostilidade dos militares contra o bispo diocesano e a própria Diocese evidenciam isso.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Alofs. Onze prefeitos em onze anos: das vitórias do MDB à hegemonia arenista. In: SALES Jean; FORTES, Alexandre (org.). *A Baixada Fluminense e a ditadura militar: movimentos sociais, repressão e poder local*. Curitiba: Prismas, 2016. p. 129-167.

BEOZZO, José Oscar. *Padres conciliares brasileiros no Vaticano II: participação e prosopografia (1962-1965)*. Tese (Doutorado em História Social) – USP, São Paulo, 2001.

BEOZZO, José Oscar; LORSCHIEDER, Aloísio. *500 Anos de Evangelização da América Latina*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. *Boletim Diocesano*, Nova Iguaçu, n.1, p. 1, 1 jan. 1969.

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. O centro de Formação de Líderes. *Boletim Diocesano*, Nova Iguaçu, n. 55-56, p. 1, jul./ago. 1973.

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. Ministério da palavra: é possível ser bom católico e bom brasileiro? *A Folha*, Nova Iguaçu, p. 4, 22 set. 1974.

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. A limpeza de terreno. *A Folha*, Nova Iguaçu, p. 1, 7 mar. 1976.

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. Ministério da Palavra: patriotismo e amor da pátria. *A Folha*, Nova Iguaçu, p. 4, 2 set. 1979a.

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. Ministério da Palavra: a importância da conscientização para a Pastoral. *A Folha*. Nova Iguaçu, p. 4, 23 set. 1979b.

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. *Centenário Dom Adriano Hypólito*: profeta da Baixada. Nova Iguaçu: Diocese de Nova Iguaçu, 2018.

DOCUMENTO DE MEDELLIN. Presença da Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II. Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano de 1968. *Anec*, Brasília, 27 ago. 2017. Disponível em: <https://anec.org.br/biblioteca/documento-de-medellin/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

ENNE, Ana Lucia S. Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações. *Ciberlegenda*, Niterói, n. 14, p. 1-26, 2004.

ESCURI, Giulia. 'Nós vivemos sob o efeito das estruturas que a ditadura criou e que nunca foram modificadas'. Entrevista: José Cláudio Alves. *Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio*, Rio de Janeiro, abr. 2019. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/nos-vivemos-sob-o-efeito-das-estruturas-que-a-ditadura-criou-e-que-nunca-foram>. Acesso em: 20 jun. 2025.

GOMES, Alexander. *Religião-Política*: construção da memória de Dom Adriano Hypólito. Curitiba: Appris, 2017.

GRYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 73-90, out. 1990.

HYPÓLITO, Dom Adriano. Dom Adriano exclusivo: "Meu sequestro ainda é um mistério". *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, ano 75, n.1, p.53-73, jan./fev. 1981.

MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil (1916-1985)*. Tradução Heloísa Braz de Oliveira Pietro. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes*: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SAMPAIO, Matheus da Silva. *Memórias, política e religião na Diocese de Nova Iguaçu: resistências à ditadura civil-militar brasileira*. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – UNIRIO, Rio de Janeiro, RJ, 2022.

SERBIN, Kenneth. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Lúcia. A invenção da Baixada Fluminense: UUIO da FUNDREM (1975/89) e a representação de uma região. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 16., 2015, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: ANPUR, 2015.

SILVA, Percival Tavares da. *Origem e trajetória do Movimento Amigos do Bairro de Nova Iguaçu (MAB 1974-1992)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – FGV/lesae, Rio de Janeiro, RJ, 1993.

SOBRE O AUTOR

Matheus da Silva Sampaio

Mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Especialista em Filosofia Moderna e Contemporânea pela Faculdade São Bento do Rio de Janeiro (FSB-RJ). Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF, 2017).

REPLICANTES DA EXTREMA DIREITA NA CENA POLÍTICA NACIONAL

Alexandre Fernandes Correa

RESUMO

O texto analisa o crescimento da extrema direita na cena política brasileira, relacionando-o ao declínio dos estados-nação e ao surgimento de um “império” global sem centro, conforme teorias de Wallerstein, Hardt e Negri. Destaca a celebração do bicentenário da independência em 2022, marcada por um tom ufanista e militarista sob o governo Bolsonaro, contrastando com as comemorações do centenário em 1922. Aborda ainda a disseminação de desinformação e teorias conspiratórias como ferramentas de guerra híbrida, que promovem divisões sociais e dissonância cognitiva. Por fim, reflete sobre a ressurreição de símbolos e memórias autoritárias, questionando a eficácia das imagens do passado na mobilização política atual.

PALAVRAS-CHAVE: memória; política; guerra híbrida; dissonância cognitiva.

ABSTRACT

The text examines the rise of the far-right in the Brazilian political scene, linking it to the decline of nation-states and the emergence of a centerless global “empire”, according to theories by Wallerstein, Hardt, and Negri. It highlights the celebration of the bicentennial of independence in 2022, marked by a jingoistic and militaristic tone under the Bolsonaro government, contrasting with the centennial celebrations in 1922. It also addresses the spread of disinformation and conspiracy theories as tools of hybrid warfare, which promote social divisions and cognitive dissonance. Finally, it reflects on the resurgence of authoritarian symbols and memories, questioning the effectiveness of past imagery in current political mobilization.

KEYWORDS: memory; politics; hybrid warfare; cognitive dissonance.

Os clones já estão aí, os seres virtuais já estão aí, somos todos replicantes!

(Jean Baudrillard, 2005)

ABERTURA

Este texto oferece contribuições ao debate sobre o recente incremento das manifestações de extrema direita na cena política nacional. Parte-se inicialmente de análises de conjuntura histórica contemporânea, acerca especialmente da falência

dos estados-nação, para em seguida sugerir interpretações sobre as configurações atuais do extremismo golpista de inspiração nazifascista no país. Com base em contribuições teóricas de Wallerstein (2000) e de Michael Hardt e Antonio Negri (2001), projeta-se um olhar distanciado e crítico, colocando em perspectiva especialmente a celebração do bicentenário da independência do Brasil (2022), organizada sob a gestão de Bolsonaro (2018-2022).

Com Wallerstein se compreende o início do capitalismo na formação do sistema-mundo desde o século XVI. Sua unidade de análise dá ênfase ao sistema “mundo” – e não ao Estado-nação –, no qual as esferas econômica, política e sociocultural são vistas como estreitamente conectadas, e não separadas, conforme a abordagem tradicional. Neste tópico, tem-se como referência principal a obra *Utopística* (2000), na qual, de forma contundente, o autor apresenta as principais dificuldades, ainda imprevisíveis, que a sociedade global deverá enfrentar, num cenário de desordem que passa desde as expectativas de um novo modo de produção pós-capitalista ao conflito étnico, “perpassando pela desigualdade social, a luta de classes, o alto nível de criminalidade, a crise fiscal dos Estados e um colapso do sistema moral” (Wallerstein, 2000, p. 15).

Já Negri e Hardt (2001) apresentam o conceito de “império”, em obra de mesmo nome, para entender as relações de poder e dominação capitalistas em nosso tempo. Compreendem império como um poder sem centro, força globalmente opressora, sem liderança exclusiva, acima de qualquer instituição e estado-nação. O império funciona capilarmente, horizontalmente: “todos são seus servos”. Nesta formação histórica, os estados-nação subordinam-se ao Império, englobando lentamente, ao axiomatizar e fagocitar, o mundo inteiro; expandindo suas barreiras até não haver mais lado de fora. Assim, a soberania dos estados-nação está em crise. O mundo não é mais governado pelos países e nem por uma estrutura centralizada de poder. As bandeiras nacionais têm hoje, e cada vez mais, poder meramente simbólico.

Sob o prisma dessas posições teóricas conjunturais, observam-se aspectos sobressalentes em torno da celebração do bicentenário nacional realizada pelo governo de direita empossado em 2018, com a hegemonia difusa do “bolsonarismo” golpista – uma das facetas recentes da extrema-direita reacionária. Como se testemunhou, a comemoração da efeméride nacional foi realizada com colorido patriótico, ufanista, de inspiração militarista e ditatorial recalcitrante.

CENTENÁRIO X BICENTENÁRIO

A cenografia das comemorações de 2022 em muitos aspectos contrasta com as comemorações realizadas no primeiro centenário (1922). Naquela ocasião ocorreu uma encenação de ampla repercussão nacional, com montagens de exposições, seminários, eventos culturais etc., envolvendo diversos setores da sociedade brasileira, que celebravam a independência na capital da jovem república, ao mesmo tempo que buscavam consolidar a identidade nacional e a imagem de um país moderno, no início do século XX. O que ocorreu em 2022 destoa e contrasta profundamente com aquelas manifestações do primeiro centenário.

Curiosa é a constatação de que nos programas partidários nas eleições presidenciais/gerais de 2018, nenhum partido ou coligação apresentou no primeiro turno um plano comemorativo do bicentenário. Já no segundo turno, apenas o Partido dos Trabalhadores (PT), e sua coligação, apresentou uma breve proposta de trabalho para organização da celebração do bicentenário. Aspecto que chama atenção, pois desde o segundo mandato do Presidente Lula, o ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Samuel Pinheiro Guimarães, havia elaborado, em 2010, um dossiê intitulado *Plano Brasil 2022*.

Destarte, neste breve texto apresenta-se contribuição sintética de reflexões elaboradas em artigos publicados em periódicos a partir de pesquisas realizadas desde 2016 (Correa, 2021, 2022). Esses trabalhos contêm contribuições ao debate sobre a memória política que podem ser úteis para a interpretação de fenômenos que ainda estão em voga, desde o fim do pleito das eleições de 2022. Podem ajudar na compreensão das manifestações realizadas pelos grupos políticos derrotados na eleição presidencial e que se mobilizaram clamando por intervenção militar e golpe de estado. Atualmente, têm-se tentativas de interpretações diferentes e às vezes contrastantes sobre essas manifestações. Destaca-se duas delas como as mais difundidas.

INTERPRETAÇÕES

Na primeira, têm-se as colocações de Piero Leirner da Universidade Federal do ABC (UFABC), junto com outros autores colaboradores, como o jornalista Romulus Maia e o Coronel Marcelo Pimentel. Leirner, em especial, trata do tema da chamada

guerra híbrida, e o modo como está sendo realizada no Brasil. Como enfatiza: “não se trata de uma guerra clássica, com fogo, mas de uma guerra que visa sobretudo a captura e neutralização de mentes” (Leirner, 2020). Assim, suas bombas são antes de tudo informacionais, visam causar dissonâncias cognitivas e induzir a vieses comportamentais. Essa ideia de totalidade está no âmago da guerra híbrida: não há mais a separação entre guerra e política, ou tempo de guerra/tempo de paz; todos passam a ser, voluntária ou involuntariamente, combatentes; e não se vê exatamente nem seu princípio, nem seu fim.

A hipótese central levantada é que o Brasil foi, e é, um “laboratório” onde este modelo foi aplicado. O caso estudado leva a um dos protagonistas principais desta forma de guerra e sua estratégia: “um certo grupo de militares, operações psicológicas e o modo como isso se disseminou na política”. O resultado, que vai muito além da eleição de 2018, é a dissonância generalizada que impera no Brasil hoje, que aqui segue um dos conceitos centrais da guerra híbrida a “cismogênese”, ou seja, “a criação de divisões sociais com o objetivo de impossibilidade qualquer pacto social” (Leirner, 2020).

A segunda interpretação em voga é difundida por João Cezar de Castro Rocha da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), plasmado particularmente na hipótese da dissonância cognitiva. Sua tese principal é sintetizada numa frase repetida pelo autor: “Brasil é laboratório de criação de realidade paralela”. Ele alerta para as consequências de um tipo de “processo de lavagem cerebral” alimentado por engajamento em torno da desinformação e de teorias conspiratórias. Processo designado de “criação de dissonância cognitiva coletiva”, realizado pela instrumentalização da mídia extrema. Segundo João Rocha, essas ideias se baseiam nos trabalhos do psicólogo social norte-americano Leon Festinger que publicou *Uma teoria da dissonância cognitiva*. Todavia, Rocha acrescenta ao conceito da dissonância cognitiva de Festinger a perspectiva coletiva, associada à capacidade da produção de conteúdo das redes sociais, isto é, a dissonância cognitiva é um desconforto subjetivo causado pela consciência da distância entre crenças e comportamentos, ocorrendo sempre que há uma distância entre aquilo em que acreditamos e a maneira pela qual nos comportamos (Rocha, 2023). Como corolário dessa tese, sustenta: “Não há ser humano que não viva com certo grau de dissonância cognitiva” (Festinger, 1957).

Somando a estes esforços de interpretação, segue-se nesta reflexão uma trajetória teórica diferente. Uma perspectiva interpretativa que versa sobre a gestão

das imagens e das memórias políticas no espaço sócio-histórico contemporâneo. Destaca-se então o estudo da política da imagem nos campos empíricos, suas características semiológicas sobressalentes. É um estudo sobre a colonização do imaginário sociopolítico, através de imagens históricas encenadas em equipamentos culturais, monumentos e espaços sociais urbanos. Analisa-se aspectos da montagem do quadro imagético nacional pontuando momentos destacados num longo ciclo de comemorações históricas ativadas desde a Independência em 1822. Nesses trabalhos (Correa, 2021, 2022) articulam-se os conceitos de máquina de guerra semiótica de Lifschitz (2019), batalha das imagens de Carvalho (1990) e guerra das imagens de Gruzinski (2006) para refletir sobre a memória política na atualidade.

Este trajeto teórico opera a noção de memórias enxertadas na compreensão da lógica das ressurgências imagéticas no espaço sociopolítico. Com base nos conceitos citados, investigou-se a produção de imagem e representações do movimento do *Grito dos excluídos* nos cartazes e faixas elaborados desde 1995, e percebeu-se a dificuldade do movimento de “representar” em imagens o legado de suas lutas. Sua produção imagética repetitiva parece indicar dificuldades de representar o “irrepresentável” de uma nova “nação” a ser imaginada para acolher os “excluídos”. Algo que parece remeter ao que Rancière designa como “falha na regulação estável entre o sensível e inteligível” (2017, p. 140).

Observa-se por outro lado que a eficácia das imagens do passado militarista é concreta, ressurgindo de modo massivo nas passeatas e aglomerações políticas dos últimos anos; imagens e símbolos que se julgavam esquecidas. No caso das manifestações mais recentes no Brasil (2015-2022), é consideravelmente inquietante testemunhar o retorno de imagens, *slogans* e bordões de mais de trinta anos atrás, colonizados há décadas e ainda produzindo efeitos de mobilização de massa; como por exemplo, nas variações do lexema: “ame-o, ou deixe-o”! Sobressai neste contexto a eficiência da propaganda do período da ditadura civil-militar; de modo e alcance jamais esperado. Assim, é necessário reavaliar os arsenais teóricos para se compreender como “memórias enxertadas” há décadas são reencenadas e revividas após o período no qual se considerava ter operado rupturas profundas no imaginário social, através do processo de redemocratização e da consolidação do espírito cívico desde a Constituição de 1988.

O historiador Gruzinsky, quando invoca o filme *Blade Runner* (1982) e as memórias enxertadas nos “replicantes”, parece oferecer uma contribuição instigante e pertinente. Como estamos numa nova fase de construção das subjetividades políticas

na atualidade, os investimentos no teatro das memórias políticas podem explicar de que forma as emergências sociais – tanto do lado das forças de manutenção do *status quo* como do lado das resistências contra o *establishment* – promovem a reificação das estruturas de sentido dominantes, oficiais, autoritárias, ou das formas de resistência contestatórias e insurgentes. Entrementes, tanto num caso como no outro, sujeitos políticos antagônicos representam articulações subjetivas nos polos em conflito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se a importância de avançar num estudo sobre as possibilidades de uma “política da visão” e da memória. Trabalho que deve ser feito para além das análises dos bordões, cartazes, fotografias e imagens “enxertadas”, avançando para todas as dimensões das violências e terrores submetidos aos governados. A gestão do teatro das memórias políticas e sociais, no sentido empregado por Jeudy (1990), indica que é preciso operar uma espécie de tratamento terapêutico das heranças e tradições de insurgência.

Nesta direção, vale revisitar as análises de Gruzinsky, em especial em relação às analogias com a ficção de *Blade Runner*, pois é preciso resistir contra o “destino de replicantes” de programas inoculados para ações não reflexivas – tais como a que testemunhamos nos últimos anos nas ruas das grandes cidades brasileiras e que estiveram persistentes em frente dos quartéis militares após eleições de outubro de 2022 até 8 de janeiro de 2023. Episódios que muitas vezes passaram por anedóticos, mas para os quais a sua compreensão plena necessita do exercício de análises semiológicas alargadas.

Numa sociedade em que a mídia é dominada por monopólios econômicos poderosos, comprova-se a necessidade da luta contra a manutenção do controle desse poder midiático por empresas emissoras e repetidoras. Todavia, não se pode esquecer, não basta trocar os signos e sinais das mensagens transmitidas, é preciso ir mais além na análise desse poder mágico e reticular alcançando as redes sociais e plataformas da internet. Os efeitos deletérios desse processo de dominação consolidam a importância do alerta de Laymert dos Santos: “quando a modernidade chega ao fim, o homem parece estar perdendo a capacidade de perceber e imaginar” (Santos, 2003, p. 180).

Ao testemunhar-se a proliferação da nova geração dos clones e replicantes na cena política contemporânea, desperta o alarme. Esta nova geração é fruto de qual engenharia política? Quais as coordenadas sócio-históricas dessa nova metamorfose da direita extremista? Uma vez que, como adiantou Baudrillard com sua teoria irônica: “Os clones já estão aí, os seres virtuais já estão aí, somos todos replicantes! No sentido que, como em *Blade Runner*, já é quase impossível distinguir o comportamento propriamente humano de sua projeção na tela, de seu duplo em imagem e de suas próteses informáticas” (Baudrillard, 2005, p. 156).

REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, Jean. *Tela total: mito-ironias do virtual e da imagem*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORREA, Alexandre Fernandes. A memória política como a outra cena da política. In: GONÇALVES, Israel Aparecido (org.). *Ensaaios de sociologia e direito*. v. 1. Joinville: Areia, 2021. p. 20-28.

CORREA, Alexandre Fernandes. O destino das imagens e memórias históricas Batalhas e guerras semióticas na cena dos monumentos. *Fênix*, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 63-85, 2020.

CORREA, Alexandre Fernandes. O grito dos excluídos no bicentenário da independência: batalhas das memórias históricas no contexto da pandemia do covid-19. *Entropia*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 114-126, 2022.

FESTINGER, Leon. *A Theory of Cognitive Dissonance*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1957.

GRUZINSKY, Serge. *A guerra das imagens: de Cristóbal Colón à “Blade Runner” (1492-2019)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

LEIRNER, Piero. *O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica*. São Paulo: Alameda Editorial, 2020.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. Brasil, política e vertigem. *E-l@tina*, Buenos Aires, v. 17, n. 68, jul./set. 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4964/496460991005/>. Acesso em: 2 dez. 2022.

RANCIÈRE, Jacques. *O destino das imagens*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico*. São Paulo: Autêntica, 2023.

SANTOS, Laymert Garcia dos. *Politizar as novas tecnologias*. São Paulo: Editora 34, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Utopística ou as decisões históricas do século vinte e um*. São Paulo: Vozes, 2000.

SOBRE O AUTOR

Alexandre Fernandes Correa

Professor Associado do *Campus Macaé* da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em Ciências Sociais (PUC-SP).

REDESENHANDO A PALAVRA UMA SÉRIE DE FOTOGRAFIAS INTERVENCIONADAS NO CADERNO DE CAMPO

Guido A. Negruzzi

RESUMO

Este artigo explora a interseção entre imagens e textos a partir do estudo das memórias coletivas em torno a uma lenda na Casa Bamba, Córdoba, Argentina. Com base em uma análise etnográfica e na releitura do caderno de campo, propõe-se uma reflexão sobre a representação visual na pesquisa antropológica. A partir da intervenção das fotografias com as escritas do diário, destaca-se o potencial das imagens como ferramenta de diálogo com a palavra escrita, gerando novas formas de pensar a etnografia.

PALAVRAS-CHAVE: memória coletiva; caderno de campo; Casa Bamba; colonialidade; resistência.

ABSTRACT

This article explores the intersection between images and texts through the study of collective memories surrounding a legend at Casa Bamba, Córdoba, Argentina. Based on an ethnographic analysis and a re-reading of the field notebook, it proposes a reflection on visual representation in anthropological research. Through the intervention of photographs with the writings from the journal, the potential of images as a tool for dialogue with written words is highlighted, generating new ways of thinking about ethnography.

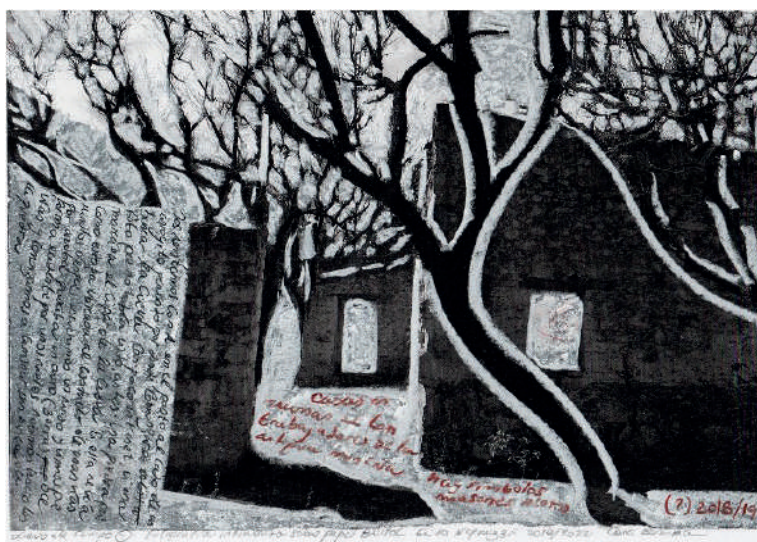
KEYWORDS: collective memory; field notebook; Casa Bamba; coloniality; resistance.

INTRODUÇÃO

A partir de uma proposta da exposição na cidade de Petrópolis no V Encontro Internacional sobre memórias sociais, políticas e coletivas, organizado pelo Núcleo de Memória Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (NUMEP-UNIRIO) em dezembro de 2022, comecei a reler o caderno de campo através das imagens. Nesta exibição, apresentei e projetei o livro *Um Diário de campo: trajetória de um estudo sobre memórias coletivas* que continha 34 fotografias intervencionadas. O propósito baseou-se em reafirmar a importância das imagens, colocando as fotografias e os desenhos em diálogo com as palavras, o que movimentou uma forma diferente de pensar a etnografia, “uma nova forma de olhar o mundo” (Kuschnir, 2014,

p. 28). Desta forma, as imagens deixaram de funcionar apenas como reforço do texto, proporcionando uma perspectiva alternativa através do poder do diálogo entre as diferentes formas de produção. Nesta ocasião, exibo algumas dessas fotografias intervencionadas¹, descrevendo o percurso do trabalho de campo².

Figura 1 – Ruínas em Casa Bamba.



Fonte: Fotografia intervencionada no caderno de campo do autor, 2022.

¹ Fotos modificadas através de diversas técnicas.

² As reproduções aqui apresentadas, referem-se a pesquisa realizada na graduação em Antropologia da Facultad de Filosofia y Humanidades de la Universidad Nacional de Córdoba, no âmbito das equipes: “Memoria e história oral”, com sede na Museo de Antropologías de Córdoba; e o “Equipo Interdisciplinario de Trabajo Territorial y Estudios Socioambientales: Casa Bamba” que, em coordenação com a comunidade, incluiu a participação da Facultad de Filosofia y Humanidades (FFyH), a Facultad de Ciencias Sociales (FCS), o Programa Ruralidades da Secretaría de Extensión e Programa de Derechos Humanos da FFyH da Universidad Nacional de Córdoba (UNC).

O TRABALHO DE CAMPO

Figura 2 – Parte do monumento da lenda do Bamba que representa uma mulher enforcada.



Fonte: Fotografia intervencionada no caderno de campo do autor, 2022.

No final de 2007, comecei a me interessar pelas várias narrativas em torno de uma história conhecida como a lenda de Bamba, que circula principalmente nos departamentos de Punilla e Colón, na província de Córdoba, Argentina. Bamba, o personagem principal desta lenda, e categorizado ao longo do tempo como “negro” (Bischoff, 2004; Herrera, 1933; Wauters, 1909), “mulato” (Gonzalez, 2019), “Zambo” (Fachini, 2015), “gaúcho mestiço” (Lacquaniti, 2021, p. 12), popularmente conhecido hoje em dia como “índio” (Navarro Cima, 2006). Habitualmente, e independentemente da sua designação, é apresentado como uma pessoa escravizada que rapta uma mulher “branca” e foge com ela para a serra em busca de refúgio, esse lugar é chamado Casa Bamba.

Consequentemente, me propus a estabelecer relações com os habitantes à procura de outra perspectiva sobre o relato, principalmente, agora que alguns conceitos relacionados com a lenda e a luta da comunidade, estão sendo contestadas por novos projetos turístico-gastronômicos do setor de mineração que as ressemantizam, esvaziando-as de seu conteúdo situado e subversivo.

Figura 3 – Casa de pedra.



Fonte: Fotografia intervencionada no caderno de campo do autor, 2022.

Figura 4 – Usina hidroelétrica Bamba.



Fonte: Fotografia intervencionada no caderno de campo do autor, 2022.

Casa Bamba é uma localidade situada nas serras centrais da província de Córdoba, Argentina, atualmente habitada por cerca de 80 pessoas, localizada no departamento de Colón, a poucos quilômetros da cidade de La Calera. Contida por

um profundo barranco e pelo rio Suquía, entre curvas acentuadas e uma central eléctrica abandonada em meados do século passado, o seu nome deve-se a esta antiga lenda que ninguém na zona desconhece e que, embora a sua figura principal seja um fugitivo, não consegue escapar ao rumor geral.

Figura 5 – Sinalização antes e depois do encerramento definitivo do portão.



Fonte: Fotografia intervencionada no caderno de campo do autor, 2022.

Neste povoado, a lenda constitui um quadro de significados diferente para seus habitantes. Compõe um cenário social diverso de conversa, troca e discussão, onde se tecem relações diferenciadas que permitem habitar um espaço geográfico como território, onde a narração da lenda de Bamba como memória coletiva “lhes proporciona uma compreensão não convencional dos lugares onde vivem e de quem são” (De Viana, 2008, p. 160).

Figura 6 – Vista da estação do trem Casa Bamba.



Fonte: Fotografia intervencionada no caderno de campo do autor, 2022.

A preeminência da memória coletiva de Bamba como “índio”, nos dias de hoje, me levou a investigar as razões pelas quais Bamba é esquecido como “negro”, tentando reconstruir um caminho reflexivo a partir das teorias da colonialidade. A este respeito, o historiador Efraín Bischoff, no seu livro *Bamba: leyenda y realidad*, recupera testemunhos e documentos em que Bamba é chamado “negro”. O autor diz que “parece haver um pacto tácito, entre os que escreveram na época, de não falar sobre isso [...] um silêncio que ajuda a distorcer o acontecimento e a memória dos que nele participaram” (2004, p. 9). Mas este silêncio tem agência, pois integra “uma postura ativa de resposta” (Halpern; Valente, 2013, p. 64).

Figura 7 – Serras de Casa Bamba.



Fonte: Fotografia intervencionada no caderno de campo do autor, 2022.

É então que, partir da reflexão da categoria “negro”, ajuda a reconsiderar tempos, espaços e continuidades silenciadas. Neste sentido, a existência de espaços geralmente chamados de “quilombos” na Argentina é concebida como *impensável*, não pela falta de evidências de caráter material e imaterial sobre eles, mas porque as ferramentas para conceituá-los não existem: o que não se pode pensar “não se pode concebê-lo dentro do leque de alternativas possíveis [...] ele distorce todas as respostas ao desafiar os termos em que as perguntas são formuladas” (Trouillot, 2017, p. 69).

Por conseguinte, me pergunto se as formas usuais e populares de nomear os quilombos na Argentina (por exemplo “cueva”), tendem a retirar importância e valor social, econômico e histórico, a um local possivelmente ocupado no passado por um grupo de pessoas escravizadas fugidas.

Figura 8 – Vista oposta da estação do trem Casa Bamba.



Fonte: Fotografia intervencionada no caderno de campo do autor, 2022.

Por outro lado, o ambiente que rodeia Casa Bamba, encerrada entre encostas íngremes, faz com que só exista uma entrada para o povoado. Esta entrada está situada em uma das extremidades da curva conhecida como “La Herradura”, na estreita estrada E-55. Desde 2019, o acesso ao local está fechado por um portão e vigiado por um segurança colocado pela empresa mineira Mogote Cortado, que planeja extrair agregados através da explosão de colinas dentro da Reserva Hídrica, Natural e Recreativa da Bamba. Essa empresa mineira privatizou a estrada “ancestral” de acesso a Casa Bamba, impedindo a livre circulação de pessoas, o que desencadeou um forte conflito com a comunidade, que se viu cercada e cujos direitos básicos foram violados, desenvolvendo uma série de reclamações e protestos judiciais e administrativos (Lacombe; Collo; Barberón; Negruzzi, 2022). De acordo com essa situação, além de repensar Casa Bamba como um lugar de resistência no passado, procurei analisar etnograficamente as memórias em torno da lenda de Bamba no contexto dos atuais conflitos territoriais (Negruzzi, 2022).

Figura 9 – Ruínas do lado da central elétrica.



Fonte: Fotografia intervencionada no caderno de campo do autor, 2022.

CONCLUSÃO

Estas reflexões foram construídas após um longo processo reflexivo, no qual parecia que o texto se projetava como representação fiel dos acontecimentos, porém, era na sua relação com as imagens em que, de maneira contundente, tudo se manifestava como presente. Assim, que na releitura e o redesenho do caderno de campo, foi onde consegui reconhecer a capacidade das imagens para comunicar e ampliar a própria compreensão das memórias coletivas. Percebi que esta abordagem estende as possibilidades de representação na etnografia, como também desafia as formas tradicionais de documentação e análise. Em suma, a utilização criativa da transversalidade entre as representações visuais e as palavras pode atuar como uma alternativa potente, proporcionando uma forma mais dinâmica e profunda de captar as complexidades das memórias.

1. Se construyeron tres optimistas por la necesidad de
 2. para el grupo de trabajo. La idea fue de un grupo
 3. para el grupo de trabajo. La idea fue de un grupo
 4. para el grupo de trabajo. La idea fue de un grupo
 5. para el grupo de trabajo. La idea fue de un grupo
 6. para el grupo de trabajo. La idea fue de un grupo
 7. para el grupo de trabajo. La idea fue de un grupo
 8. para el grupo de trabajo. La idea fue de un grupo
 9. para el grupo de trabajo. La idea fue de un grupo
 10. para el grupo de trabajo. La idea fue de un grupo

[illegible]

155

[illegible]

REFERÊNCIAS

DE VIANA, Luis Díaz Gonzáles. Amantes que se desvanecen en el tiempo: la memoria etnográfica o la compleja significación de las leyendas. *Revista de Antropología Social*, Madrid, v. 17, p. 141-164, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=83813159007>. Acesso em: 15 jun. 2025.

Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em Memória Social, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 2025

GONZALEZ, Ricardo. *Indio Bamba: historia, mitos y leyendas*. Mayu Sumaj, Córdoba: Quo Vadis Ediciones, 2019.

HALPERN, Gabriela; VALENTE, Elena. *Lengua habla: los relatos orales en la sociedad letrada*. Buenos Aires: Cabiria, 2013. (Colección Catón).

HERRERA, Ataliva. *Bamba: poema de Córdoba colonial*. Buenos Aires: Edición del autor, 1933.

KUSCHNIR, Karina. Ensinando antropólogos a desenhar: uma experiência didática e de pesquisa. *Cadernos de Arte e Antropologia*, v. 3, n. 2, p. 23-46, 2014.

LACQUANITI, Leandro Gustavo. El “gaucho criollo” y los debates sobre el canon literario. Los premios de la Comisión Nacional de Cultura en la década del treinta en Argentina (1935-1943). *Prohistoria*, Rosário, ano 24, n. 36, 20121.

LACOMBE, Eliana; COLLO, Gilda; BARBERÓN, Mayra Peña; NEGRUZZI, Guido. *Informe interdisciplinario “Casa Bamba”: vulneración de derechos y patrimonio histórico-cultural y natural en peligro*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, Facultad de Filosofía y Humanidades, 2022. Disponible em: [https://sociales.unc.edu.ar/sites/default/files/InformeCasaBamba_Final%20\(1\)_compressed.pdf](https://sociales.unc.edu.ar/sites/default/files/InformeCasaBamba_Final%20(1)_compressed.pdf). Acesso em: 15 jun. 2025.

NAVARRO CIMA, Stella. *La presencia actual de “la leyenda del indio Bamba”*: estudio comparado de mitos y leyendas. Tese (Licenciatura em Letras) – UNC, Córdoba, Argentina, 1996.

NEGRUZZI, Guido. Casa Bamba: ancestralidade, resistência e memória coletiva em um povoado de Córdoba, Argentina. *Cadernos de Campo (São Paulo-1991)*, São Paulo, v. 31, n. 2, 2022.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando el pasado: el poder y la producción de la historia*. Granada: Editorial Comares, 2017.

WAUTERS, Carlos. *El negro Bamba en el cañón del Cadillal: observaciones al dictamen de una comisión*. Practicabilidad del dique de embalse proyectado. Buenos Aires: Imprenta de Coni hermanos, 1909.

SOBRE O AUTOR

Guido A. Negruzzi

Estudante de Especialização do Programa de Pós-Graduação em Arqueometria da Faculdade de Ciências Naturais e Museu da Universidade Nacional de La Plata/FCNyM/UNLP. Licenciado em Antropologia pela FFyH/UNC.

MEMÓRIA POLÍTICA E ARTES VISUAIS

ARTE LATINO-AMERICANA COMO TRAJETO POLÍTICO E SEUS AFETOS

Lícia Gomes

RESUMO

Este artigo traz reflexões sobre memória política e arte visual a partir da exposição que aconteceu no V Seminário de Memória Política em Perspectiva Latino-americana em 2022. Para isso, sugere um desenho partindo de uma ideia de centro e órbitas para articular os trabalhos artísticos, relacionando-os aos afetos que constroem os vínculos entre eles e a memória política. Outro ponto muito importante é a ideia da imagem apresentar seus conteúdos como uma forma de leitura e de comunicação.

PALAVRA-CHAVE: memória política; artes visuais; América Latina.

ABSTRACT

This article offers reflections on political memory and visual art based on the exhibition held at the Seminar on Political Memory in a Latin American Perspective in 2022. To this end, it proposes a design starting from the idea of a center and orbits to articulate the artistic works, connecting them to the affections that build the bonds between them and political memory. Another crucial point is the idea of images presenting their contents as a form of reading and communication.

KEYWORDS: political memory; visual arts; Latin America.

CONEXÕES: MEMÓRIA POLÍTICA E ARTES VISUAIS

Em dezembro de 2022 ocorreu em Petrópolis, no Rio de Janeiro, uma exposição de artes visuais no âmbito do V Seminário de Memória Política em Perspectiva Latino-americana, que tinha como título “Cultura e Memória Política”. Ela foi composta por artistas do Brasil, Argentina e Uruguai. Realizei a curadoria da mostra com trabalhos visuais com diferentes abordagens e aportes aos estudos de memória política na América Latina. Nesta seleção, existem trabalhos que partem de narrativas individuais que reverberam no coletivo, de perspectiva de memórias situadas e não hegemônicas e ainda há a presença de trabalhos que possuem temas recorrentes nos estudos da memória latino-americana. As abordagens também são diversas, com enfoque na pintura e na abstração, no figurativismo e na palavra escrita e até mesmo com

enfoque etnográfico.

Estes trabalhos convidam a reflexões caras para a memória política dentro de diferentes técnicas e modalidades artísticas. Situá-los em um seminário acadêmico, participando do processo de discussão e reflexão sobre temas pertinentes, amplia as possibilidades de leitura. A mostra não se apresenta como um adorno ou uma decoração, mas sim fundamenta os debates propostos. Por essa razão, refletir através das imagens é, em certa medida, reconhecer a independência da leitura delas.

A exposição estava localizada no acesso ao auditório onde ocorreram as exposições orais, foi acessada por todos os presentes durante todos os dias de seminário. No segundo dia, aconteceu a *vernissage*, onde a exposição se deu em sua máxima potência. Talvez este tenha sido o momento mais denso do desenvolvimento da sua exposição como narrativa. Nessa oportunidade, houve espaço para um pouco de oralidade, por parte dos expositores e da curadoria. Momento oportuno para aprofundar as temáticas. No final da *vernissage*, os presentes foram convidados a deixar impressões escritas ou com desenhos em pequenos papéis adesivos nas paredes. Essa intervenção também é uma devolução, uma estratégia visual para os comentários e perguntas.

A visualidade e a arte tem um importante espaço nas construções das nossas memórias políticas. O objetivo dessa mostra foi entender a arte também como produção de conhecimento dentro dos estudos sobre memória política. Além disso, pensar na ampliação dos debates, não limitando a círculos acadêmicos fechados.

Na próxima seção, abordarei os principais conceitos relacionados aos objetivos da mostra. Na sequência, apresentarei as obras expostas na mostra como *trajetos*, caminhos desde a origem até a forma como foram exibidos. Depois, como *afetos*, seção em que analisarei esta palavra em relação às convergências com a mostra. Ao final, apresento alguns desdobramentos da mostra, considerando o presente, mais de um ano depois.

ARTE LATINO-AMERICANA: TRAJETO POLÍTICO E SEUS AFETOS

A mostra “A arte latino-americana como trajeto político e seus afetos” foi composta por quatro artistas/expositores: Bea Reis e Cleonice Fernandes, do Brasil, Guido Negruzzi, da Argentina, e Oscar Garcia da Rosa, do Uruguai. A linha curatorial tinha como centro temático a memória política, a partir de várias articulações. Sem

desconhecer os agenciamentos relacionados ao âmbito externo à mostra, como o político e institucional/governamental, advirto que a presente reflexão leva em consideração as agências internas. Com isso, este artigo introduz análises sobre os artistas, aspectos visuais e concepção curatorial. Trata-se de reflexões sobre práticas coletivas de caráter intencional geradas por diversos agentes de memória, que organizam, enquadram, gerem e mobilizam a comunicação em torno a uma memória (Lifschitz, 2014).

Os elementos analisados gravitam ao redor da discussão sobre memória política, atraídos e tendendo a ela, sem perder sua individualidade. Estas órbitas de gravitação possuem elementos que podem assumir o significado de arte. Melhor dito, no que concerne à mostra, seu sentido está no fazer artístico. Gombrich (2013) diria que existem apenas artistas e não “Arte com A maiúsculo”. Os artistas são agentes de memórias na medida em que as produções visuais armazenam significados com o propósito de comunicar uma memória política.

A elaboração de significados das imagens não é estática e, no caso da mostra, há uma estratégia de enquadramento, por meio de uma escolha curatorial e organizacional do evento como um todo. A leitura dos elementos e narrativas das obras é acompanhada por muitos fatores, como o contexto político-social e as ferramentas e experiências intertextuais que cada observador possui. O processo de rememoração se dá sempre no presente, e as relações de pertencimento e identidade precisam ser acessadas.

Por esse motivo, é fundamental entender que há uma perspectiva latino-americana. Isto denota um posicionamento, uma construção de identidade e pertencimento, não se trata de uma delimitação geográfica. Essa construção é sustentada por uma relação política de compartilhamento de uma história de colonização e dependência, assim como de diversas assimetrias sociais.

A memória social, assim como a memória política, não é linear, cronológica ou racional (Jelin, 2002). Atenta a esta ideia, sugiro a reflexão sobre as contribuições dos trabalhos expostos desde uma ótica gravitacional. Neste sentido, os trajetos dos artistas, como agentes, se alinham em diversos momentos e, ao mesmo tempo, mantêm suas órbitas próprias. Nos alinhamentos, convergem alguns aspectos do discurso, e em cada rota, narrativas e reflexões. Ambos, tendendo à produção de memórias políticas latino-americanas. Visualmente, se forma uma *intertextualidade*, entrelaçando-se com a assimilação e a transformação de outros textos (Lazar, 2016) apresentados nas mesas do encontro.

A potencialidade visual de ativar diferentes memórias, individuais ou coletivas, é atravessada por uma série de afetos. A palavra afeto no sentido da mostra se dá na ação de provocar determinados sentimentos, assim como acessar uma identificação coletiva em determinadas construções de memória. Sendo assim, as obras têm a função de transmitir experiências. Essa lógica produz memórias de “segunda ou terceira geração” (Sepúlveda dos Santos, 2021, p. 32). A arte, então, é uma “ferramenta de memória” com a capacidade de selecionar ou mesmo silenciar memórias, segundo as intenções de seus agentes (Gomes, 2023). Na analogia gravitacional, esses afetos são atraídos pelos corpos de todos os elementos envolvidos. Descrevem diversos trajetos e podem sofrer grandes mudanças tendendo a cada um dos objetos maiores, dos trabalhos, assim como ao centro, à memória política.

Assim sendo, o campo gravitacional de memória política é rodeado pelos trajetos e afetos dessas produções de arte latino-americana. Essas práticas de memória permitem compartilhar identidades e sentimentos, pelos caminhos intencionalmente criados por seus agentes. Sigo, nas próximas seções, refletindo sobre a experiência específica da exposição ocorrida no seminário, evidenciando sua capacidade de transmissão de experiências na construção daquelas memórias políticas.

TRAJETOS

A exposição contou com 13 trabalhos, número controverso, considerando que a projeção continha 30 fotografias intervenidas, que havia uma intervenção sonora e que duas poesias foram performadas. Esses trabalhos encontram sentido na relação regional, mais do que nas possíveis peculiaridades nacionais. Nas próximas linhas apresento os trajetos dos trabalhos e os trajetos que cada um deles traça para apontar as convergências com a memória política.

A mais jovem dos quatro artistas, Bea Reis, nasceu no Rio de Janeiro e sua produção é, principalmente, no campo da pintura e da escrita. Expôs duas pinturas em tela, “Meu corpo não é público” e “A carne nua e crua”, ambas de 2021. Junto a cada uma das obras estavam impressas duas de suas poesias, ambas tinham como título o nome da respectiva obra. O conjunto de pintura e poesia compunha a narrativa da artista.

A jovem artista usa as plataformas das redes sociais para expor suas pinturas e poemas. Essa foi a primeira exposição de Bea. A diferença na materialidade e do

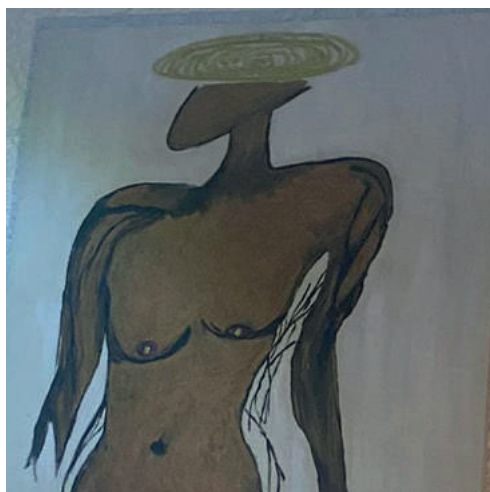
lugar de transmissão muda também as experiências. Entretanto, isso pode ser uma ferramenta para pensar novas formas de permanência dos objetos responsáveis pela transmissão de determinada memória.

Imagem 1 - Pintura “A carne nua e crua” (Bea Reis).



Fonte: fotografia da autora.

Imagem 2 – Pintura “Meu corpo não é público” (Bea Reis).



Fonte: fotografia da autora.

Nas Imagens 1 e 2 é possível identificar dois corpos femininos; na primeira, a figura sem braços e sem cabeça, com formas volumosas, e na segunda, um dorso que enfatiza sua assimetria. Em ambas, se nota o centro da problemática trabalhada

pela artista, que está relacionada às questões relativas ao corpo feminino da mulher negra. As poesias, em primeira pessoa, denotam a origem numa reflexão individual da artista. Entretanto, os temas do corpo público e dos desejos, atravessados por várias convenções sociais de origem machista e racista, ressoam no coletivo, principalmente das mulheres negras brasileiras.

Na série de colagem sobre papel, Cleonice Fernandes traz imaginários de uma infância no interior, usando recursos naturais, a partir de sua experiência e de outras histórias que alimentam a criatividade. A simplicidade nas formas e os recursos naturais utilizados aproximam os espectadores a suas vivências.

Artista petropolitana, nesse momento, já tinha importante participação nos movimentos pelos direitos humanos no país. Além disso, seu trabalho artístico é de grande relevância no contexto de sua cidade. Durante as reuniões para a elaboração da mostra, ela afirma que, ao utilizar elementos da natureza, ressignifica aquilo que já teria tido seu fim de ciclo.

Imagem 3 – Varais memórias de brincadeiras e da infância (Cleonice Fernandes).



Fonte: fotografia da autora.

Como vemos na Imagem 3, a série foi exposta formando um varal. Essa proposta respondia a lembranças da infância da artista. Os conteúdos imagéticos dessa série remetem a uma memória interiorana, atribuídos a uma “boa infância”, com mais liberdade e tranquilidade. Essa leitura no presente também se dá por um desejo de

conquista desse lugar. Os trabalhos eram “Literalidade. Retirado do Cotidiano” (2022), “Multiplicidade. Diversidade” (2018), “Vulnerabilidade” (2018), “Cultura da Paz” (2011) e “Em busca de um novo mundo” (2019).

O trabalho “Um diário de campo. Trajetória de um estudo sobre memórias coletivas” (2022), de Guido Negruzzi, é parte de um sólido processo de pesquisa etnográfica e visual. Além de artista visual, cujo trabalho já recebeu premiações, já participou de diversas mostras na Argentina e essa é a segunda no Brasil, do artista, que é estudante avançado de Antropologia pela Universidade Nacional de Córdoba e membro da Rede Internacional de Memória Política. Em edição anterior do seminário, apresentou seu trabalho escrito em uma das mesas.

No desenvolvimento de sua pesquisa etnográfica, a partir de uma experiência situada, desenvolve uma densa reflexão por meio de intervenções em fotografias tiradas durante seu trabalho de campo. O trabalho “Caderno de Campo” é composto de 30 imagens que, para a exposição, foram apresentadas por meio de projeção e também na forma de caderno de campo.

Imagem 4 – Intervenção em fotografia 1.



Fonte: fotografia da autora.

Imagem 5 – Intervenção em fotografia 2.



Fonte: fotografia da autora.

Imagem 6 – Intervenção em fotografia 3.



Fonte: fotografia da autora.

Imagem 7 – Intervenção em fotografia 4.



Fonte: fotografia da autora.

Nas imagens, os registros dos caminhos, as estradas, vão além da experiência etnográfica do artista/pesquisador. As imagens das projeções e o caderno de campo são compostas por fotos parcialmente cobertas com pastel seco e escrita de textos do diário de campo (Negruzzi, 2024). A escrita aparece, também, como imagem, como são linhas e formas que compõem a paisagem. O território percorrido, o campo, geram pensamentos e novas formas de construir leituras de passados pensados e impensados (Negruzzi, 2020), no sentido de ampliar leituras que não estão inseridas nos discursos hegemônicos argentinos. Nota-se no trabalho visual o cruzamento da criação artística, do processo etnográfico, da participação política e construção de memória.

Oscar Garcia da Rosa é uruguaio, porém sua vida tem como pontos de base tanto o Brasil quanto o Uruguai. Apresentou uma série de pinturas inspiradas em sua experiência durante as ditaduras cívico-militares sul-americanas. Atravessado por um duplo, e talvez triplo, sentimento de nacionalidade, ou mesmo, considerando-se latino-americano, compartilhou pela primeira vez alguns acontecimentos de sua vida. O artista uruguaio tem mais de 40 anos de experiência e expôs em diversos países com mostras coletivas e individuais.

Imagem 8 – Pintura abstrata I.



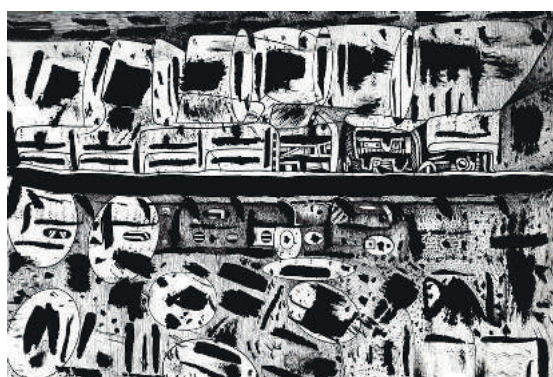
Fonte: fotografia da autora.

Imagem 9 – Pintura abstrata 2.



Fonte: fotografia da autora.

Imagem 10 – Pintura abstrata 3.



Fonte: fotografia da autora.

Imagem 11 – Pintura abstrata 4.



Fonte: fotografia da autora.

As quatro pinturas apresentadas foram criadas especialmente para a mostra, em uma busca interna de uma memória difícil da vida do artista. Se pode notar o uso da abstração no processo de falar sobre esse período vivido intensamente pelo artista. Além das pinturas, sua obra tinha um componente musical, e durante a exposição, se escutavam as músicas “Como la cigarra” de Maria Helena Walsh e “La memoria” de León Gieco. Durante a *vernissage*, o artista relatou que suas pinturas e a proposta da mostra lhe permitiram falar pela primeira vez daquele período. Tudo estava guardado na memória, como dizia uma das músicas. Mas dessa vez, a memória tomou um lugar coletivo na vida do artista.

Os trajetos propostos pelos quatro artistas abordaram diferentes experiências coletivas: do corpo feminino negro; da idealização da infância; dos territórios transitados e (im)pensados; da abstração diante de passados dolorosos. Ainda que as temáticas sejam diversas, a construção de memórias políticas a partir de questões do afeto é o centro em torno do qual gravitam todos esses trabalhos.

AFETO

O afeto, como ideia, é considerado em diversas áreas do conhecimento, como na Sociologia, na Filosofia e na Psicologia. Para esta seção, considero a origem compartilhada pelo sentimento e pela ação que são atribuídas a essa palavra/ideia. Faço uma breve consideração, baseada nos trabalhos vistos na seção anterior, ainda que haja uma complexidade na relação entre memória política e afeto que não se esgota nessa reflexão.

A origem da palavra remete à relação, em estado temporário, entre coisas ou pessoas, a uma disposição ou atração entre elas. O afeto influencia em diferentes dinâmicas sociais, podendo gerar construções antagônicas, como o ódio e o amor, impactando inclusive na esfera política (Ahmed, 2015). A leitura do contexto visual dos trabalhos artísticos afeta os nossos sentidos, e permite algumas interpretações coletivas. Afeta o espaço público, plasmando, de maneira intencional por meio de seus agentes, elementos com a função de transmitir memórias políticas. Sendo assim, os afetos que aparecem nos espaços de resistência participam da formação de sentido de pertencimento.

Na mostra, a agência em torno da montagem relaciona os trajetos e as modalidades diversas com as memórias. Esses afetos circulam em cada um dos

trabalhos em relação à memória política. De diversas formas, participam de uma construção relativa à identidade latino-americana.

As relações que se encontravam durante o período da mostra tomaram novas estruturas, e os afetos gerados pelo contexto da mostra, provavelmente, irão gerar novas interpretações. As obras sempre afetarão os espaços onde habitem, na medida em que sejam vistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando os trabalhos de forma conjunta e os conceitos que atravessam a mostra, foi possível articular essa experiência como um momento de reflexão sobre memórias políticas latino-americanas, além de entendê-la como uma construção de afetos que permitiram transmitir essas memórias a todos os participantes/visitantes.

Para os artistas/expositores, essas construções também foram se reformulando durante a mostra. Por exemplo, no momento da leitura/performance da artista Bea Reais em frente às obras, ou no discurso de Oscar García da Rosa, que contou experiências individuais durante os regimes ditatoriais do século XX na região que nunca havia dito a ninguém.

A reflexão dos trabalhos da mostra pretendeu apresentar desde essa experiência a relevância da produção artística, principalmente visual, no processo de pensamento e construção de memória política. A diversidade enfatiza a possibilidade de identidade e pertencimento sem padronizar ou generalizar. A ideia da não exclusão e da visibilidade da imagem respondem a diferentes agendas sociais. Finalizando, este texto pretendeu aportar a outras ações e trabalhos, considerando a produção artística como forma de leitura tanto para a construção de memória política quanto para a reflexão sobre a mesma.

REFERÊNCIAS

AHMED, Sara. *La política cultural de las emociones*. México: Unam-Pueg, 2015.

GOMBRICH, Ernst Hans. *A história da Arte*. Tradução Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GOMES, Lícia. Arte y memorias en épocas de transición. *Sílex*, Lima, v. 13, n. 1, p. 241-254, 2023. Disponível em: <https://revistas.uarm.edu.pe/index.php/silex/article/view/259>. Acesso em: 15 jun. 2025.

LAZAR, Sian. Lenguajes no-verbales de la acción política y la movilización callejera. *Estudios en Antropología Social*, v. 1, n. 2, p. 28-37, 2016.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. Os agenciamentos da memória política na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 29, n. 85, p. 145-158, 2014.

NEGRUZZI, Guido Andrés. Através das imagens: fotografias intervencionadas e desenhos no caderno de campo. *Cadernos de Campo (São Paulo-1991)*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 1-18, 2024.

NEGRUZZI, Guido Andrés. Casa Bamba: una historia impensable. Un quilombo en las sierras de Córdoba. *Intersticios de la Política y la Cultura - Intervenciones Latinoamericanas*, v. 9, n. 17, p. 225-247, 2020.

SEPÚLVEDA DOS SANTOS, Myrian. *Entre utopias e memórias: arte, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

SOBRE A AUTORA

Lícia Gomes

Doutoranda em Ciências Sociais no Instituto de Desarrollo Económico y Social/Universidad Nacional de General Sarmiento/ IDES/UNGS.
Graduada em Ciência Política pela UNIRIO e em Artes Visuais pela UERJ. Mestre em Memória Social pela UNIRIO.

ANEXOS

Série “Tudo está guardado na memória” (2022)

De Oscar Garcia da Rosa

Letra da canção “La memoria”, de **León Gieco**

Los viejos amores que no están
La ilusión de los que perdieron
Todas las promesas que se van
Y los que en cualquier guerra se cayeron

Todo está guardado en la memoria
Sueño de la vida y de la historia

El engaño y la complicidad
De los genocidas que están sueltos
El indulto y el Punto Final
A las bestias de aquel infierno

Todo está guardado en la memoria
Sueño de la vida y de la historia

La memoria despierta para herir
A los pueblos dormidos
Que no la dejan vivir
Libre como el viento

Los desaparecidos que se buscan
Con el color de sus nacimientos
El hambre y la abundancia que se juntan
El maltrato con su mal recuerdo

Todo está clavado en la memoria
Espina de la vida y de la historia

Dos mil comerían por un año
Con lo que cuenta un minuto militar
Cuántos dejarían de ser esclavos
Por el precio de una bomba al mar

Todo está clavado en la memoria
Espina de la vida y de la historia

La memoria pincha hasta sangrar
A los pueblos que la amarran
Y no la dejan andar
Libre como el viento

Todos los muertos de la AMIA
Y los de la Embajada de Israel
El poder secreto de las armas
La justicia que mira y no ve

Todo está escondido en la memoria
Refugio de la vida y de la historia

Fue cuando se callaron las iglesias
Fue cuando el fútbol se lo comió todo
Que los padres palotinos y Angelelli
Dejaron su sangre en el lodo

Todo está escondido en la memoria
Refugio de la vida y de la historia

La memoria estalla hasta vencer
A los pueblos que la aplastan
Y no la dejan ser
Libre como el viento

La bala a Chico Mendez en Brasil
150 mil guatemaltecos
Los mineros que enfrentan al fusil
Represión estudiantil en México

Todo está cargado en la memoria
Arma de la vida y de la historia

América con almas destruidas
Los chicos que mata el escuadrón
Suplicio de Mugica por las villas
Dignidad de Rodolfo Walsh

Todo está cargado en la memoria
Arma de la vida y de la historia

La memoria apunta hasta matar
A los pueblos que la callan
Y no la dejan volar
Libre como el viento

Letra da canção “Como la cigarra”, de **Maria Helena Walsh**

Tantas veces me mataron,
tantas veces me morí,
sin embargo estoy aquí
resucitando.
Gracias doy a la desgracia
y a la mano con puñal
porque me mató tan mal,
y seguí cantando.
Cantando al sol como la cigarra
después de un año bajo la tierra,
igual que sobreviviente
que vuelve de la guerra.
Tantas veces me borrarón,
tantas desaparecí,
a mi propio entierro fui
sola y llorando.
Hice un nudo en el pañuelo
pero me olvidé después
que no era la única vez,
y seguí cantando.
Tantas veces te mataron,
tantas resucitarás,
tantas noches pasarás
desesperando.
A la hora del naufragio
y la de la oscuridad
alguien te rescatará
para ir cantando.

Poemas de **Bea Reis**

“Meu corpo não é público” (2021)
Meu corpo é meu
ainda que muitos pensem que ele é
domínio público
meu corpo é meu
e só meu
eu decido quem entra
eu decido quem sai
mesmo que eu não tenha escolhido
o odiar
mesmo que seja difícil amar
meu corpo é meu

“Minha dismorfia e minha inveja” (2021)
o jeito que meu corpo funciona
e o jeito que eu queria que ele
funcionasse
o jeito que eu sou
e o jeito que eu desejo ser
todos os corpos e rostos
todos os corpos e rostos
todos os corpos e rostos
e todas as agulhas que espetam
minha alma
todos os corpos e rostos
todos os corpos e rostos
todos os corpos e rostos
e todos os reflexos que me
distorcem
no espelho